



SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser



eese

burguesia  
industrial gaúcha  
e o estado nacional  
1964-1978

Denise Barbosa Gros

2ª EDIÇÃO

PORTO ALEGRE, RS – N.12 – MAIO 1990

# GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Synval Guazzelli

Governador

## SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Telmo Borba Magadan

Secretário

## FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: **Presidenta:** Wrana Maria Panizzi. **Membros:** Hélio Henkin, Gervásio Rodrigo Neves, Manoel Luzardo de Almeida, Achyles Barcelos da Costa, Nery Santós Filho, Derbi Bordin.

CONSELHO CURADOR: Armando Carlos Hennig, Eliana Donatelli Del Mese, Darcy Braga Lages.

### **PRESIDENTA:**

Wrana Maria Panizzi

### **DIRETOR TÉCNICO:**

Rubens Soares de Lima

### **DIRETOR ADMINISTRATIVO:**

Antonio Cesar Gargioni Nery

### **CENTRO DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS**

Áurea C. M. Breitbach

### **CENTRO DE CONTABILIDADE SOCIAL E INDICADORES**

Adalberto Alves Maia Neto

### **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO**

Marilene Brunel Ludwig

### **CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS**

Nilson Henrique Elias

### **CENTRO DE EDITORAÇÃO**

Elisabeth Kurtz Marques

### **CENTRO DE RECURSOS**

Nóra Ângela Gundlach Kræmer

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO



FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
*Siegfried Emanuel Heuser*

**burguesia  
industrial gaúcha  
e o estado nacional  
1964-1978**

**Denise Barbosa Gros**

**2ª EDIÇÃO**

**PORTO ALEGRE, RS – N.12 – MAIO 1990**

G877 Gros, Denise Barbosa

Burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional 1964-1978.  
Porto Alegre, FEE, 1987.

102p. (Teses, 12).

1. Sociologia. 2. Burguesia industrial. 3. Título.

CDU 301.188.1(816.5)“1964/1978”

Tiragem da 2ª edição: 300 exemplares

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser  
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre - RS  
CEP 90.010 - Fone: (0512) 25-9455

*para Carmen*

*para Tanya, Enéas, Rubens,  
mestres, amigos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Este estudo representa um esforço significativo de pesquisa sobre um tema quase inédito no Rio Grande do Sul e só foi possível graças ao apoio de algumas instituições e pessoas. A Fundação de Economia e Estatística garantiu as condições materiais para a realização da pesquisa e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) permitiu o livre acesso a seus arquivos e documentos, além de facilitar o contato com alguns empresários.

Além destas instituições, várias pessoas me auxiliaram na realização deste trabalho. O apoio de meu orientador, José Hugo Ramos, foi decisivo para a conclusão do estudo. As sugestões de Inês Cortazzo e Jacobo Waiselfiz foram fundamentais para resolver questões metodológicas. Entre os colegas da FEE, encontrei interlocutores interessados e pacientes, com quem tenho aprendido muito. Naira Lápis, Carmen Barros, Tanya Barcellos, Rubens Soares de Lima e Enéas de Souza acompanharam várias fases da pesquisa e deram contribuições valiosas. Paulo Fernando Machado foi um auxiliar de pesquisa eficiente, responsabilizando-se pelo levantamento dos periódicos e pela maior parte dos documentos da FIERGS. Mercedes Rabelo revisou o texto final.

Gostaria de registrar, ainda, um agradecimento especial aos empresários entrevistados que, entre todos os seus compromissos e responsabilidades, encontraram tempo e disposição para conversar comigo e fornecer informações sobre temas que nem sempre fazem parte de suas preocupações cotidianas.

A presente dissertação foi defendida no Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

A banca examinadora foi composta pelos Professores Doutores José Hugo Ramos, Pedro Dutra Fonseca e Sandra Jatahy Pesavento.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>PARTE I – EMPRESARIADO E ESTADO NO BRASIL – 1964-78</b>	13
<b>1 – ELEMENTOS TEÓRICO-HISTÓRICOS PARA A ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O EMPRESARIADO E O ESTADO NO BRASIL – 1964-78</b> .....	15
1.1 – Introdução .....	15
1.2 – Ampliação das funções econômicas do Estado brasileiro e as modalidades de representação de interesses empresariais no pós 64 .....	16
1.3 – Mobilização do empresariado nacional 1964-78 .....	26
<b>PARTE II – A BURGUESIA INDUSTRIAL GAÚCHA E O ESTADO NACIONAL – 1964-78</b> .....	37
<b>2 – ELEMENTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA FORMAÇÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL GAÚCHA</b> .....	39
2.1 – Introdução .....	39
2.2 – A indústria no Rio Grande do Sul .....	40
2.3 – Organização da burguesia industrial gaúcha .....	47
<b>3 – A FIERGS E O ESTADO NACIONAL – 1964-78</b> .....	59
3.1 – Introdução .....	59
3.2 – A instalação do novo regime – 1964 a 1967 .....	60
3.3 – A consolidação do novo regime – 1968 a 1973 .....	67
3.4 – A desaceleração econômica e a distensão política: 1974 a 1978 .....	70
<b>4 – O DISCURSO DAS LIDERANÇAS</b> .....	77
4.1 – Introdução .....	77
4.2 – O processo político-econômico pós 64 .....	78

4.3 – O Estado e a tecnocracia .....	83
4.4 – Os canais de relação entre os empresários e o Estado Nacional .....	85
4.5 – Burguesia industrial, Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul .....	88
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>93</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>99</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação das atividades industriais no valor da produção, segundo alguns municípios do Rio Grande do Sul – 1940-1980 . . . . .	51
Tabela 2 – Participação das atividades industriais no valor da produção, segundo as microrregiões do Rio Grande do Sul – 1980 . . . . .	51
Tabela 3 – Participação percentual dos setores na renda interna do Rio Grande do Sul – 1960-1980 . . . . .	51
Tabela 4 – Taxas anuais de crescimento acumulativo da produção industrial, por gêneros, no Rio Grande do Sul – 1949-1970 . . . . .	52
Tabela 5 – Produção industrial, por gêneros, no Rio Grande do Sul – 1949-1970 . . . . .	53
Tabela 6 – Estrutura da produção industrial, por categorias de uso, no Rio Grande do Sul – 1949-1970 . . . . .	53
Tabela 7 – Taxas anuais de crescimento acumulativo da produção industrial, por categorias de uso, no Rio Grande do Sul – 1949-1970 . . . . .	54
Tabela 8 – Participação percentual do Rio Grande do Sul, por gêneros, na produção industrial do Brasil – 1949-1970 . . . . .	54
Tabela 9 – Estrutura da produção industrial, por gêneros, no Rio Grande do Sul – 1980 . . . . .	55
Tabela 10 – Participação percentual do Rio Grande do Sul, por gêneros na produção industrial do Brasil – 1980 . . . . .	56
Tabela 11 – Estabelecimentos da indústria de transformação, segundo o número de pessoal ocupado no Rio Grande do Sul – 1960-1980 . . . . .	57

## INTRODUÇÃO

Nosso objetivo neste estudo foi realizar uma caracterização política da burguesia industrial gaúcha no contexto do regime autoritário pós 64. Para isso, procuramos desvendar os valores políticos que norteiam o pensamento e a atuação do empresariado industrial gaúcho, em especial no que se refere à sua relação com o Estado Nacional e às formas de organização e representação de interesses privilegiados por esta fração da burguesia gaúcha durante o período 1964-78. Procuramos investigar, ainda, suas perspectivas de participação no processo de transição política ora em curso no País.

O período compreendido entre os anos de 1964 e 1978 caracterizou-se, no País, pela vigência de um regime autoritário e por uma forma de relação entre a burguesia empresarial e o Estado que foi se modificando ao longo desses anos. Durante esse período, o Estado Nacional ampliou significativamente suas funções econômicas tanto ao nível das atividades regulatórias e normativas quanto ao nível da atividade diretamente produtiva. A forma de atuação econômica do Estado Nacional no contexto autoritário não foi questionada pelo empresariado até aproximadamente 1974, uma vez que foi fundamental para sustentar os arranjos políticos e econômicos que garantiram as altas taxas de crescimento econômico do período 1968-73. Com o fim do "milagre econômico" e o surgimento de pressões liberalizantes de vários grupos da sociedade civil, o Governo Geisel lançou seu projeto de liberalização política gradual e controlada pelo Estado e tentou prolongar o "milagre" através da estratégia econômica definida no II PND, em 1974. A proposta de reordenamento econômico do País atribuía prioridade ao setor produtor de bens de capital nacional e previa um reequilíbrio no tripé em que se assenta a economia brasileira — capital privado nacional, capital privado internacional e capital estatal.

A partir de então, os representantes das frações de capital afetadas pelas modificações propostas começaram a criticar a atuação econômica do Estado e, em especial, o fechamento do processo decisório sobre a política econômica. Dessa forma, o empresariado nacional, fração integrante das classes dominantes que apoiaram o golpe militar de março de 1964 e se beneficiaram com o desenvolvimento impulsionado pela política econômica do regime, somou-se ao coro das vozes liberalizantes que começaram a fazer-se ouvir no País a partir de 1974.

A análise do significado dessa mudança no comportamento político do empresariado nacional e da perspectiva de sua participação no processo de transição política do País tem sido a preocupação de vários estudiosos nos últimos anos. Contudo as pesquisas realizadas referem-se às lideranças do empresariado nacional, identificadas, em geral, com os empresários do pólo hegemônico da economia brasileira — o eixo Rio-São Paulo. Existem ainda poucos estudos acerca do comportamento político das burguesias regionais durante esse período. Por esta razão, esta pes-

quisà reveste-se de um caráter exploratório e visa trazer uma contribuição ao conhecimento da burguesia industrial gaúcha enquanto ator político no contexto do regime autoritário pós 64.

O estudo foi dividido em duas partes. Na primeira, estabelecemos os elementos teóricos para a análise da relação entre o empresariado e o Estado no Brasil durante a vigência do regime autoritário instaurado em 1964. O Capítulo 1 trata das características mais gerais da atuação econômica do Estado; dos canais de comunicação e pressão encontrados pela burguesia industrial para defender seus interesses frente ao Estado; e da forma como se deu a relação entre o empresariado e o Estado no período 1964-78, com ênfase na conjuntura 1974-78, marcada pela crítica empresarial à atuação econômica do Estado.

A segunda parte do estudo trata da relação entre a burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional no período 1964-78. Num primeiro momento, procedemos a uma caracterização estrutural da burguesia industrial gaúcha. Para tanto, no Capítulo 2, reconstituímos os elementos sócio-econômicos que propiciaram o surgimento da indústria no Rio Grande do Sul, sua evolução e estrutura atual e sua forma de inserção na economia nacional ao longo dos diferentes estágios do processo de acumulação de capital no País. Por último, descrevemos os padrões de organização formal da burguesia industrial gaúcha em instituições para a representação de seus interesses específicos.

A relação formal entre a burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional foi reconstituída, no Capítulo 3, através da atuação dos empresários na FIERGS, no período 1964-78. A análise dos manifestos da Federação permitiu identificar um estilo específico de atuação dos industriais gaúchos em sua relação com o Estado Nacional, bem como os componentes conservadores de seu ideário político.

Na tentativa de aprofundar o conhecimento do universo ideológico da burguesia industrial gaúcha e da sua relação com o Estado Nacional, realizamos uma série de entrevistas com os líderes mais representativos da indústria rio-grandense no período 1964-78. No Capítulo 4, analisamos o material colhido nesses depoimentos. Por não sofrerem as limitações impostas a uma instituição oficial como a FIERGS, as entrevistas revelaram outros aspectos da relação dos industriais gaúchos com o Estado Nacional, bem como de seu pensamento político. Finalmente, apresentamos as conclusões que alcançamos com este estudo.

**PARTE I**

**EMPRESARIADO E ESTADO**  
**NO BRASIL – 1964-78**

# **1 – ELEMENTOS TEÓRICO-HISTÓRICOS PARA A ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O EMPRESARIADO E O ESTADO NO BRASIL – 1964-78**

## **1.1 – Introdução**

Os estudos clássicos sobre o papel desempenhado pela burguesia industrial num país de desenvolvimento tardio como o Brasil tendem a analisar essa burguesia como um grupo não hegemônico, com baixa capacidade de articulação e organização política frente ao Estado intervencionista e autoritário (Martins, 1968 e Cardoso, 1971, entre outros). Mais recentemente, as pesquisas realizadas por Eli Diniz e Renato Boschi adotam uma "visão integrada" para examinar a relação entre a burguesia industrial e o Estado no Brasil.

Nessa nova perspectiva teórica, os autores assumem que a burguesia industrial não se constitui em classe hegemônica capaz de liderar um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo no País devido ao papel desempenhado pelo Estado no processo de consolidação da ordem industrial e à presença significativa do capital estrangeiro neste processo. No entanto não aceitam a idéia de passividade e subordinação da burguesia industrial ao Estado. Pelo contrário, concentrando suas pesquisas empíricas na forma como se deu a articulação entre o Estado forte e a burguesia não hegemônica, Diniz e Boschi demonstraram que, tanto durante os anos 30 e 40 quanto durante a vigência do Estado autoritário pós 64, a burguesia industrial se mobilizou ativamente para a defesa de seus interesses, desenvolvendo uma série de canais de articulação e representação frente às instâncias decisórias do Estado brasileiro.

Neste capítulo trataremos de examinar, como dois processos interdependentes, a ampliação das funções econômicas do Estado brasileiro, acentuada a partir de 1964, e a diversificação das instituições e canais de acesso utilizados pela burguesia empresarial em sua relação com o Estado. A seguir, reconstituiremos a mobilização política da burguesia nacional durante o período 1964-78, mobilização esta que se deu no sentido de ampliar seu espaço de participação nas decisões econômicas.

No que se refere à ampliação do poder econômico do Estado, pretendemos apenas explicitar algumas das características da ação estatal mais mencionadas no discurso empresarial. Uma discussão da natureza do Estado brasileiro foge ao objetivo desta pesquisa e ultrapassa seus limites. Ademais, a ampliação das funções econômicas do Estado é uma tendência das economias capitalistas e não uma característica do caso brasileiro. Específico no Brasil é o regime político implantado pelo golpe militar de 1964 que propiciou condições especiais de fortalecimento do Estado.

Devido às características do desenvolvimento econômico brasileiro e do regime político autoritário instaurado no pós 64, a expansão das atividades estatais aprofundou-se nos últimos anos e moldou um aparelho de Estado complexo e diversificado, dirigido por uma burocracia tecnicamente qualificada, inclusive, para gerir grandes empresas estatais das áreas produtiva e financeira. A forma de atuação fechada e centralizada do Estado e da burocracia sobre a economia e as definições da política econômica, aliada à própria diversificação e modernização da indústria nacional contribuíram para a montagem de uma estrutura de instituições e canais de representação e intermediação de interesses empresariais igualmente complexa e diversificada.

O empresariado nacional não só apoiou como se beneficiou com o modelo político e a condução econômica dos governos revolucionários até aproximadamente 1974. Com o fim do "milagre", o acirramento das contradições políticas e econômicas e o ressurgimento das pressões populares, a burguesia nacional passou a atribuir ao Estado a causa de todos os males, identificando na ampliação do poder estatal uma perigosa tendência à estatização total da sociedade e, na tecnocracia, a nova classe dirigente.

## **1.2 – Ampliação das funções econômicas do Estado brasileiro e modalidades de representação de interesses empresariais no pós 64**

Alguns autores interpretam o crescimento do poder econômico e burocrático do Estado brasileiro, nas últimas décadas, como um processo de **privatização** de determinadas instâncias do aparelho estatal mais do que como um indicador de **estatização**. Na ótica dos estudiosos que se filiam a essa linha de análise, o elemento central que explica o aprofundamento da concentração de poder econômico no Estado é a natureza autoritária do regime brasileiro instaurado em 1964. Assim, contrapondo-se à posição dos empresários que aspiram à redução da participação do Estado na economia, esses autores sugerem a manutenção e mesmo a expansão desta atividade, desde que controlada pela sociedade civil, no contexto de um estado democratizado.<sup>1</sup> Nesses termos, a polêmica sobre a estatização constituir-se-ia num debate equivocado. Para esses autores, as questões a discutir seriam o comportamento típico de setor privado que assumem determinadas instâncias do Estado e as possibilidades de controle desse processo pela sociedade.

A dificuldade em resolver a polêmica sobre a estatização, segundo Luciano Martins, está em que, por um lado, não se consegue medir a par-

---

<sup>1</sup> Ver, entre outros, as participações de Francisco de Oliveira, João Manoel Cardozo de Mello, Fernando H. Cardoso e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo no debate sobre Estado e Economia no Brasil, da XXIX Reunião da SBPC, publicado em Rev. Ensaios da Opinião (1977, v. 5). Ver também a coletânea organizada por Carlos Estevan Martins (1977) em Estado e Capitalismo no Brasil, bem como os trabalhos de Luciano Martins (1968 e 1978), de Charles Pessanha (1978), de Sérgio Henrique Abranches (1979 e 1981), de Pedro Malan (1981), etc.

participação do Estado na formação de capital, nem o número de empresas estatais existentes. O outro elemento complicador é o fato de que a expansão da atividade estatal não vem acompanhada de uma ideologia estatizante que a legitime perante a sociedade; ao contrário, o Estado utiliza sempre um discurso de defesa e proteção da iniciativa privada.

No que se refere aos recursos financeiros que definem as possibilidades de ação econômica do Estado, Luciano Martins salienta que, após 1964, com a Reforma Tributária de 1966 e a criação de novas fontes de recursos extra-orçamentários – como os fundos sociais (PIS-PASEP, FGTS) e os títulos do tesouro com correção monetária (ORTN e LTN), entre outros – houve, de fato, um grande fortalecimento da capacidade financeira do Estado.

Entretanto, antes de aceitar esse fortalecimento como um indicador de estatização da poupança e do crédito, Martins indaga sobre a origem desses recursos e a forma como são alocados. Na realidade, esses recursos são obtidos principalmente dos assalariados e dos consumidores em geral, uma vez que a ampliação dos recursos orçamentários da União<sup>2</sup> é consequência, em grande parte, do aumento da carga tributária, em especial dos impostos indiretos pagos pela população assalariada. No que se refere aos recursos extra-orçamentários, como o FGTS e o PIS, apesar de caber às empresas o recolhimento das contribuições a estes fundos, elas terminam por transferir tais encargos ao produto final, ou seja, aos consumidores. Uma parte desses recursos é direcionada para o pagamento dos custos operacionais do Estado, e a outra parte, em maior volume, é transferida para o setor privado, sob forma de isenções, incentivos, etc. O exame dos dados relativos ao período 1964-78 ilustra esta afirmação: em 1964, o BNDE dedicava mais de 90% de seus financiamentos ao setor público. Em 1978, cerca de 90% de seus dispêndios eram destinados ao setor privado tanto sob a forma de isenções, incentivos fiscais, financiamentos como sob a forma de "saneamento" de instituições financeiras privadas (Martins, 1978, p. 34). Outro exemplo é o BNH que (...) funciona apenas como banco de segunda linha, garantindo o setor financeiro de habitação privado e as empresas construtoras" (Belluzzo, 1977, p. 26). Esses dados demonstram que ocorreu um aumento significativo do controle estatal sobre o processo de financiamento da acumulação, mas não nos permitem falar em estatização do crédito, da poupança ou do sistema financeiro do País.

O crescimento do número de empresas estatais, ocorrido na década de 70, também não é um elemento revelador da estatização, uma vez que estas empresas não constituem uma categoria homogênea, já que englobam tanto empresas do setor produtivo quanto empresas de prestação de serviços.<sup>3</sup> Além disso, "(...) o grosso das empresas públicas criadas recentemente são apenas subsidiárias, operando nos mesmos setores, na forma de unidades estaduais/regionais ou perfazendo operações de apoio

<sup>2</sup> De 1960 a 1974, a receita orçamentária da União aumentou 350% (Martins, 1978, p. 31).

<sup>3</sup> Segundo Martins (1978, p. 32), 84% das empresas governamentais criadas na década de 70 "(...) têm suas atividades no setor terciário e se dedicam em sua maioria à execução de serviços públicos".

(acessórios à atividade principal da empresa 'holding') no sentido de garantir insumos, matérias-primas e serviços, ou de alargar sua atividade na comercialização dos produtos" (Belluzzo, 1977, p. 26). Dessa forma, os dados sobre a proliferação das empresas estatais não provam o aumento da propriedade estatal sobre os meios de produção. Entretanto esses dados indicam que houve um processo de transformação das repartições públicas em empresas estatais, com o objetivo de agilizar e aumentar a eficiência da administração estatal, ou seja, ocorreram modificações internas no aparelho do Estado no que se refere à forma de organização e administração de suas atividades.

Contudo, ainda que a ampliação do poder do Estado sobre os recursos disponíveis tenha sido utilizada para beneficiar o setor privado e a proliferação de empresas estatais tenha ocorrido, em seu maior número, no setor de prestação de serviços, existem outros elementos que talvez expliquem, para os teóricos da linha interpretativa ora enfocada, a insistência dos empresários nessa polêmica. Nesse sentido, o comportamento ambíguo, característico das empresas estatais, e a contradição entre o discurso antiestatizante do Governo e sua prática de interferência crescente sobre as atividades econômicas podem se traduzir em fatores explicativos à persistência do empresariado nacional em debater a estatização.

Durante a década de 70, algumas empresas públicas do setor produtivo, como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, apresentaram um crescimento extraordinário, revelando uma mudança profunda em seu comportamento enquanto empresas estatais. Esta modificação tornou-se possível graças à Reforma Administrativa<sup>4</sup> promovida pelo primeiro governo militar, a qual estipulava que as empresas estatais passariam a ter condições de funcionamento idênticas às do setor privado, o que significa pautar sua atuação por critérios como a maximização de lucros, a concorrência e a expansão. A partir de então, as empresas públicas procuraram aumentar sua capacidade de autofinanciamento e diversificar seus investimentos.

Em alguns casos, a diversificação dos investimentos da empresa estatal gerou conflitos com os interesses dos capitais privados nacionais e/ou estrangeiros. Por exemplo, ao decidir-se pela utilização de equipamentos importados devido às vantagens que estes ofereciam (qualidade tecnológica, custos menores, etc.), as empresas estatais comportavam-se segundo a racionalidade do setor privado, sem considerar que, agindo desta forma, contrariavam medidas econômicas definidas pela política industrial e prejudicavam o setor de bens de capital nacional. Esse exemplo ilustra a ambigüidade estrutural da empresa estatal, que advém da contradição entre sua face estatal, "que a leva a realizar objetivos políticos e de natureza macroeconômica" e sua face empresarial "que privilegia interesses particulares que se poderia considerar microeconômicos" (Abranches, 1979, p. 97-8). Dessa maneira, fica cada vez mais difícil para o Estado legitimar publicamente as atividades das empresas estatais e, ao mesmo tempo, articular os interesses privados.

---

<sup>4</sup> Decreto-Lei nº 200, de 25.02.1967, art. 27.

Essa dificuldade é agravada pela contradição entre o discurso governamental — de cunho marcadamente antiestatizante, pelo qual são definidos os setores econômicos de responsabilidade do Estado e aqueles de competência exclusiva da iniciativa privada (ver o II PND) — e a atuação concreta do Estado que, como revelam os dados sobre a proliferação das empresas estatais<sup>5</sup>, tem extrapolado estes limites. A dificuldade seria menor, segundo Martins, se o Governo assumisse, em seu discurso, o papel que lhe foi reservado historicamente no modelo de desenvolvimento capitalista nacional, no qual se fez necessária a intervenção do Estado nos ramos que exigiam grande capitalização, justamente pela incapacidade ou desinteresse do setor privado em assumi-los. Contudo, para legitimar esse papel, o Estado deveria submetê-lo a um amplo debate na sociedade, o que seria incompatível com a natureza do regime vigente (Martins, 1978, p. 33).

Toda essa polêmica coloca em cena os interesses das diferentes frações da burguesia nacional em sua relação com o Estado. De um lado, o capital privado nacional reclama contra a estatização da economia, discurso que tem como desdobramento a reivindicação de reabertura de seus canais de representação frente às instâncias mais elevadas do processo decisório, bloqueados a partir do Governo Geisel. De outro lado, o Governo e a burocracia estatal tentam justificar ou negar a expansão do Estado pela necessidade de fortalecer o setor privado. Estas questões encobrem problemas mais profundos, tais como: a forma como se realizou a expansão das atividades estatais no Brasil e a organização interna do Estado e, além disso, a natureza autoritária do Estado e as possibilidades de controle da sociedade civil sobre ele.

A atividade estatal no Brasil, segundo Luciano Martins, tem se expandido através de duas tendências que se articulam entre si, mas que são contraditórias: de um lado, tem-se uma "(...) forte concentração de instrumentos e de recursos financeiros ao nível do Governo Federal, em detrimento dos Estados e Municípios; de outro lado, ampla descentralização, no âmbito federal, destes mesmos instrumentos e recursos" (Martins, 1978, p. 34). A segunda tendência revela melhor as modificações internas ocorridas no aparelho de Estado no Brasil. A descentralização dos instrumentos e recursos financeiros desenvolve-se através da ação de dois movimentos complementares: "(...) a 'autonomização' da gestão burocrática e o fato de o Estado crescer 'para fora' do setor do governo (executivo e ministérios), ou seja, crescer na área da chamada administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista)" (Martins, 1978, p. 35). Um exemplo do primeiro movimento encontra-se no funcionamento dos fundos de investimento e financiamento. As agências encarregadas de sua administração, como têm a garantia de recursos próprios<sup>6</sup>, tendem a adotar um comportamento

<sup>5</sup> De 1966 a 1975, foram criadas 231 novas empresas governamentais, em sua maioria responsáveis por serviços públicos. Entretanto neste total se incluem 42 empresas na indústria de transformação e 17 em outros setores, exclusivos da iniciativa privada: agropecuária, construção e comércio (Martins, 1978, p. 32).

<sup>6</sup> Estes fundos "são formados por recursos orçamentários, extra-orçamentários, por contribuições internacionais e (em alguns casos) pelo retorno de suas próprias aplicações", além de serem "quase automaticamente renovados cada ano" (Martins, 1978, p. 35).

administrativo relativamente autônomo dentro do aparelho estatal, apesar de estarem, em tese, submetidas às diretrizes do Estado. Dessa forma, "(...) os recursos desses fundos tendem a ser geridos com critérios mais empresariais do que propriamente sociais. O que prepara, por assim dizer, o passo seguinte: a transformação de tais fundos em novas empresas públicas, e a metamorfose do funcionário em executivo" (Martins, 1978, p. 37). O processo de "autonomização" da gestão das empresas e agências estatais deve-se, também, à própria lei que define os critérios de eficiência da Administração Indireta e "que introduz na administração pública a mentalidade empresarial privada" (Martins, 1978, p. 37). Este processo é acentuado pelo segundo movimento: o crescimento da Administração Indireta<sup>7</sup>. Este crescimento para fora do aparelho de Estado, aliado ao processo de autonomização das agências e empresas estatais traz como conseqüência, por um lado, a formação de uma "personalidade própria" dos quadros burocráticos, na medida em que estes passam a se identificar mais com as empresas a que estão ligados do que com o Estado, e, por outro lado, agrava a dificuldade do Estado em controlar todos os seus organismos. Como decorrência mais geral de todo esse processo, na percepção dos representantes do setor privado e da burocracia estatal, o Estado vai perdendo sua função de "coisa pública". Belluzzo sintetiza com clareza essa situação ao analisar as diferentes percepções sobre a empresa estatal: "Para o setor privado, ela passa a representar a estatização; para seus agentes, o Estado passa a se mostrar incapaz de se representar nela. Para os empresários, a empresa pública é estranha ao Estado; para a empresa pública, o Estado é estranho a ela" (Belluzzo, 1977, p. 27).

Nesse contexto, na medida em que os tecnocratas responsáveis pelas empresas e agências estatais gozam de uma relativa autonomia, atuando no sentido de manter ou ampliar sua área de influência, gera-se uma pluralidade de lógicas de atuação que podem ser contraditórias entre si ou até com a diretriz mais geral da política econômica, engendrando o que Luciano Martins define como "(...) a proliferação de subpólos do poder burocrático: uma espécie de feudalização do aparelho do Estado" (Martins, 1978, p. 37).

A conjugação dos fatores descritos até aqui – utilização de recursos públicos para o benefício de determinadas frações do setor privado; desvirtuamento da função pública da empresa estatal<sup>8</sup> que tende a

<sup>7</sup> "(...) Existem indicações de que sua participação na formação bruta de capital fixo da União praticamente dobrou, em termos reais, no período 1959-1973; ao passo que a participação da administração direta diminuiu cerca de 10% no mesmo período" (Martins, 1978, p. 36).

<sup>8</sup> Em seus estudos, Sergio Henrique Abranches (1979, p. 104), tem enfatizado a questão do declínio da responsabilidade pública da empresa estatal. Este declínio se expressa pela perda da identidade social da empresa estatal que deveria "(...) definir seu papel a partir de preocupações sociais, redistributivas, para permitir maior acesso das camadas despossuídas aos bens básicos essenciais". Assim como os outros estudiosos desta linha teórica, Abranches atribui esta situação à ausência de controles políticos sobre a ação do Estado no regime autoritário e propõe o estabelecimento de "procedimentos democráticos ampliados" para viabilizar o controle democrático do Estado e recuperar o sentido "social" das políticas públicas.

ser gerida com preocupações de cunho empresarial e não social; e feudalização do aparelho estatal<sup>9</sup> – configuraria um processo de privatização do Estado, e não de estatização da economia. Para os autores que se inserem nessa linha de análise, a superação da controvérsia acerca da atuação econômica do Estado, de sua organização interna e dos problemas daí decorrentes passa pela democratização desse Estado, através da criação de mecanismos de controle da sociedade sobre ele. Assim, essas questões dizem respeito à natureza autoritária do regime político brasileiro e não se restringem ao papel do Estado na economia.

A perspectiva de democratização do Estado brasileiro como solução para o seu crescimento excessivo, nos moldes propostos por essa linha teórica, parece-nos não só ilusória como baseada numa premissa teórica falsa: a de que o Estado capitalista é uma entidade neutra; que sua atuação pode ser redirecionada desde que se consiga a posse de seus aparelhos econômicos e órgãos decisórios e a criação de mecanismos de controle popular sobre eles, ou a formação de alianças com segmentos mais conscientes da burocracia estatal que poderiam desempenhar o papel de "classe de apoio a uma reconversão econômica com pretendida abertura social" (Cardoso, 1976, p. 23). Em nossa opinião, as análises realizadas pelos autores que se inserem nessa linha teórica não conseguem explicar a natureza da ação econômica estatal e da relação entre os empresários e o Estado no pós 64. Contudo essas análises são importantes na medida em que conseguem descrever como se desenvolveram e ampliaram os mecanismos de atuação do Estado brasileiro.

Outra premissa teórica equivocada parece fundamentar as análises que atribuem ao crescimento da tecnocracia enquanto nova burocracia de Estado – diferente da burocracia governamental ligada à administração do aparelho de Estado na medida em que se ocupa da gestão das empresas públicas, pautando sua atuação pela lógica do lucro e da rentabilidade – o surgimento de uma nova classe social, a "burguesia de Estado", que exerceria sua dominação num novo modo de produção: num "capitalismo de Estado" (Martins, 1977b) ou num "modo tecnoburocrático ou estatal de produção" (Pereira, 1977)<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> A idéia de "feudalização" do Estado tem alguns pontos de contato com a de "anéis burocráticos", utilizada por Fernando Henrique Cardoso para demonstrar como se interligam os interesses dos representantes das diferentes frações de capital com os tecnocratas que dirigem as empresas e agências estatais cuja atuação afeta diretamente a estes capitais. Voltaremos a esta questão no próximo item.

<sup>10</sup> A respeito dos conceitos utilizados respectivamente por Carlos Estevan Martins e Luis Carlos Bresser Pereira, ver a polêmica entre os autores e José Arthur Giannotti, publicada em Estudos Cebrap. Ver também a crítica de Luís Antônio de Oliveira Lima e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (1978): O capitalismo e os limites da burocracia, bem como o artigo de Helena Hirata (1979) que consideramos definitivo para a crítica desses conceitos: Capitalisme d'Etat, bourgeoisie d'Etat et mode de production technobureaucratique.

O Capitalismo de Estado, segundo Carlos Estevan Martins, caracterizar-se-ia não só pela existência de um setor produtivo estatal significativo — précondição para o desenvolvimento do capitalismo tardio num país periférico como o Brasil —, mas, em especial, pela existência de uma burguesia estatal enquanto suporte social próprio da forma estatal do capital. Contudo Martins entende que a burguesia estatal não será classe dominante enquanto não ocorrer a transformação total da natureza do Estado no Brasil: "(...) enquanto o caráter do Estado permanece sendo burguês-privado, não se pode falar da existência de uma burguesia estatal. Para que esta passe a existir como tal é necessário que o Estado se descaracterize enquanto burguês-privado e se recharacterize enquanto portador dos novos conteúdos representados pelos interesses específicos da burguesia estatal. O que estamos vivendo hoje no Brasil é justamente este momento de transição política, que pode tanto se completar na direção recharacterizadora do poder estatal, quanto retroagir ao status quo ante bellum, dependendo de qual seja o desenlace da crise atual" (Martins, 1977b, p. 294-5).

Numa concepção mais radical, Luis Carlos Bresser Pereira vê nas transformações sofridas pelo Estado Nacional após 1964 — em especial a ampliação de sua função produtiva e a instauração do regime autoritário —, aliadas à existência de uma burguesia nacional historicamente não hegemônica e ao fortalecimento de uma burguesia estatal, o aparecimento irreversível de um novo modo de produção: o modo tecnoburocrático ou estatal de produção. "A emergência da tecnoburocracia significa fundamentalmente a transferência do poder e da condição de classe dominante da burguesia para a classe tecnoburocrática. (...) Neste novo modo de produção, o Estado continua a ser um estado de classe, agora diretamente a serviço da tecnocracia, e os trabalhadores mantêm-se em sua condição de classe dominada" (Pereira, 1977, p. 82). Dessa forma, o que diferencia o modo de produção tecnoburocrático do capitalista é a natureza das relações de produção em cada um deles, e que são expressas por formas de propriedades diferentes. Como consequência, "(...) se a cada forma de propriedade correspondem relações de produção diferentes, correspondem também classes sociais diferentes (...) Ao modo de produção estatal corresponde a propriedade tecnoburocrática, organizacional ou estatal. A propriedade dos meios de produção pertence ao Estado (...) Mas é controlada e serve a uma nova classe, a classe dos tecnoburocratas, o que nos permite também falar em propriedade tecnoburocrática (...) A relação de produção tecnoburocrática é assim radicalmente diversa da capitalista, à medida em que em uma a propriedade é estatal e na outra, privada" (Pereira, 1977, p. 83).

Não pretendemos nos alongar na exposição dessa concepção que peca por suas imprecisões teóricas. Contudo torna-se relevante esclarecer estas imprecisões, não só porque o discurso empresarial, por vias diversas, termina por identificar também a tecnocracia como uma nova classe dominante, mas porque se faz necessário incorporar outros elementos teóricos para compreender a ação econômica do Estado. Para incorporar esses elementos, utilizaremos as análises de autores que se filiam à vertente explicativa que consideramos a mais elucidativa sobre o Estado brasileiro. Baseados em premissas teóricas distintas daquelas examinadas até aqui, esses autores atribuem a ampliação das funções econômicas do Estado no Brasil a uma necessidade do processo de acumulação, em especial nos momentos de crise, quando a ação mediadora do Es-

tado capitalista visa restaurar as condições de acumulação rentável do capital<sup>11</sup>.

Compreendida a partir dessa premissa teórica, segundo Gilberto Matias, a ação global do Estado — assim como o movimento do conjunto da economia — é determinada pela lei do valor, "(...) concebida não só enquanto mecanismo básico alocador de recursos produtivos numa economia capitalista, mas também como expressão das relações de produção dominantes na sociedade" (Matias, 1977, p. 61). Os limites e as formas de intervenção do Estado são determinados "fundamentalmente pelo movimento do capital no seu conjunto" (Matias, 1977, p. 51). Nessa perspectiva, o Estado cumpre a função de "capitalista coletivo ideal", enquanto mediador e promotor do processo de acumulação de capital, em especial nos momentos de crise, quando a ação estatal, determinada pelas necessidades do capital em geral, se concretiza num elenco de medidas de política econômica. A aplicação dessas medidas depende, por um lado, "(...) da resistência que ofereçam os setores eventualmente afetados e, por outro, do movimento do conjunto da economia" (Matias, 1977, p. 59). Como decorrência, a ação do Estado capitalista e de sua tecnocracia não é neutra nem passível de reconversão. Pelo contrário, "(...) longe de conferir racionalidade ao conjunto da atividade econômica, determinando **ex ante** o montante e a orientação dos investimentos privados, a ação planificadora do Estado burguês aparece necessariamente como um **resultado** — continuamente repostado em questão — do entrelaçamento de interesses divergentes e contraditórios das várias frações e unidades do capital cujas exigências particulares concretas fornecem os únicos indícios de que dispõe a tecnoburocracia para traçar com alguma eficácia um programa de estímulos e subsídios estatais" (Matias, 1977, p. 69). A existência desses interesses divergentes e as dificuldades do Estado em harmonizá-los transparecem especialmente nos momentos de crise, como se verificou no Brasil a partir de 1974. As reações dos diferentes setores empresariais frente às alterações da política econômica nacional contidas no II PND são um exemplo claro disso.

Nessa mesma linha de análise, Helena Hirata baseia-se em dois pressupostos teóricos fundamentais para invalidar os conceitos de "Capitalismo de Estado", de "burguesia estatal" ou de "modo de produção tecnoburocrático".

"1) O capital, privado ou do Estado, é uma relação social e não uma massa de riquezas. As análises (...) que definem o caráter de classe burguês da burocracia pela propriedade efetiva dos meios de produção consideram o capital exclusivamente como uma massa de riqueza à disposição do tecnoburocrata, cujo controle pode ser fonte imediata de poder funcional" (Hirata, 1979, p. 94). Dessa forma, a idéia de capitalismo de Estado peca pela "(...) separação do capital de Estado e do capital privado em duas entidades distintas, quando elas são, na realidade, duas formas do processo de valorização do capital".

<sup>11</sup> Ver, a este respeito, os artigos de João Carlos Torres (1977) — Referências teóricas para a análise da questão da estatização, de Gilberto Matias (1977) — Estado e Capital: notas sobre um debate recente, e de Helena Hirata (1979) — Capitalisme d'Etat, bourgeoisie d'Etat et mode de production techno-bureaucratique, entre outros.

"2) A análise da burocracia deve ser ligada à análise do valor. Assim, o controle do capital não pode ser separado do conjunto do processo de valorização" (Hirata, 1979, p. 95). Nessa perspectiva teórica, veremos que a burocracia de Estado, "(...) mesmo quando efetua certas escolhas em matéria de investimentos, de orientação de recursos ou de fixação de preços, tem, ao nível da estrutura produtiva, um poder de decisão limitado pela presença, ao lado do capital de Estado que ela gere, de capitais privados nacionais e internacionais cuja existência define demarcações precisas quanto ao espaço de investimento de cada agente do capital" (Hirata, 1979, p. 96-7).

A partir desses pressupostos teóricos, pode-se concluir que o Estado capitalista e a burocracia não têm autonomia ilimitada, que seria a condição para a existência de um capitalismo de Estado e de uma burguesia estatal. Assim, "o Estado goza de uma autonomia relativa frente à classe economicamente dominante na medida em que é a expressão dos interesses do capital total em oposição aos interesses particulares das unidades de capital" (Hirata, 1979, p. 97). Nesse sentido, a ação estatal visa garantir as condições de acumulação privada de capital, ou seja, suprir as necessidades do conjunto dos capitalistas. Entretanto "(...) o Estado é capitalista coletivo apenas 'em idéia' e há sempre uma defasagem entre os interesses de todas as frações representantes no bloco no poder e os interesses que conseguem ser efetivamente levados em conta. Aliás, é esta defasagem real que determina o lugar hegemônico de uma fração no conjunto das classes dominantes" (Hirata, 1979, p. 97).

Os conceitos de autonomia relativa do Estado e de Estado como "capitalista coletivo" são fundamentais para se compreender as mudanças de comportamento do empresariado nacional frente ao Estado a partir de 1974. São esses conceitos que explicam também como, no regime autoritário pós 64, os empresários nacionais conseguiram manter instituições e canais de manifestação de seus interesses frente ao Estado. Se o Estado nacional fosse um bloco monolítico das classes dominantes, ou, por outro lado, um organismo neutro e desvinculado da sociedade, não haveria como explicar a ocorrência do protesto empresarial nem a possibilidade de institucionalização deste protesto dentro do bloco de poder, através da interligação entre os canais de representação dos interesses das diferentes frações de capital instalados no País e as várias instâncias dos aparelhos de decisão econômica no Estado.

A inter-relação entre os capitais privados e os aparelhos econômicos do Estado pode ser comprovada pela existência de, no mínimo, quatro modalidades de intermediação de interesses entre a burguesia empresarial e o Estado nas últimas décadas: a estrutura de representação de interesses corporativa, oficial, formada pelos sindicatos, federações e Confederação Nacional da Indústria; a estrutura extracorporativa, formada pelas associações de setores determinados da indústria (ABDIB, etc.); e duas modalidades de contatos informais, não institucionalizados: os contatos pessoais e os "anéis burocráticos".

Os "anéis burocráticos", descritos por Fernando Henrique Cardoso, são "(...) círculos de informação e pressão (portanto de poder) que se constituem como mecanismos para permitir a articulação entre setores do Estado (inclusive as forças armadas) e setores das classes sociais" (Cardoso, 1975, p. 208). Ou seja, referem-se às alianças setoriais que

se estabelecem entre representantes do setor privado e os burocratas responsáveis pelas agências do Estado cuja atuação afeta a estes setores, criando laços clientelísticos com o objetivo de traduzir os interesses específicos em políticas concretas. O funcionamento desses "anéis burocráticos" carece de estudos empíricos aprofundados, mas as entrevistas realizadas por Diniz e Boschi com os líderes mais representativos da indústria nacional comprovaram não só a existência dessas articulações – como, por exemplo, entre a ABDIB e a CACEX e entre o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) e o Conselho Siderúrgico Nacional (CONSIDER) – como a sua primazia sobre as demais formas de articulação de interesses dos grandes grupos privados nacionais com o Estado (Diniz & Boschi, 1978, p. 171).

No que se refere aos contatos pessoais de empresários com os burocratas responsáveis pelas decisões econômicas, as pesquisas mostram que eles têm sido amplamente utilizados pelos grandes empresários – que têm acesso a estes contatos – como um reforço adicional às outras vias de pressão sobre os núcleos decisórios do aparelho de Estado.

A estrutura oficial de representação de interesses, criada pelo Estado através da legislação sindical da década de 30, compõe-se de três níveis hierárquicos: sindicatos, representando cada setor da indústria; federações, que representam todos os sindicatos em cada estado; e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), formada por todas as federações. Segundo as pesquisas realizadas por Diniz e Boschi, a sindicalização das empresas industriais no País ainda é baixa, e os sindicatos congregam, em geral, pequenas e médias empresas dos ramos tradicionais da indústria, distribuídos pelos estados menos desenvolvidos do País (Diniz & Boschi, 1979, p. 29-31). A estrutura corporativa tem sido usada, em especial, para o encaminhamento de problemas referentes às relações trabalhistas, ou de questões políticas de interesse geral do empresariado, como a defesa da livre iniciativa e da empresa privada, ou da participação dos empresários no processo de definição da política econômica. Durante a campanha contra a estatização, por exemplo, os empresários enviaram ao Governo suas sugestões para a desestatização da economia nacional através das federações.

As associações civis que compõem a estrutura de representação de interesses extracorporativa foram criadas pelos empresários como objetivo de representar determinado setor industrial em âmbito nacional, como por exemplo a Associação para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB). Essas associações surgiram em especial no pós 64, não são hierarquizadas nem vinculadas à estrutura sindical, congregam especialmente grandes empresas dos setores mais modernos da indústria (bens de capital, eletrônica, química, etc.) e se concentram nos estados mais industrializados do País (Diniz & Boschi, 1979, p. 30). A necessidade de criação de novas instituições de representação de interesses empresariais advém do próprio processo de expansão e diversificação da indústria no Brasil, nas últimas décadas, ao longo do qual adquiriram importância novos setores industriais, modernos e dinâmicos, cujos interesses, "(...) por sua especificidade e centralidade na fase de desenvolvimento em curso, chocam-se com a heterogeneidade e a rigidez da estrutura corporativa, pressionando por novas formas de organização" (Diniz & Boschi, 1979, p. 35).

A utilização de várias formas de acesso ao Estado está diretamente relacionada à característica autoritária do regime político e à presença de uma máquina estatal grande e complexa, com forte poder de intervenção e regulamentação da economia. Neste contexto, o esvaziamento do poder legislativo — e dos demais canais de pressão da sociedade civil sobre o Estado —, bem como a perda da representação empresarial nos conselhos e órgãos de definição da política econômica deslocaram o conflito político e econômico entre as classes dominantes para dentro do aparelho de Estado. Assim, na medida em que as decisões sobre a política econômica e financeira são extremamente centralizadas, mas, ao mesmo tempo, existe um "(...) acentuado grau de descentralização funcional dos órgãos de política econômico-financeira, observando-se aí a atomização de responsabilidades e áreas de competência e mesmo a superposição e duplicidade de órgãos e esferas decisórias" (Diniz & Boschi, 1978, p. 172), a burocracia estatal tornou-se o alvo privilegiado dos mecanismos de pressão e influência empresariais. Esses fatores explicam, também, porque a negociação entre os empresários e o Estado tem sido crescentemente setorializada e elitizada, utilizando em especial as associações extracorporativas e "anéis burocráticos". Aos pequenos e médios empresários resta a vinculação à estrutura sindical, cuja possibilidade de influência é mínima e restrita a questões de interesse geral da indústria.

O desenvolvimento dessas diversas modalidades de acesso dos empresários ao Estado não deve ser interpretado como indicativo de uma tendência à superação da estrutura corporativa, cujos limites de atuação impostos pelo rígido controle exercido pelo Estado sobre os sindicatos são por demais conhecidos. Pelo contrário, o padrão de atuação do empresariado nas últimas décadas tem sido o de utilização conjunta e complementar de todos esses mecanismos, ainda que os canais de mediação mais flexíveis sejam privilegiados pelos grandes grupos privados nacionais em sua relação com o Estado.

Esse padrão de atuação foi mantido mesmo em conjunturas críticas da relação entre o empresariado e o Estado, como ocorreu após a divulgação do II PND. Nesse momento, as frações empresariais afetadas pelas modificações da política econômica utilizaram-se de todos os canais existentes para veicular o seu protesto, incorporando, inclusive, um canal novo, propiciado pela liberalização política do regime: a imprensa. A campanha contra a estatização foi iniciada pela imprensa, no final de 1974. Também em 1978, os empresários mais avançados do País lançaram sua proposta de modelo político e econômico através do jornal *Gazeta Mercantil*. No próximo item, procuraremos reconstituir como se deu a relação entre o empresariado e o Estado no período 1964-78 e analisar o significado do protesto empresarial, ocorrido entre os anos de 1974 a 1978.

### **1.3 — Mobilização do empresariado nacional — 1964-78**

Analisando os primeiros 10 anos da "Revolução", Eli Diniz (1983) identifica duas fases distintas do regime — 1964 a 1967 e 1968 a 1973 — na tentativa de implementar um projeto comprometido com os interesses

privados da economia e com um dado padrão de desenvolvimento capitalista. A essas duas fases corresponderam atitudes diferenciadas do empresariado.

A primeira fase (1964-67) caracterizou-se, a nível político, pela prioridade dada à desestruturação da ordem anterior. Com esse objetivo, a ação governamental seria centrada na desmobilização dos diferentes segmentos da sociedade civil e de seus respectivos canais de participação: sindicatos, partidos, movimentos sociais urbanos e rurais. A nível econômico, a preocupação seria com o saneamento da economia nacional que indicava como prioridade o controle da inflação. Para tanto, seria implementada uma política econômica restritiva, centrada no controle dos salários e dos meios de pagamento. Durante esse período, a posição do empresariado era ambígua: apesar de apoiar as medidas políticas de desmobilização social, questionava certos aspectos da política de austeridade, em especial a contenção de crédito para o setor privado e a redução do nível de investimentos.

A segunda fase (1968-73) caracterizou-se pela tentativa de legitimação do regime frente às suas principais bases de apoio, através dos resultados positivos de sua política econômica: desenvolvimento capitalista baseado em forte intervenção estatal, concentração oligopolística da produção e internacionalização da economia. O êxito do "milagre econômico" entusiasmou o empresariado nacional, fazendo com que a "(...) ambigüidade inicial fosse substituída pela adesão generalizada, predominando uma visão otimista quanto à eficácia do modelo formulado pela coalisão dirigente" (Diniz, 1983, p. 15).

Note-se que é nesse período que se intensifica a participação do Estado na economia. Na década de 70, "(...) foram criadas mais empresas governamentais que no resto dos 60 anos precedentes" (Martins, 1978). Contudo, enquanto durou o "milagre", essa questão não parecia prejudicar os interesses dos empresários. Entretanto, a partir de 1974, o empresariado nacional mobilizou-se num debate sobre a intervenção do Estado na economia.

O tema "estatização" dominou as manifestações do empresariado nacional desde a divulgação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), em setembro de 1974, até 1977, através de uma campanha contra a estatização. A partir de então, o debate ganhou contornos mais políticos, culminando nas reivindicações democráticas contidas no primeiro documento dos empresários do Fórum da Gazeta Mercantil (GM, 27.6.78, p. 7).

As críticas dos empresários brasileiros à condução da política econômica nacional apareceram como resposta ao II PND que definiu a estratégia econômica do Governo Geisel para o quinquênio 1975-79. Com o objetivo de manter o crescimento econômico do País e consolidar a sua posição entre as potências capitalistas emergentes, o PND tinha dois pontos prioritários: a montagem de um novo padrão de industrialização baseado no desenvolvimento da indústria de base (insumos básicos e bens de capital) e o fortalecimento da empresa privada nacional, a parte mais fraca do tripé em que se assenta a economia nacional — capital privado nacional, capital estatal e capital estrangeiro. A transformação do setor de bens de produção em setor líder do processo de industrialização dar-se-ia, especialmente, através de investimentos da administração pública central e das empresas estatais.

Os empresários interpretaram o II PND como o elemento "(...) desencadeador de um irreversível processo de estatização" (Lessa, 1980, p. 34), na medida em que o objetivo de expansão econômica centrada no desenvolvimento da indústria de base colocava as empresas estatais, produtoras de insumos básicos e de serviços de infra-estrutura, no comando do processo de industrialização. Segundo Carlos Lessa, essa liderança aconteceria de duas formas: "Diretamente, na medida em que fixaria um horizonte de demanda firme e ascendente para que a indústria de bens de capital pudesse dar um salto quantitativo e em qualidade. Indiretamente, para toda a indústria, ao estabelecer novos pressupostos de localização, especialização e expansão referidos àquelas frentes prioritárias. Nesta perspectiva, a empresa estatal seria o ator principal no comando do movimento de industrialização" (Lessa, 1980, p. 33).

Note-se que a reação dos empresários à política econômica do Governo Geisel não foi homogênea. A crítica dos industriais foi diferenciada de acordo com os setores aos quais pertenciam e à forma como estes seriam afetados pelas modificações econômicas propostas no II PND.

O setor ligado ao capital internacional – produtor de bens duráveis de consumo – desde o início mostrou-se receoso com o aumento da importância das empresas estatais na economia e a ampliação da ação reguladora do Estado contidos nas propostas econômicas do Governo (Cardoso, 1983, p. 15-7).

Já o setor nacional de bens de capital, como foi mostrado por Lessa (1980, p. 33-4 e 1978), de início se entusiasmou com o Plano na expectativa de crescimento da demanda de bens de capital e de insumos básicos, que seria sustentada, principalmente, pelas encomendas das empresas estatais às indústrias privadas nacionais do setor. Mas, tanto pela evolução da crise econômica internacional quanto pela pressão das multinacionais interessadas na colocação de seus equipamentos no mercado brasileiro, o Governo não pode cumprir as promessas de encomendas às indústrias nacionais. A partir de então, os empresários do setor nacional de bens de capital passaram a criticar a orientação econômica do Governo e, em 1978, o próprio regime.

Durante o período 1975-77, a crítica dos empresários à condução da política econômica intensificou-se, sendo veiculada pelos órgãos de classe do empresariado e pela grande imprensa, no que ficou conhecido como a campanha contra a estatização<sup>12</sup>. Essa crítica visava a dois pontos básicos: o crescimento da intervenção estatal na economia, nos últimos anos, e a centralização excessiva do poder decisório no Executivo.

A crítica dos empresários à expansão da atividade econômica estatal na área produtiva centrava-se no aumento do número de empresas estatais e seu desdobramento em subsidiárias que, muitas vezes, invadiam setores cativos da empresa privada. Também o gigantismo das empresas estatais era criticado, pois, para os empresários, ele era reforçado

---

<sup>12</sup> Cabe mencionar que a campanha envolveu não apenas empresários da indústria, mas também do comércio e do setor financeiro. Para uma análise detalhada da Campanha e dos setores empresariais nela envolvidos, ver Cruz (1984).

pelos privilégios que as empresas públicas recebiam do Estado: favorecimento na política de preços, isenções tributárias, fácil acesso às informações técnicas e aos investimentos, etc. Na área de recursos financeiros, os empresários questionavam, em especial, a excessiva carga tributária, a concentração no Estado das poupanças voluntária e compulsória do País e o crescimento da rede bancária tanto a nível federal quanto estadual.

Quanto à ação reguladora do Estado sobre a economia, os empresários consideravam-na excessivamente centralizada em órgãos aos quais a categoria não tinha acesso — como a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) — e que não atendiam aos interesses de desenvolvimento da iniciativa privada. Essa avaliação demonstra uma certa clareza do empresariado ao perceber que as modificações<sup>13</sup> adotadas no processo de planejamento e regulação da economia, no início do Governo Geisel, resultariam em maior concentração de poder e recursos nas mãos do Executivo.

Para os empresários, a conjugação de todo esse processo de crescimento da atividade econômica do Estado, de concentração dos recursos financeiros e do poder de decisão sobre os rumos da economia nacional poderia ter como consequência o fim do regime da livre iniciativa e a implantação de um regime não capitalista no País. Esse temor se deve à concepção de liberalismo presente no ideário de parte significativa dos empresários que "(...) recuperam a velha idéia de Locke da interdependência das duas liberdades: a econômica e a política. As duas são condicionantes recíprocas e mutuamente se alimentam; a desaparecimento de uma instaura o arbítrio e leva fatalmente à morte da outra liberdade" (Lessa, 1980, p. 32).

Nesses termos, para os empresários, o cerceamento de sua liberdade econômica, provocado pelo crescimento da intervenção estatal viria acompanhado, a nível político, pela centralização total do poder nas mãos do Estado. É ilustrativo deste pensamento uma declaração de Magalhães Pinto: "O meu receio é a estatização completa da economia, porque neste dia acabará a democracia. O Governo tem que dizer o que pretende, pois, se houver uma estatização generalizada, nós vamos para outro regime, exatamente o regime que nós combatemos" (Veja, 1976).

Como resultado desse debate, em março de 1976 o Secretário de Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, solicitou aos empresários que

---

<sup>13</sup> Foram elas: a) transformação do Ministério do Planejamento em Secretaria do Planejamento, diretamente subordinada ao Presidente da República; b) criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, também subordinado à Presidência, com a responsabilidade de traçar as diretrizes da política econômica nacional; c) transferência dos fundos do PIS e do PASEP para o controle do BNDE, para serem aplicados em programas especiais de desenvolvimento (anteriormente esses fundos eram geridos pela Caixa Econômica Federal e aplicados em financiamentos de consumo e de capital de giro) e criação das subsidiárias Insumos Básicos S/A — Financiamento e Participações (FIBASE), Mecânica Brasileira S/A (EMBRAMEC) e Investimentos Brasileiros S/A (IBRASA). Essas medidas garantiriam ao Governo poder de decisão e recursos para a consecução de sua estratégia econômica definida no II PND. Ver Pessanha (1981, cap. 3).

enviassem ao Governo suas sugestões para desestatizar a economia nacional. Em resposta, as principais associações empresariais do País, tanto do setor industrial quanto do financeiro e do comercial, encaminharam suas propostas.

Essas sugestões abrangiam a atividade produtiva do Estado, o controle estatal dos recursos financeiros do País e o controle do Estado sobre o processo de definição da política econômica nacional. Na esfera produtiva, os empresários propunham a privatização de determinadas empresas públicas, a proibição do surgimento de novas empresas estatais e/ou da criação de subsidiárias das já existentes e a supressão dos privilégios das estatais. Na área financeira, foi sugerida a limitação dos recursos públicos à receita tributária, a transferência das poupanças voluntária e compulsória para a esfera privada e a limitação da atividade dos bancos oficiais.

Quanto à centralização do poder decisório do Estado sobre a política econômica e sobre a própria atividade produtiva estatal, os empresários sugeriram medidas que garantissem, por um lado, a ampliação de sua participação nas instâncias de decisão econômica já existentes e, por outro, a criação de novos órgãos para controlar a atuação do Estado. Essas medidas incluíam "(...) a reativação de todos os órgãos de deliberação coletiva com representação empresarial, a criação de conselhos, ou a formação de grupos dentro dos conselhos existentes, para disciplinar a concorrência entre empresas públicas e particulares, delimitar áreas de atuação dos setores público e privado, proibir intervenções estatais por via administrativa, controlar a expansão das empresas públicas e a ação da tecnoburocracia estatal, opinar e deliberar sobre a ocupação dos espaços vazios, destino dos lucros das empresas estatais e dos recursos oriundos da poupança" (Pessanha, 1981, p. 110).

A resposta do Estado às demandas dos empresários foi dada em julho de 1976, através de um documento elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico: Ação para a Empresa Privada Nacional.<sup>14</sup>

Nesse documento, o Governo sintetizou sua posição no debate entre a empresa privada e a intervenção estatal numa frase: "O Governo pensa e vai fazer o que está no II PND, aprovado pelo Congresso Nacional". Citando trechos do Plano, o Governo reafirmou a atividade econômica estatal nos setores de infra-estrutura (energia, transportes e comunicações) e nas áreas de desenvolvimento social (educação, saúde e previdência social). Nos demais setores, definiu que só haveria projetos sob controle de empresas governamentais se a iniciativa privada não pudesse ou não quisesse realizá-los. Quanto à transferência de empresas estatais para a iniciativa privada, o documento considerou que sua atuação se dá nos setores definidos pelo II PND, com raras exceções que não chegam a um número significativo: "área de seguros, um ou outro caso de transportes, situações isoladas em algumas indústrias". Na área financeira, foi confirmada a gestão do BNDE sobre a aplicação dos fundos de poupança (PIS, PASEP, FGTS) que seriam destinados "preponderantemente ao setor privado", em especial para a produção de insumos básicos.

---

<sup>14</sup> Ação para a Empresa Privada Nacional. Documento aprovado pelo Presidente da República, no âmbito do CDE, em 15.6.76 (Mimeo).

Quanto à demanda mais importante dos empresários — sua participação no processo de definição da política econômica —, não há referência explícita no documento do Governo. Há apenas menção ao objetivo de criar um grupo de trabalho, de caráter consultivo, para "(...) apresentar sugestões concretas sobre formas de consolidar a posição da empresa privada nacional. Este grupo de trabalho teria a participação do setor privado, do Secretário do Planejamento e de representantes dos Ministérios da Fazenda, da Indústria e Comércio e das Minas e Energia"<sup>15</sup> (Pessanha, 1981, p. 155).

Com o malogro do II PND já no final de 1976 e 1977, a Campanha perdeu o sentido; as entidades empresariais nem responderam ao documento do CDE (Cruz, 1984, p. 276). Ainda assim, a polêmica sobre a estatização foi a tônica da IV Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), realizada em novembro de 1977 no Rio de Janeiro. O documento final da CONCLAP, a Carta do Rio de Janeiro, enfatizou a "hipertrofia da ação estatal" direta e indireta, que "inibe a atividade empresarial privada". Para os empresários, "(...) a grande tarefa nacional é exatamente a de construir, em bases sólidas, os fundamentos de uma economia de mercado através de uma opção clara e sem hesitações por uma estratégia que crie condições efetivas para o florescimento não tutelado da empresa privada no Brasil" (GM, 5-7.11.77, p. 3).

A definição dessa estratégia deveria, segundo o documento, levar em conta uma série de princípios gerais, dentre os quais se destacam a limitação da presença do Estado na economia tanto no âmbito de sua participação direta, através de empresas estatais, quanto na sua atuação indireta, através de mecanismos de regulamentação do funcionamento do setor privado; revisão do sistema de planejamento que deveria voltar-se para a racionalização do próprio setor público e limitar-se a indicar as grandes prioridades nacionais, as quais, para serem fixadas, deveriam contar com a "(...) criação de mecanismos de consulta junto aos representantes dos diferentes segmentos da sociedade, a fim de refletir de maneira mais precisa as preferências da comunidade" (GM, 5-7.11.77, p. 3).

A questão da democracia, que já vinha sendo discutida pelos diferentes segmentos da sociedade civil brasileira, foi inserida, timidamente, no documento da CONCLAT, onde a "descentralização econômica", desejada "(...) está intimamente relacionada com o pluralismo político, melhor forma para acomodar as naturais dissensões numa sociedade em processo de intensa transformação, como é o caso atual do Brasil" (GM, 5-7.11.77, p. 3).

A partir do final de 1977 e durante o ano de 1978, começaram a se ouvir outras vozes entre as lideranças empresariais do País. A polêmica sobre a estatização havia sido conduzida por líderes do empresariado tradicional — Theobaldo de Nigris, José Papa Júnior, Pompeu de Souza, Paulo Maluf, entre outros — e pelos órgãos mais conservadores da grande imprensa: Jornal do Brasil, revista Visão, jornal Estado de São

---

<sup>15</sup> Segundo Pessanha (1981, p. 155), tal grupo teve vida efêmera e, depois de alguns atritos entre um representante da iniciativa privada e o Ministro Reis Velloso, foi desativado.

Paulo (Cruz, 1984, p. 284). As novas vozes partiram de empresários liberais, oriundos dos setores mais modernos da indústria nacional — Cláudio Bardella, José Mindlin, Paulo Villares, Antonio Ermírio de Morais, entre outros. As declarações destes líderes empresariais (os mais representativos do País, segundo a Gazeta Mercantil<sup>16</sup>, conferiam ênfase não mais à crítica da estatização, mas à questão da democracia. "O que importa é que a sociedade possa controlar o Estado e não o inverso, como acontece agora. E para que isto aconteça, só existe um caminho: o acerto político. A única saída é a democracia"<sup>17</sup>. Essas declarações evidenciam a politização do discurso desses empresários que consolidaram sua posição sobre os problemas nacionais num manifesto que ficou conhecido como Primeiro Documento dos Empresários do Fórum da Gazeta Mercantil, em 1978.

Nesse documento, o tema da estatização é substituído por um discurso político mais genérico que endossa as críticas da sociedade civil ao modelo de desenvolvimento adotado pelo regime e reivindica um sistema mais aberto: "(...) desejamos exprimir nossa concepção sobre os rumos do desenvolvimento econômico, fundado na justiça social e amparado por instituições políticas democráticas, convencidos de que estes são, no essencial, os anseios mais gerais da sociedade brasileira" (GM, 27.06.78, p. 7).

Na primeira parte do documento dos empresários, é feita uma proposta de política industrial que busca amenizar os desequilíbrios econômicos provocados pelo modelo de desenvolvimento adotado no País. A ênfase no desenvolvimento industrial deverá repousar sobre a indústria de base e, a partir dela, deverão ser hierarquizadas as prioridades. A principal será o fortalecimento da empresa privada nacional, que ainda não teria alcançado uma posição de equilíbrio frente às estrangeiras e estatais. Para tanto, estabelece o documento que será necessário: a) criar mecanismos de capitalização da empresa privada nacional, o que pressupõe uma rearticulação entre o sistema industrial, o sistema financeiro privado e o sistema público de financiamento; b) formular uma política de produção, absorção e adaptação de tecnologia que seja inspirada nas prioridades do desenvolvimento industrial e na disponibilidade de recursos naturais; c) formular uma política de gastos do Governo e das empresas estatais que devem estar "subordinadas à política industrial, de modo a evitar distorções provocadas por seu comportamento descontrolado e prejudicial aos interesses maiores da economia nacional". Os empresários propõem, ainda, como questões importantes para a execução dessa política industrial, a necessidade de se estabelecerem critérios para a atuação das empresas estrangeiras no País, e de se criarem mecanismos de estímulo e proteção às pequena e média empresas. Finalmente, o documento afirma que a efetivação desse tipo de po-

---

<sup>16</sup> A partir de 1977, a Gazeta Mercantil elege, anualmente, através de consulta a milhares de empresários de todo o País, os 10 mais representativos líderes da categoria. A seguir, esses empresários participam de um fórum de debates e emitem um documento com sua posição quanto à situação econômica, política e social do País.

<sup>17</sup> Declaração de Severo Gomes, segundo mais votado na pesquisa (GM, 13.09.77, p. 1).

lítica industrial tem como pressuposto a participação ativa dos industriais na sua elaboração: "(...) os órgãos encarregados de sua formulação deverão abrigar representação dos industriais, que poderão, assim, emprestar sua experiência e conhecimento no desenho das grandes linhas daquela política, ainda que não interferindo nas decisões administrativas" (GM, 27.06.78, p. 7).

A segunda parte do documento dos empresários dedica-se à proposição de uma política social que minimize as desigualdades sociais profundas existentes no País e que "põem em risco, a longo prazo, a estabilidade social". Essa proposta de política social deverá basear-se numa política salarial justa que tenha como pressupostos a liberdade sindical e a modernização da estrutura sindical do País. Além disso, será necessário que "(...) o Estado enfrente as carências gritantes em matéria de saúde, saneamento básico, habitação, educação, transportes coletivos urbanos e defesa do meio ambiente", ampliando os investimentos públicos nesta área.

Finalmente, os empresários definem que tipo de regime político permitirá a consecução dessas propostas: "Acreditamos que o desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita uma ampla participação de todos. E só há um regime capaz de promover a plena explicitação de interesses e opiniões, dotado ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões sem transformá-las num indesejável conflito de classes — o regime democrático" (GM, 27.06.78, p. 7).

Alguns estudiosos, como Guido Mantega e Maria Moraes, viram, no Primeiro Documento dos Empresários, o indício do surgimento de uma nova vanguarda empresarial — formada, basicamente, pelos representantes da indústria de base — e de uma nova proposta de hegemonia burguesa que, com a superação do autoritarismo, permitiria "instituir uma dominação burguesa 'moderna' ou mais eficiente, para perpetuar o capitalismo no Brasil" (Mantega & Moraes, 1979, p. 102). Essa nova dominação compreenderia a criação de canais mais flexíveis de comunicação com os centros decisórios, a ampliação do espaço de discussão das decisões empresariais e a cooptação das classes trabalhadoras (que recomeçavam a se manifestar) e permitiria a superação do "capitalismo selvagem" dos anos de autoritarismo militar e sua substituição por um "capitalismo mais humano". Entretanto, os autores reconhecem que esses empresários ainda não tinham força e aliados suficientes para realizar o seu projeto de hegemonia. Mas não se pode negar que a sua aparição no cenário político evidencia o surgimento de novas lideranças e de novas idéias no seio do empresariado nacional, ligadas aos setores modernos da indústria.

Queremos destacar, contudo, que mais do que permitir constatar a existência de dissensões dentro da burguesia, o surgimento de dois discursos diferentes do empresariado na conjuntura 1974-78 — o antiestatizante e o liberal — revela o grau de distanciamento político que começava a existir entre o Estado e frações da burguesia nacional que compunha o pacto autoritário de 1964. Até 1976, aproximadamente, "(...) o empresariado se apanhou no Estado e desempenhou um papel discreto sem aparecer como protagonista da ação política (...) no auge do período burocrático-autoritário, o empresariado procurou influir mais corporati-

va do que politicamente sobre o Estado" (Cardoso, 1983, p. 12). Ou seja, o autoritarismo serviu aos interesses da burguesia nacional na medida em que possibilitou condições excelentes de acumulação de capital. Afinal, nas palavras contundentes de Mantega e Moraes: "Cumprir lembrar que não existe nenhum compromisso entre capitalismo e democracia e que o regime político predileto da burguesia é aquele que lhe garanta maior capacidade de acumulação" (Mantega & Moraes, 1979, p. 103).

Como interpretar, então, as manifestações empresariais de crítica ao Estado a partir de 1974? Elas estariam evidenciando uma ruptura com o regime burocrático-autoritário, ou, ao contrário, uma tentativa de rearticulação de alianças num contexto econômico, político e social diferente de 1964? Existe um consenso entre os estudiosos que têm se dedicado a essa questão<sup>18</sup> de que essas manifestações, antes de uma ruptura, representam uma tentativa de alcançar "um reajuste institucional das regras políticas" (Lessa, 1980, p. 32) ou "(...) a institucionalização de um novo tipo de relacionamento e de novas formas de convivência entre os setores público e privado pela abertura de um espaço de representação dos interesses do empresariado, sob a liderança de seu segmento mais moderno" (Diniz, 1983, p. 26). Essa conclusão é baseada em vários fatores que resumiremos a seguir.

Como primeiro fator, esperamos ter deixado claro que a mobilização empresarial frente ao Estado no período 1974-78 não é um processo contínuo. A campanha contra a estatização e as declarações liberais do Primeiro Documento dos Empresários tinham em comum o fato de serem manifestações do empresariado. Entretanto os líderes desses dois movimentos não eram os mesmos e representavam diferentes frações do capital. Não por acaso, as reivindicações eram também diversas.

No debate sobre a estatização, os empresários criticavam a atuação econômica do Estado e principalmente a impermeabilidade do Estado no processo decisório. A demanda por maior acesso aos centros decisórios era, no entanto, restrita, na medida em que seria atendida através da revitalização dos mecanismos corporativos de representação de interesses — a participação das entidades patronais nos conselhos econômicos. Nada era dito sobre as características autoritárias do regime político ou sobre a revitalização de instituições e mecanismos de participação política típicos de uma sociedade democrática — Legislativo atuante, organizações sindicais livres, etc. O discurso empresarial visava apenas a um aspecto do regime autoritário — a centralização do poder e o fechamento do processo decisório que colocavam o Estado no papel de árbitro absoluto das decisões econômicas e políticas — que afetava diretamente seus interesses, em especial após o malogro da política econômica proposta pelo II PND.

Já as declarações dos líderes liberais e o Primeiro Documento dos Empresários questionavam o regime e propunham, a nível institucional, a

<sup>18</sup> A respeito da participação dos empresários no processo de liberalização política no Brasil ver, em especial, as análises de Eli Diniz (1983), Eli Diniz e Renato Boschi (1978), Renato Boschi (1979), Fernando Henrique Cardoso (1983), Carlos Lessa (1980), Guido Mantega e Maria Moraes (1979).

consolidação do processo de abertura que permitiria uma nova articulação econômica e política para a Nação. Pela amplitude do Documento, poderíamos inserir os empresários que o assinaram no conjunto das demais forças sociais do País — Igreja, intelectuais, sindicatos — que vinham exercendo uma pressão liberalizante desde 1974. Poderíamos, inclusive, imaginar que estes empresários se dispunham a controlar o Estado. Contudo devemos evitar conclusões apressadas. O rumo dos acontecimentos políticos dos anos posteriores viria a influenciar as posições do empresariado em outro sentido. Com o recrudescimento da mobilização das forças populares, em especial as greves operárias de 1978 e 1980, os empresários voltaram-se novamente para o Estado e apoiaram a indicação do General Figueiredo para a Presidência da República como uma garantia de continuidade do processo de liberalização gradual, controlada e conduzida pelo Estado. "É inegável que a partir deste momento o governo Figueiredo passou a ser encarado pelo empresariado como, se não um aliado, uma barreira necessária para conter a sofreguidão com que a pressão liberalizante, ao sopro das massas, deslocava-se do plano institucional para o plano social" (Cardoso, 1983, p. 23).

De resto, os padrões históricos de comportamento do empresariado nacional não parecem indicar a sua capacidade de organização e formulação de um projeto de hegemonia sobre a sociedade. Ao contrário, os estudos já realizados sobre o comportamento empresarial mostram que a unidade de atuação das diferentes frações do empresariado em torno de objetivos políticos é problemática, ocorrendo apenas frente a questões episódicas e desfazendo-se assim que estas questões são superadas. De acordo com Eli Diniz: "Ao longo dos principais surtos industriais do país, o empresariado chegaria, sem dúvida, a alcançar algum nível de autonomia ideológica face às demais frações dominantes. Entretanto, o grau de consciência alcançado estaria, em grande parte, calcado na defesa de interesses econômicos sem refletir uma visão apurada das condições políticas adequadas à consecução desses interesses e menos ainda uma percepção comum de modelos políticos alternativos" (Diniz, 1983, p. 29).

Dessa forma, parece-nos claro que a mobilização política do empresariado nacional, entre os anos de 1974 e 1978, não pode ser interpretada como uma tentativa de ruptura com o regime militar e de consolidação de uma hegemonia burguesa moderna, num regime mais democrático. Se não bastassem todos os fatores apontados, poderíamos mencionar ainda os traços autoritários que persistem no pensamento do empresariado e que permitem visualizar melhor a sua restrita concepção de democracia.

Nas circunstâncias em que as preocupações se deslocam das relações institucionais entre o empresariado e o Estado para as questões concretas da relação entre o capital e o trabalho — em especial as reivindicações salariais e a utilização das greves como elemento de pressão das classes trabalhadoras —, o empresariado brasileiro tem se mostrado muito pouco flexível, requisitando, como aconteceu nas greves de 1978 e 1980 no ABC paulista, a intervenção das autoridades governamentais. A posição dos empresários, em sua relação com a classe trabalhadora, é fortemente baseada nos princípios do corporativismo, segundo os quais "(...) a articulação entre os diferentes segmentos produtivos e o Estado deve pautar-se pelos valores do colaboracionismo e a negociação deve processar-se no âmbito estrito das partes interessadas, sem extravasar os limites da competência de cada categoria social" (Diniz, 1983,

p. 32). Dessa forma, é difícil associar o discurso liberal da burguesia empresarial com uma disposição verdadeira em abrir mão de determinados ganhos e privilégios, para permitir a construção de uma sociedade mais democrática.

**PARTE II**

**A BURGUESIA INDUSTRIAL GAÚCHA  
E O ESTADO NACIONAL – 1964-78**

## 2 – ELEMENTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA FORMAÇÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL GAÚCHA

### 2.1 – Introdução

Neste capítulo, procuramos reconstituir os elementos estruturais que propiciaram o surgimento da indústria no Rio Grande do Sul, bem como a sua evolução e estrutura atual. O conjunto desses elementos que dá especificidade à formação do capitalismo na sociedade gaúcha será a mediação privilegiada neste estudo para explicar o pensamento, as formas de organização e a capacidade de atuação da burguesia industrial gaúcha. Num estudo de outra magnitude, deveriam ser incorporados à análise outros elementos, como aspectos históricos da formação da sociedade gaúcha, em especial o caráter patrimonialista da estrutura de poder que caracterizou a sociedade agropastoril, bem como a orientação positivista das elites dominantes gaúchas durante a República Velha.<sup>1</sup>

A abordagem desenvolvida tem como pressupostos a forma e o caráter da articulação da economia rio-grandense ao processo de acumulação nacional. Sendo assim, os diferentes estágios que se identificam na história econômica gaúcha são ilustrativos das formas específicas que assumiu esta articulação nas diversas fases que constituem o desenvolvimento econômico nacional.

No decorrer do período colonial, o Rio Grande do Sul fornecia produtos primários para o mercado nacional. Esses produtos foram, durante o século XVIII, os animais de carga destinados à zona de mineração e, no final do século, o trigo produzido pelos imigrantes açorianos no norte do Estado. No início do século XIX, com o desenvolvimento da pecuária, o Estado passou a produzir charque e a exportá-lo para o centro do País e colônias antilhanas (Pesavento, 1984, p. 14-9). Essa seria a principal atividade econômica do Rio Grande do Sul até a metade do século passado.

Durante a República Velha, com a imigração estrangeira e o desenvolvimento de uma agricultura colonial, o Rio Grande do Sul passaria a

---

<sup>1</sup> Sobre o caráter patrimonialista de poder na sociedade agropastoril gaúcha, ver Fernando Henrique Cardoso (1962): *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravista do RS*.

Sobre as elites gaúchas e o positivismo, ver Sandra Pesavento (1980 e 1980a): *História do RS e O imigrante na política riograndense* in: *RS: Imigração e colonização*. Ver também Pedro Cezar Dutra Fonseca (1985): *A transição capitalista no RS: a economia gaúcha na Primeira República*.

fornecer produtos agrícolas para o abastecimento nacional. Dessa forma, manteve-se o caráter subsidiário da economia gaúcha, na medida em que a exportação de produtos primários para o mercado interno brasileiro contribuiu para a acumulação de capital do núcleo dinâmico da economia nacional, localizado no centro do País.

O surgimento da indústria, no final do século passado, não conseguiu alterar a forma de inserção do Estado na economia nacional. Ao contrário, a forma como surgiu a indústria gaúcha, seu desempenho e a posição que ela ocupa nos diferentes estágios do processo de acumulação no país vieram confirmar o caráter subsidiário da economia rio-grandense.

## 2.2 – A indústria no Rio Grande do Sul

Ao longo do período colonial e até as primeiras décadas deste século, a sociedade rio-grandense era dominada pela elite agropecuária, e o centro econômico do Estado localizava-se ao sul. Pelotas era o centro das charqueadas, e Rio Grande, o porto de onde eram exportados os produtos da região. Na época, essa era a zona de maior desenvolvimento comercial do Estado, devido à produção agropecuária e à estrutura montada para sua exportação. Essas precondições foram importantes para que se instalasse a primeira indústria do Estado: a empresa têxtil União Fabril, fundada por Rheingantz em Rio Grande, em 1874 (Singer, 1974, p. 171). Os estabelecimentos industriais que aí se instalaram destinavam sua produção para o mercado nacional, "aproveitando as conexões com este mercado, já criadas pela exportação de produtos agropecuários" (Singer, 1974, p. 172). Para ter condições de competir com os produtos importados ou produzidos no centro do País, a indústria do Rio Grande apresentava características próprias: era composta de grandes estabelecimentos e pouco diversificada, especializando-se em alguns produtos derivados do beneficiamento de gêneros agropecuários como têxteis, conservas alimentícias, couro, charutos e farinha.

No final do século passado, o Rio Grande era o principal centro industrial do Estado. Entretanto, mesmo com a instalação dos frigoríficos estrangeiros em 1917, que chegaram a alcançar posição hegemônica na produção nacional, a importância industrial de Rio Grande vai diminuindo até ser superada por Porto Alegre, provavelmente nos anos 20 deste século (Singer, 1974, p. 174).

Foi a imigração estrangeira, iniciada com a vinda de colonos alemães e com a fundação de São Leopoldo em 1824, que propiciou o surgimento das condições para a diversificação da economia gaúcha e, num segundo momento, para o desenvolvimento industrial no norte do Estado.

Nos primeiros tempos, cada colônia alemã funcionava como unidade autônoma, na qual eram desenvolvidos uma economia de subsistência e um artesanato que satisfaziam as necessidades de consumo dos colonos. A partir de 1870, essas colônias já tinham condições de produzir excedente. Desenvolve-se, a partir de então, uma agricultura comercial, através da qual os produtos da lavoura eram vendidos para as demais regiões do Estado e para o mercado nacional. Na ligação entre as colônias e Porto Alegre, destacaram-se os grandes comerciantes alemães.

Os alemães dominaram também o comércio das colônias italianas da região de Caxias do Sul. Ao se instalarem, a partir de 1875, os italianos encontraram a economia colonial organizada, restando-lhes especializar-se em poucos produtos não produzidos pelos alemães: vinho, milho e derivados de porco (Pesavento, 1984, p. 50).

No decorrer desse processo, Porto Alegre tornou-se a cidade comercial para as colônias e aí se instalou a elite empresarial formada pelos grandes comerciantes alemães que desempenharam papel importante no desenvolvimento das indústrias na região (Singer, 1974, p. 165). A história das dinastias desses comerciantes, como Franz Trein, Frederico Mentz, Henrique Ritter Filho, A. J. Renner, Becker, Wallig e outros, e as indústrias por eles fundadas — cervejarias, tecelagens, confecções, curtumes, calçados, mobiliário, metalúrgicas, etc. — comprovam esse fato.

A origem da indústria gaúcha é uma questão não resolvida e que ainda gera polêmica entre os pesquisadores. Alguns, como Limeira Tejo, atribuem o surgimento da indústria a um processo de desenvolvimento gradual do artesanato colonial, sem contribuição de capitais ou meios de produção estranhos aos colonos (Tejo, 1941, p. 83). Outros, como Paul Singer, entendem que a indústria do norte do Estado surgiu da diversificação das atividades dos grandes comerciantes alemães no momento em que eles acumularam capital suficiente para investir em indústrias que produziram os bens necessários ao suprimento do mercado das colônias.

Para Singer, com o desenvolvimento da agricultura comercial e a intensificação do comércio entre a região colonial e Porto Alegre, rompe-se o isolamento em que viviam as colônias. A economia da região monetariza-se e os colonos passam a ter condições de adquirir produtos manufaturados, antes produzidos por seus próprios artesãos. O afluxo de bens importados para as colônias, vindos principalmente do Exterior, torna pouco rentáveis as atividades dos artesãos. Em curto espaço de tempo, essa importação provocaria a decadência do artesanato produzido nas colônias. A indústria do norte do Estado surge do processo de substituição gradual desses artigos importados por manufaturas locais. "A constituição de um mercado apropriado para o surgimento da indústria estava preconditionada à liquidação do artesanato. Não foi a indústria rio-grandense que o liquidou, pois ela só surge mais tarde. O aniquilamento se deve diretamente aos bens importados, ou seja, à concorrência da indústria estrangeira, cuja penetração se torna possível graças à ligação da economia 'colonial' ao mercado nacional" (Singer, 1974, p. 168). Essa ligação, como vimos, era feita pelos grandes comerciantes alemães instalados em Porto Alegre. Eram eles que exportavam os produtos coloniais e importavam os manufaturados. A acumulação de capital gerada nessa atividade e a existência de um mercado regional foram os elementos que permitiram o surgimento de uma indústria diversificada na capital.

As primeiras indústrias de Porto Alegre surgiram por volta de 1877 e se constituíam basicamente de pequenos estabelecimentos. Aqui se criaram, além dos ramos já existentes em Rio Grande, atividades de fundição, construção de navios, serralheria e produção de cigarros, vinagre e cerveja. Essa estrutura industrial diversificada deve-se às múltiplas necessidades de consumo do mercado a que se destinava: a região colonial. Só após ter garantido um mercado regional é que ela se lança ao nacional (Singer, 1974, p. 173).

Porto Alegre assume a liderança industrial do Estado a partir de 1920, concentrando as principais empresas no ramo de metalurgia, fumo, papelão, produtos alimentícios, bebidas, mobiliário, etc. (Singer, 1974, p. 174). O centro dinâmico da economia gaúcha vai-se deslocando para o norte, num eixo que se estende da capital, passando pelas cidades vizinhas, por São Leopoldo e Novo Hamburgo até Caxias do Sul. Em 1940, Porto Alegre concentrava quase 25% da indústria gaúcha e Rio Grande apenas 11,7%. Em 1980, Porto Alegre mantém sua hegemonia com 14,7% e outras cidades do Estado assumem posições de liderança: Rio Grande é responsável por 6,6% da produção industrial do Estado, Caxias do Sul por 6,4%, Pelotas por 4,7% e Novo Hamburgo por 4% (Tabela 1). Se tomarmos os dados por região, veremos que, em 1980, a Região Metropolitana de Porto Alegre concentra 46,5% da produção industrial do Estado e a região de Caxias do Sul, 12,5% (Tabela 2).

A partir de 1930, as transformações ocorridas na estrutura econômica e política do País, aceleradas com a Revolução de 30, intensificaram o processo de industrialização nacional. Durante esse processo, o centro do País — cuja indústria já se encontrava num estágio mais avançado, produzindo bens intermediários — foi-se diferenciando das demais regiões nacionais, voltadas à industrialização de bens tradicionais. A crise no comércio internacional ocorrida entre os anos de 1930 a 1945 e a conseqüente retração na importação de mercadorias propiciaram um processo de substituição regional de importações (Castro, 1971, p. 124-7).

Entretanto, no Rio Grande do Sul, a diversificação industrial propiciada por esse processo restringiu-se aos bens tradicionais, enquanto a indústria do centro do País já iniciava a produção de equipamentos. Como conseqüência desse processo de concentração industrial — em especial dos setores mais modernos — no centro do País houve uma redução significativa na importância da contribuição da indústria gaúcha para a produção manufatureira do País. Em 1920, o Rio Grande do Sul era responsável por aproximadamente 12% da produção industrial nacional e São Paulo por 33%. Em 1940, a participação da indústria gaúcha caía para 9,5%, enquanto a de São Paulo já era de 44%. Em 1950, o Rio Grande do Sul contribuía com apenas 8,7%, enquanto São Paulo respondia por 47,9% da produção industrial nacional<sup>2</sup> (Bandeira, 1984, p. 148).

No decorrer das décadas de 30 e 40, a indústria gaúcha manteve características semelhantes às que apresentava durante a República Velha: transformava produtos primários para serem consumidos pelo mercado regional. Estando protegido da concorrência do centro do País, que só seria sentida com a consolidação do mercado nacional no final da década

---

<sup>2</sup> A comparação das contribuições do Rio Grande do Sul e de São Paulo à produção industrial brasileira é feita apenas a título de ilustração. Não se pode negar que houve queda da participação da indústria gaúcha na nacional. Entretanto a comparação é precária, na medida em que se relacionam indústrias com origem e estrutura diferentes. Segundo Pedro Bandeira, "a industrialização em São Paulo beneficiou-se do mercado, da acumulação de capital e da infra-estrutura criados pelo complexo cafeeiro paulista. Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, a industrialização ligava-se a dois complexos econômicos bem menos dinâmicos e de dimensões mais reduzidas: o complexo agropecuário colonial e o complexo da pecuária tradicional" (Bandeira, 1986, p. 31).

de 50, o Rio Grande do Sul configurava-se como uma economia internamente articulada, "(...) em virtude de uma parte significativa das mercadorias de origem industrial produzidas ser absorvida pelo próprio mercado estadual, e das atividades primárias, além de suprirem os centros urbanos de alimentos, também fornecerem matérias-primas para a indústria" (FEE, 1978, p. 140).

Com a superação do modelo agrário-exportador nacional, no final do período 1930-45, iniciou-se no País o primeiro padrão nacional de acumulação baseado na indústria. Entre os anos de 1947 a 1954, o desenvolvimento industrial brasileiro centrou-se na substituição de importações de bens não duráveis de consumo. Durante esse período, a indústria brasileira cresceu a uma taxa anual de 8,8% e aumentou de 18,7% para 21,2% sua participação na renda interna brasileira. A indústria gaúcha acompanhou o surto de industrialização nacional nessa fase, crescendo 9,2% ao ano e aumentando para 17,5% sua participação na renda interna gaúcha (FEE, 1978, p. 21).

A partir da segunda metade da década de 50, consolidou-se o processo de integração do mercado nacional e instaurou-se no País um novo padrão de acumulação, centrado na produção de bens duráveis de consumo. Para a consecução desse padrão, foi fundamental a presença do capital estrangeiro na produção de duráveis, do capital estatal na produção de insumos básicos e do grande capital privado nacional. Os mercados regionais fusionaram-se, a indústria superou a agricultura na composição da renda interna e consolidou-se, dessa forma, uma economia industrial integrada e comandada a partir dos capitais sediados no eixo Rio-São Paulo. Foi a passagem de "uma economia nacional formada por várias economias regionais para uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional" (Oliveira, 1977, p. 55).

Esse novo padrão nacional de acumulação passou por três fases distintas: duas de expansão acelerada, intercaladas por uma fase de estagnação relativa. Durante a primeira fase, de 1955 a 1961, deu-se a alteração do padrão de acumulação anterior através da implantação do setor produtor de bens duráveis. A indústria brasileira expandiu-se de forma acentuada e superou a participação da agricultura na geração da renda interna nacional em 1959. Ao longo desse período, a indústria gaúcha apresentou desempenho razoável, com uma taxa de crescimento acumulativo anual de 7,9%, e aumentou para 21,3% sua importância relativa na economia gaúcha (FEE, 1978, p. 21).

A segunda fase, compreendida entre os anos de 1962 a 1967, caracterizou-se como um período de estagnação relativa do crescimento industrial brasileiro. O mesmo ocorreu com a indústria gaúcha que cresceu a taxas muito baixas (0,4%) e teve sua participação relativa na economia do Estado reduzida de 20,6% em 1962 para 18,7% em 1967 (FEE, 1978, p. 21).

Na terceira fase, que se estendeu de 1968 a 1973, deu-se a retomada do crescimento econômico e registraram-se as mais altas taxas de crescimento da indústria brasileira desde 1949. Esse período da história econômica brasileira ficou conhecido como o "milagre econômico". A indústria gaúcha, nessa fase, também se expandiu de forma acelerada, mas não conseguiu superar a taxa média do período 1947-54. Entretanto, apesar dessa retomada do crescimento, a indústria gaúcha não conseguiu, durante esse período, se tornar o setor hegemônico na economia esta-

dual. Isso ocorre apenas em 1975, quando o setor industrial foi responsável por 27,4% da renda interna gaúcha e a agricultura por 22,2% (Tabela 3).

Com a alteração do padrão, a produção de bens de salário adquiriu um caráter subsidiário na dinâmica de acumulação nacional e, como consequência, uma parcela significativa da indústria gaúcha – as tradicionais, produtoras de bens não duráveis de consumo – teve que se moldar às exigências do centro hegemônico da economia nacional. Segundo os autores da **Análise da Indústria de Transformação no RS** (FEE, 1978, p.143), "(...) este novo padrão nacional de acumulação impõe à economia estadual um processo de especialização que se desenvolve simultaneamente por duas vias distintas: de um lado, integrando os estabelecimentos de certos gêneros da indústria de transformação gaúcha diretamente ao núcleo central da economia brasileira e, de outro, articulando algumas unidades industriais à agricultura do Estado". A partir de então, a ligação da indústria gaúcha com a economia nacional será feita através da produção de insumos, e a articulação, com a agricultura do Estado, através da produção de máquinas e implementos agrícolas e de fertilizantes e adubos químicos.

Durante o período de 1949 a 1970, a indústria gaúcha teve taxas de crescimento decrescentes (Tabela 4). Entretanto, ao analisarmos essas taxas por grupos de indústrias – tradicionais ou dinâmicas –, verificamos que as primeiras tiveram suas taxas anuais de crescimento reduzidas de 8,1% no período 1949-59 para 4,7% no período 1959-70. Por outro lado, as indústrias dinâmicas tiveram taxas de crescimento mais altas e sofreram quedas menos acentuadas: 13,9% no período de 1949 a 1959 e 11,4% de 1959 a 1970.

Como consequência, a indústria gaúcha sofreu modificações significativas em sua estrutura. Em 1949, 84% da produção industrial do Estado era gerada pelas indústrias tradicionais (Tabela 5). No final do período (1970), essa participação havia caído para 61,3%. Note-se que, dentro desse grupo, foi o subgrupo I-A, formado pelas indústrias transformadoras de produtos primários, que teve a maior queda em sua participação: em 1949, representava 72,8% da produção industrial do Estado e, em 1970, não alcançava 50%. Já as indústrias dinâmicas, responsáveis por 16% da produção no início do período, alcançaram quase 40% da produção industrial gaúcha em 1970. Dentro desse grupo, os gêneros mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transporte, que constituem o subgrupo II-B, apresentaram o maior crescimento, elevando de 1,8% para 11,3% sua participação na produção industrial gaúcha. Entretanto o subgrupo II-A ainda foi responsável pela maior participação relativa das indústrias dinâmicas na composição da produção industrial em 1970: 27,3%. Dentro desse grupo, destacou-se a indústria química, que aumentou sua participação de menos de 5% para 13,7%.

A transformação da estrutura industrial gaúcha também pode ser visualizada a partir de outro critério: o da utilização dos bens produzidos. Ainda segundo a **Análise da Indústria de Transformação do RS** (FEE, 1978), a principal atividade do Estado, nos anos 70, continuou sendo a produção de bens não duráveis de consumo. Apesar de terem sofrido uma queda acentuada ao longo do período, os não duráveis ainda eram responsáveis por mais da metade do valor da produção industrial gaúcha em 1970 (Tabela 6). Entretanto foram as indústrias de bens de capital que tiveram as mais altas taxas de crescimento do período (Ta-

bela 7), o que se deve em parte à expansão da produção de máquinas e implementos agrícolas. E a produção de bens intermediários, em 1970, destacou-se na composição industrial do Estado, representando mais de 35% do total (Tabela 6).

Note-se que as taxas de crescimento da indústria de bens intermediários do Rio Grande do Sul, nesse período, apesar de terem sido menos regulares, apresentaram uma correlação perfeita com as do produto industrial brasileiro. Por essa razão, os autores da **Análise da Indústria de Transformação do RS** (FEE, 1978, p. 39) acreditam que o comportamento dessas indústrias deve ser determinado por fatores exógenos à economia gaúcha, relacionados com as flutuações da taxa de crescimento do produto industrial brasileiro. Como reforço a essa suposição, cabe destacar, ainda, que o significativo crescimento da participação de bens intermediários e o pequeno incremento da participação dos duráveis na produção industrial gaúcha ocorreram no período 1965-70, "(...) quando as novas funções das economias regionais no contexto nacional se tornaram mais definidas" (FEE, 1978, p. 39).

A tendência à especialização da indústria gaúcha reflete-se, também, em sua participação relativa na produção industrial brasileira. Como vimos, essa participação já se havia reduzido significativamente entre os anos de 1907 a 1948. Da mesma forma, durante o período de 1949 a 1970, o Rio Grande do Sul contraiu de 8,8% para 6,8% sua importância relativa no total da indústria de transformação no País (Tabela 8).

Entretanto nem todos os gêneros industriais contribuíram para essa queda. Entre as indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis, os gêneros têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecido e bebidas mantiveram suas posições relativamente estáveis ao longo do período (Tabela 8). Já a indústria de produtos alimentares sofreu uma queda de 13,1% para 10,5% em sua participação na produção nacional do gênero, e a indústria gaúcha de fumo teve um decréscimo ainda mais acentuado: de 26,5% para 18,1%. Dessa forma, verificamos que, ao nível da produção de bens não duráveis de consumo, o Rio Grande do Sul manteve sua participação em alguns deles e, em outros, perdeu posição na produção nacional.

Por outro lado, alguns gêneros produtores de bens intermediários aumentaram sua participação na produção nacional. É o caso da indústria química gaúcha que quase duplicou sua participação, passando de 4,9% para 8,5%, e do gênero couros, peles e produtos similares que foi responsável, em 1970, por 35,4% de toda a produção nacional.

Esses dados confirmam o que foi dito acima: na década de 60, o Rio Grande do Sul passa a exercer uma função importante na dinâmica de crescimento da economia nacional através do fornecimento de bens intermediários. Essa nova função da indústria gaúcha reafirma o caráter subordinado com que ela se insere no processo de acumulação nacional. No período anterior, essa inserção se dava através da transformação de produtos primários. A partir da década de 60, a subordinação foi redefinida pelas exigências do novo padrão nacional de acumulação, o qual impôs ao Rio Grande do Sul a especialização na produção de insumos para a indústria do pólo hegemônico nacional.

Na década de 70, a indústria gaúcha apresentou alterações significativas em sua estrutura. Em 1980, as indústrias dinâmicas foram responsáveis por mais de metade da produção manufatureira do Estado, supe-

rando as tradicionais (Tabela 9). Do grupo das dinâmicas, destacou-se a indústria química, que quase duplicou sua participação na produção industrial gaúcha, passando de 13,7% em 1970 para 22,4% em 1980 (Tabelas 5 e 9). Esse crescimento deu-se, principalmente, pela entrada em funcionamento da Refinaria Alberto Pasqualini no final da década de 60 e à produção de adubos e fertilizantes para a agricultura. A indústria mecânica também desenvolveu-se de forma significativa, elevando de 4,9% para 7,5% sua contribuição à produção gaúcha no período 1970-80 (Tabelas 5 e 9). O crescimento desse ramo deveu-se, em especial, ao grande desenvolvimento apresentado pelas indústrias de máquinas e implementos agrícolas no período 1970-75. Quanto às indústrias tradicionais, confirmando a tendência já identificada em décadas anteriores, o decréscimo em sua participação foi mais acentuado para os gêneros de transformação de produtos primários (Grupo I-A), responsáveis, em 1970, por 48,3% da produção industrial gaúcha e, em 1980, por 33,6%.

Contudo essas modificações não foram suficientes para alterar a posição da indústria gaúcha na produção manufatureira nacional. Os dados apresentados na Tabela 10 mostram que, em 1980, a contribuição mais significativa do Rio Grande do Sul à produção industrial nacional ainda era centrada nos gêneros tradicionais: couros, peles e produtos similares (38,9%), fumo (32,3%), bebidas (18,6%), vestuário, calçados e artefatos de tecidos (17,5%), mobiliário (14,2%) e produtos alimentares (11,0%). Alguns segmentos das indústrias dinâmicas, entretanto, alcançaram expressão nacional ao longo da década. É o caso da indústria mecânica gaúcha, que elevou de 5,9% para 7,1% sua participação na produção nacional do setor no período 1970-80 (Tabelas 8 e 10). Dentro desse ramo, o segmento produtor de trilhadeiras, ceifadeiras, arados, etc. foi responsável por aproximadamente dois terços da produção desses equipamentos no Brasil em 1975 (Almeida & Lima, 1986, p. 88). Também a indústria de material de transportes apresentou uma ligeira elevação, ampliando de 2,7% para 3,4% sua contribuição à produção nacional do setor no período 1970-80 (Tabelas 8 e 10). Essa elevação deveu-se, principalmente, ao desenvolvimento dos segmentos produtores de carrocerias, reboques, semi-reboques ou carretas para ônibus e caminhões no Rio Grande do Sul, responsáveis por 41,4% da produção nacional desses equipamentos em 1975, enquanto São Paulo produziu 30,6% no mesmo ano (Almeida & Lima, 1986, p. 91). Não obstante, deve-se mencionar que, ao destacar-se na produção de trilhadeiras, ceifadeiras e arados ou de carrocerias de ônibus e caminhões, segmentos das indústrias mecânicas e de material de transporte que apresentam menores exigências técnicas e de capital do que, por exemplo, os segmentos fabricantes de motores e chassis para ônibus e caminhões, a indústria gaúcha, na década de 70, confirma o seu caráter complementar e subsidiário à produção nacional.

Ainda como último elemento da caracterização estrutural da indústria gaúcha, devemos mencionar que ela é constituída, basicamente, de pequenas empresas. A Tabela 11 mostra que, em 1960, quase 97% dos estabelecimentos industriais gaúchos eram pequenas empresas.<sup>3</sup> Desagregan-

<sup>3</sup> Para efeitos deste estudo, considera-se pequena empresa aquela que ocupa até 49 pessoas; empresas de porte médio as de 50 a 400 pessoas; e grandes empresas aquelas com 500 e mais pessoas.

do-se mais esse dado, verificamos que, na realidade, mais de 70% dos estabelecimentos poderiam ser considerados microempresas (com 1 a 4 pessoas). Ainda em 1960, apenas 3,2% das empresas industriais gaúchas eram de médio porte.

Duas décadas depois, verificamos algumas modificações significativas nessa estrutura, mas que não foram de molde reverter a sua característica mais geral: quase 90% do parque industrial gaúcho, em 1980, ainda era constituído de pequenas empresas. Entretanto, dentro dessa categoria, houve uma redução significativa de percentual de microempresas (48,7%). As médias empresas quase duplicaram seu percentual, representando 8,4% do total dos estabelecimentos industriais gaúchos em 1980. E, quanto às grandes empresas, elas representavam menos de 1% do parque industrial gaúcho.

### 2.3 – Organização da burguesia industrial gaúcha

A análise conjunta desses elementos estruturais permite delinear o perfil da burguesia industrial gaúcha, definindo-a como uma fração de classe da burguesia rio-grandense, cujo desempenho é condicionado pelas limitações que lhe foram impostas pela especificidade de desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul. Ao se constituir, basicamente, de pequenos e médios empresários voltados à produção de bens tradicionais, a burguesia industrial gaúcha terá sua capacidade de organização e atuação bastante limitada. Os poucos estudos existentes sobre o comportamento dos pequenos e médios empresários no Brasil, suas perspectivas de organização, ação coletiva e luta política atestam o baixo grau de articulação desses empresários, os quais enfrentam dificuldades tanto em participar de instituições tradicionalmente dominadas por grandes empresários (sindicatos, federações e, em especial, associações extra-oficiais) quanto em organizar-se em associações específicas para defesa de seus interesses. Somente no final da década de 70 começaram a surgir associações de pequenas e médias empresas no País. Entretanto elas são ainda em número muito reduzido e politicamente inexpressivas, pautando sua atuação pela defesa de interesses econômicos imediatos.<sup>4</sup>

Contudo esses não são os únicos fatores que condicionam o desempenho dos industriais gaúchos. Eles sofrem, ainda, outras determinações de ordem interna e externa à sociedade gaúcha. Internamente, devido à vinculação histórica da indústria ao desenvolvimento do Setor Primário e à posição secundária que os industriais ocuparam na sociedade gaúcha,

<sup>4</sup> Sobre a atuação dos pequenos e médios empresários no Brasil, ver, entre outros, as coletâneas organizadas por Henrique Rattner: *Pequena e média empresa no Brasil: 1963/1976* (1979), em especial o artigo de José Carlos G. Durand: *O pequeno empresário e o Estado: representação política e mentalidade*, p. 145-50, e *Pequena empresa: o comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência* (1985). Ver também o artigo de Maria Lúcia Werneck Vianna e Júlio Abuláfia Salinas: *Ação coletiva e participação política do pequeno e médio empresário*, em *Dados: Revista de Ciências Sociais* (1982, v. 25, n. 1, p. 105-28).

a dominação econômica e política da elite agropecuária ainda não se alterou. Mesmo que a indústria tenha superado a agricultura em 1975, sua ligação com o Setor Primário e a falta de um segmento líder na estrutura industrial fazem com que não ocorra, a nível político, uma hegemonia da fração industrial da burguesia gaúcha. Por outro lado, a subordinação da economia gaúcha ao pólo hegemônico do desenvolvimento capitalista no País, o qual delimita os espaços a serem ocupados pelas indústrias regionais no processo de acumulação nacional, reflete-se, também, na capacidade de articulação e luta da burguesia industrial gaúcha na defesa de seus interesses a nível nacional.

Os padrões de organização da burguesia industrial gaúcha em instituições utilizadas como canais de veiculação de seu pensamento e mecanismos de mediação de seus interesses frente ao Estado Nacional e aos demais segmentos das sociedades regional e nacional sofrem reflexos da conjugação dos fatores acima mencionados, revelando-se menos avançados do que aqueles dos empresários do centro do País.

Ao nível da estrutura formal de representação de interesses corporativos, os industriais gaúchos acompanharam o padrão nacional de organização das elites industriais, bem como o movimento geral de sindicalização dos produtores gaúchos nos anos 30 (Pesavento, 1984, p. 110). Em novembro de 1930, sob a liderança de Antônio Jacob Reher, 27 industriais — quase todos de Porto Alegre e Caxias e de origem alemã ou italiana<sup>5</sup> — criaram o Centro da Indústria Fabril do RS (CINFA), "(...) para o estabelecimento de uma estreita união entre os vários ramos da indústria fabril e destes com os poderes públicos, para que se produza o salutar efeito na ação conjunta em todos os casos que lhes digam respeito (...)" (Relat. Diret. 1930-31, CINFA, p. 98). Em outubro de 1951, constatando que o CINFA abrigava não só indústrias fabris, mas também agropecuárias e extrativas, os empresários decidiram alterar sua razão social para Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (CIERGS).

Para completar a estrutura de representação corporativa oficial da indústria gaúcha, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) foi criada em 1937, reunindo 21 sindicatos que abrangiam quase todos os setores da indústria. Desde então, as duas entidades — CINFA e FIERGS — tiveram a mesma presidência e atuaram de forma complementar como porta-vozes da burguesia industrial gaúcha.

Deve-se mencionar, ainda, a existência das associações ou câmaras de indústria e comércio em várias cidades do Estado. Entretanto a criação dessas associações é, em geral, anterior à indústria, uma vez que elas se originam de associações comerciais do princípio do século, como as de Pelotas, Caxias do Sul e Novo Hamburgo.

<sup>5</sup> Os empresários eram: Herbert Müller, Herbert Bier, João Wallig, Frederico Casper, Hugo Gerdau, Ernesto Neugebauer, Otto Brutschke, Carlos Tanhauser, Oscar Teichman, Edmund Eichenberg, Felix Kessler, Walter Gerdau, Guilherme Becker, Annibal di Primio Beck, Oscar Campani, José Bertaso, Piero Sassi, Adolpho Guilherme Luce Jr., Alfredo Favaret, Alberto Jung, José Rodrigues da Fonseca, Clóvis Souza Gomes, Marciano Borges, Luciano Cunha, Stanley Smith e o Major Alberto Bins, intendente de Porto Alegre.

Cabem aqui alguns comentários sobre essas entidades representativas da burguesia industrial gaúcha. Num primeiro momento, devemos lembrar que as organizações tradicionais de representação corporativa têm sua origem na legislação sindical dos anos 30, a qual delimita a atuação dos sindicatos e federações e os subordina ao Ministério do Trabalho. Além dessas limitações características da estrutura sindical brasileira, devemos mencionar também que o CIERGS foi criado pelos principais representantes da indústria gaúcha, descendentes de imigrantes, e tinha, entre suas finalidades, a de servir de canal de cooperação dos empresários com os poderes públicos. E essa foi, segundo Sandra Pesavento, a tônica da participação dos descendentes de imigrantes na vida política regional: o apoio ao Governo, à situação (Pesavento, 1984, p. 175-94). Os documentos da FIERGS, porta-voz oficial do empresariado industrial gaúcho a partir de 1937, que serão analisados no próximo capítulo, permitirão constatar que o estilo de atuação da entidade não se alterou ao longo de todos estes anos.

A partir da década de 60, para escapar à rigidez dessas instituições, os empresários dos setores mais modernos da indústria nacional criaram associações de representação de ramos determinados, como, por exemplo, a Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (ABINEE); a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), etc. Estas associações estão sediadas nos estados mais industrializados do País e representam um estágio mais avançado na capacidade de organização e manifestação da burguesia industrial nacional.

No Rio Grande do Sul, devido às características da indústria e à posição que ela ocupa no panorama nacional, como expusemos acima, a estrutura de representação de interesses extracorporativa é muito restrita. As poucas associações representativas de setores específicos da indústria gaúcha de que se tem conhecimento surgem atrasadas em relação ao resto do País. Já nesta década, foram criadas a Associação das Indústrias de Calçados do Rio Grande do Sul (ADICAL) em 1983, com sede em Novo Hamburgo; a Associação Nacional de Fabricantes de Implementos Rodoviários em 1984, com sede em Caxias do Sul; e a Delegacia Regional da Associação Brasileira de Indústria Eletroeletrônica (ABINEE) em 1985. A única exceção é a Associação do Aço da Região Sul, criada em novembro de 1963<sup>6</sup>.

O surgimento dessas associações está ligado a dois fatores complementares. De um lado, tem a ver com a monopolização das entidades representativas oficiais por lideranças industriais remanescentes dos ramos que tiveram importância no início da industrialização brasileira. Com a mudança do padrão de acumulação, na década de 60, essas lideranças e as instituições que dirigem tiveram sua capacidade de expressão

---

<sup>6</sup> A Associação do Aço da Região Sul reunia industriais do aço e materiais correlatos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, clientes e distribuidores da Companhia Siderúrgica Nacional. A criação de entidade foi proposta aos industriais gaúchos pelo responsável pelo escritório regional da Companhia Siderúrgica Nacional da Região Sul em 1962. Em 1978, a entidade passou a congrega apenas os industriais do Estado, mudando sua razão social para Associação do Aço do RS.

e influência significativamente reduzidos. Por outro lado, a criação das associações extra-oficiais indica não só a iniciativa de diversificar os canais de acesso dos segmentos mais modernos do empresariado industrial gaúcho às instâncias decisórias do aparelho de Estado, como também a tentativa desses segmentos adotarem uma atuação diferente das associações tradicionais, as quais não conseguem representar os interesses daqueles segmentos que, apesar de minoritários, expressam a modernidade da indústria no Rio Grande do Sul.

Os fatores econômicos condicionantes da formação da burguesia industrial gaúcha e de suas instituições de representação, expostos neste capítulo, servirão de suporte à análise do pensamento e das formas de atuação dos industriais frente ao Estado Nacional. O posicionamento da burguesia industrial gaúcha será investigado através de uma dupla abordagem. Num primeiro momento, a análise das manifestações da FIERGS permitirá desvendar a relação formal que se estabelece entre os industriais gaúchos e o Estado no período 1964-78. Num segundo momento, a análise dos depoimentos colhidos em entrevistas com líderes representativos dos setores mais importantes da indústria gaúcha revelará a dimensão mais concreta do posicionamento e da relação entre a burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional.

Tabela 1

Participação das atividades industriais no valor da produção, segundo alguns municípios do Rio Grande do Sul — 1940-1980

MUNICÍPIOS	1940		1980	
	Valor da Produção (Cr\$ 1 000)	(%)	Valor da Produção (Cr\$ 1 000)	(%)
Porto Alegre .....	423 995	24,81	102 187 347	14,72
Rio Grande .....	199 976	11,70	46 070 035	6,64
Caxias do Sul .....	62 652	3,67	44 333 973	6,39
Pelotas .....	95 304	5,58	32 985 800	4,75
Novo Hamburgo .....	57 844	3,39	27 800 504	4,01
São Leopoldo .....	59 848	3,50	17 666 929	2,57
TOTAL DO ESTADO .	1 708 769	100,00	694 002 037	100,00

FONTE: CENSOS ECONÔMICOS: agrícola, industrial, comercial e dos serviços 1940: Rio Grande do Sul (1950). Rio de Janeiro, IBGE. pt. 20, t. 2.

CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE. v. 3, t. 2, pt. 1, n. 22.

Tabela 2

Participação das atividades industriais no valor da produção, segundo as microrregiões do Rio Grande do Sul — 1980

MICRORREGIÕES	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000)	(%)
Grande Porto Alegre .....	322 536 276	46,47
Vinicultora de Caxias do Sul .....	85 449 658	12,46
Lagoa dos Patos .....	37 342 863	5,38
Litoral Oriental da Lagoa dos Patos .....	46 246 171	6,66
TOTAL DO ESTADO .....	694 002 037	-

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE. v. 3, t.2, pt. 1, n. 22.

Tabela 3

Participação percentual dos setores na renda interna do Rio Grande do Sul — 1960-1980

ANOS	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO
1960	26,36	22,44	51,20
1965	26,61	20,14	53,25
1970	21,58	21,51	56,91
1975	22,16	27,43	50,41
1976	21,19	28,08	50,73
1977	19,77	28,28	51,95
1978	17,49	28,02	54,49
1979	15,36	29,54	55,10
1980	18,00	28,56	53,44

FONTE: INDICADORES ECONÔMICOS RS: uma análise da economia 1981. (1982). Porto Alegre, FEE, v. 9, n. 2, jan. p. 230.

Tabela 4

Taxas anuais de crescimento acumulativo da produção industrial,  
por gêneros, no Rio Grande do Sul — 1949-1970

GÊNEROS	1949-59	1949-65	1949-70	1959-65	1959-70	1965-70
Tradicionalis .....	8,12	7,11	6,33	5,46	4,73	3,85
I-A .....	7,73	6,78	5,85	5,21	4,17	2,93
Madeira .....	5,84	2,61	4,39	-2,55	3,08	10,26
Couros, peles e produtos similares .....	9,38	6,42	7,74	1,67	6,27	12,06
Têxtil .....	5,49	8,24	6,14	12,98	6,73	-0,30
Produtos alimentares ...	8,25	6,49	5,77	3,61	3,55	3,49
Bebidas .....	6,17	6,82	6,67	7,92	7,12	6,17
Fumo .....	7,07	11,70	5,46	19,89	4,02	-12,27
I-B .....	10,37	8,99	8,69	6,73	7,19	7,75
Mobiliário .....	10,25	12,69	9,53	5,14	8,88	13,55
Produtos farmacêuticos e medicinais .....	-	-	-	5,30	7,35	9,86
Perfumaria, sabões e ve- las .....	-	-	-	4,13	2,66	0,92
Vestuário, calçados e ar- tefatos de tecidos ...	9,05	8,51	8,03	7,61	7,11	6,51
Editorial e gráfica ....	8,81	6,12	7,38	1,79	6,11	11,53
Diversas .....	10,50	11,60	10,17	13,44	9,86	5,72
Dinâmicas .....	13,91	11,73	12,57	8,18	11,36	15,29
II-A .....	12,90	10,27	11,34	6,01	9,93	14,83
Minerais não-metálicos .	11,84	7,98	7,15	1,85	3,06	4,54
Metalúrgica .....	12,20	11,25	10,63	9,68	9,22	8,68
Papel e papelão .....	15,38	9,75	8,93	0,96	3,38	6,37
Borracha .....	13,65	8,75	10,31	1,06	7,36	15,44
Química .....	13,47	10,19	13,48	4,94	13,48	24,66
Produtos de matéria plás- tica .....	-	-	-	39,79	30,64	20,46
II-B .....	20,06	18,43	17,95	15,77	16,07	16,43
Mecânica .....	11,11	12,96	15,01	17,00	18,68	21,85
Material elétrico e de comunicações .....	46,74	35,89	28,93	19,57	14,62	8,95
Material de transporte .	25,65	20,03	19,56	11,22	14,29	18,09
TOTAL .....	9,25	8,08	7,93	6,16	6,75	7,47

FORNE DOS DADOS BRUTOS: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1978). *Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, 4). p. 33.

Tabela 5

## Produção industrial, por gêneros, no Rio Grande do Sul — 1949-1970

GÊNEROS	(%)			
	1949	1959	1965	1970
Tradicionalis .....	83,99	75,67	72,76	61,30
I-A .....	72,76	63,24	59,91	48,29
Madeira .....	7,07	5,15	3,08	3,50
Couro, peles e produtos similares .....	3,58	3,63	2,80	3,45
Têxtil .....	4,40	3,10	4,51	3,10
Produtos alimentares .....	47,94	43,75	37,82	31,31
Bebidas .....	5,60	4,20	4,64	4,37
Fumo .....	4,17	3,41	7,06	2,56
I-B .....	11,23	12,43	12,85	13,01
Mobiliário .....	1,54	1,68	1,59	2,09
Produtos farmacêuticos e medicinais .....	-	0,29	0,28	0,31
Perfumaria, sabões e velas .....	-	0,88	0,78	0,57
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos .....	7,11	6,98	7,58	7,24
Editorial e gráfica .....	1,83	1,76	1,37	1,65
Diversas .....	0,75	0,84	1,25	1,15
Dinâmicas .....	16,01	24,33	27,24	38,70
II-A .....	14,25	19,81	19,64	27,35
Minerais não-metálicos .....	2,76	3,49	2,72	2,37
Metalúrgica .....	5,21	6,81	8,28	8,75
Papel e papelão .....	0,99	1,71	1,27	1,20
Borracha .....	0,50	0,75	0,55	0,79
Química .....	4,79	6,99	6,52	13,71
Produtos de matéria plástica .....	-	0,06	0,30	0,53
II-B .....	1,76	4,52	7,60	11,35
Mecânica .....	1,30	1,54	2,64	4,94
Material elétrico e de comunicações .....	0,08	1,43	2,91	3,12
Material de transporte .....	0,38	1,55	2,05	3,29
TOTAL .....	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1978). *Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, 4). p. 33.

Tabela 6

## Estrutura da produção industrial, por categorias de uso, no Rio Grande do Sul — 1949-1970

CATEGORIAS DE USO	1949		1959		1965		1970	
	Valor (1)	(%)						
Bens de capital ....	162	1,73	875	3,85	2 027	6,23	4 607	9,88
Bens intermediários	2 140	22,81	6 581	28,97	8 555	26,31	16 385	35,15
Bens duráveis de consumo .....	215	2,29	636	2,80	1 111	3,42	1 800	3,86
Bens não duráveis de consumo .....	6 863	73,17	14 627	64,38	20 825	64,04	23 827	51,11
TOTAL .....	9 380	100,00	22 719	100,00	32 518	100,00	46 619	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1978). *Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, 4). p. 38.

(1) Em Cr\$ 1 000 a preços de 1949.

Tabela 7

Taxas anuais de crescimento acumulativo da produção industrial, por categorias de uso, no Rio Grande do Sul — 1949-1970

CATEGORIAS DE USO	1949-59	1949-65	1949-70	1959-65	1959-70	1965-70
Bens de capital .....	18,37	17,11	17,28	15,03	16,30	17,85
Bens intermediários .....	11,89	9,05	10,18	4,47	8,65	13,88
Bens duráveis de consumo .....	11,46	10,81	10,65	9,74	9,92	10,13
Bens não duráveis de consumo .....	7,86	7,18	6,11	6,06	4,54	2,73
TOTAL .....	9,25	8,08	7,93	6,16	6,75	7,47

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1978). *Análise da indústria da transformação no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, 4). p. 38.

Tabela 8

Participação percentual do Rio Grande do Sul, por gêneros, na produção industrial do Brasil — 1949-1970

GÊNEROS	1949	1959	1970
Minerais não-metálicos .....	5,36	5,52	3,85
Metalúrgica .....	6,01	4,63	4,75
Mecânica .....	7,10	3,87	5,87
Material elétrico e de comunicações .....	0,47	2,57	4,49
Material de transporte .....	1,45	1,64	2,72
Madeira .....	18,24	13,95	10,38
Mobiliário .....	8,09	6,53	7,93
Papel e papelão .....	4,36	4,12	3,33
Borracha .....	2,73	2,11	3,15
Couros, peles e produtos similares .....	20,61	24,00	35,43
Química .....	(1)4,88	5,59	8,52
Produtos farmacêuticos e medicinais .....	-	1,06	0,97
Perfumaria, sabões e velas .....	-	4,15	2,79
Produtos de matéria plástica .....	-	0,61	2,16
Têxtil .....	2,06	1,77	2,26
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos ....	14,35	14,65	14,52
Produtos alimentares .....	13,11	12,97	10,49
Bebidas .....	15,68	12,70	15,69
Fumo .....	26,51	21,86	18,11
Editorial e gráfica .....	5,67	5,52	4,42
Diversos .....	4,57	4,62	4,90
Total da Indústria de Transformação .....	8,76	7,16	6,77

FONTE DOS DADOS BRUTOS: 1949 - CENSO ECONÔMICOS 1950: Rio Grande do Sul (1956). Rio de Janeiro, IBGE. v. 18, t. 2.

1959 - CENSO INDUSTRIAL 1960: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (1966). Rio de Janeiro, IBGE. v. 3, t. 7.

1970 - CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE. v. 4, t. 21.

(1) Química: Produtos farmacêuticos e medicinais; perfumaria, sabões e velas; produtos de matéria plástica.

Tabela 9

Estrutura da produção industrial, por gêneros,  
no Rio Grande do Sul — 1980

GÊNEROS	(%)
Tradicionais .....	48,52
I-A .....	33,62
Madeira .....	2,27
Couros, peles e produtos similares .....	2,63
Têxtil .....	2,30
Produtos alimentares .....	21,26
Bebidas .....	2,71
Fumo .....	2,45
I-B .....	14,90
Mobiliário .....	2,89
Produtos farmacêuticos e veterinários ....	0,31
Perfumaria, sabões e velas .....	0,37
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos .....	9,37
Editorial e gráfica .....	0,99
Diversas .....	0,97
Dinâmicas .....	51,06
II-A .....	37,68
Minerais não-metálicos .....	2,21
Metalúrgica .....	8,63
Papel e papelão .....	1,67
Borracha .....	1,41
Química .....	22,45
Produtos de matéria plástica .....	1,31
II-B .....	13,38
Mecânica .....	7,47
Material elétrico e de comunicações .....	2,19
Material de transporte .....	3,72
Unidades auxiliares de apoio e serviços de natureza industrial .....	0,42
Total da Indústria de Transformação .....	100,00

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE, v. 3, t. 2, pt. 1, n. 22.

Tabela 10

Participação percentual do Rio Grande do Sul, por gêneros,  
na produção industrial do Brasil — 1980

GÊNEROS	(%)
Minerais não-metálicos .....	3,80
Metalúrgica .....	4,53
Mecânica .....	7,09
Material elétrico e de comunicações .....	3,04
Material de transporte .....	3,41
Madeira .....	8,07
Mobiliário .....	14,17
Papel e papelão .....	4,48
Borracha .....	6,76
Couros, peles e produtos similares .....	38,92
Química .....	8,40
Produtos farmacêuticos e veterinários .....	2,00
Perfumaria, sabões e velas .....	3,29
Produtos de matéria plástica .....	4,65
Têxtil .....	2,58
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos .....	17,53
Produtos alimentares .....	11,04
Bebidas .....	18,57
Fumo .....	32,28
Editorial e gráfica .....	4,40
Diversos .....	4,76
Unidades auxiliares de apoio .....	2,42
<b>Total da Indústria de Transformação .....</b>	<b>7,20</b>

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro, IBGE.  
v. 3, t. 2, pt. 1, n. 1.

CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Ja-  
neiro, IBGE. v. 3, t. 2, pt. 1, n. 22.

Tabela 11

Estabelecimentos da indústria de transformação, segundo o número de pessoal ocupado no Rio Grande do Sul — 1960-1980

	(%)			
DISCRIMINAÇÃO	1960 (1)	1970	1975	1980
Sem declaração de pessoal ocupado .....	-	0,54	0,54	1,91
De 1 a 49 pessoas .....	96,65	94,86	92,65	89,11
De 1 a 4 pessoas .....	73,47	65,76	56,87	48,71
De 5 a 49 pessoas .....	23,18	29,10	35,78	40,40
De 50 a 499 pessoas .....	3,18	4,42	6,42	8,44
500 e mais pessoas .....	0,17	0,19	0,39	0,54
TOTAL .....	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: CENSO INDUSTRIAL 1960: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (1966). Rio de Janeiro, IBGE. v. 3, t. 7.

CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE. v. 4, t. 21.

CENSO INDUSTRIAL 1975: Rio Grande do Sul (1980). Rio de Janeiro, IBGE. v. 2, t. 20.

CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE. pt. 1, t. 2, n. 22.

(1) Refere-se às indústrias de transformação e extrativa.

## 3 – A FIERGS E O ESTADO NACIONAL – 1964-78

### 3.1 – Introdução

A relação entre a burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional, durante o período que se estende de 1964 a 1978, será investigada, neste capítulo, através da atuação da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). Nesta fase da pesquisa, consideramos a FIERGS como representativa do posicionamento da elite industrial gaúcha. Contudo devemos mencionar os limites que se colocam à análise devido às características da fonte utilizada. A suposição de que as posições assumidas por uma federação de indústrias representam de fato as opiniões da elite industrial ou do conjunto do empresariado do setor é apenas formal. Como vimos, a capacidade de atuação das federações é limitada pela legislação e pela estrutura sindical oficial a que estão subordinadas. Ademais, uma federação reúne sindicatos de diversos ramos da indústria, os quais congregam empresas de diferentes magnitudes. Como é fácil imaginar, uma instituição desse tipo representa interesses bastante diferenciados que podem entrar em contradição sobre determinados assuntos. Essa é outra limitação significativa à capacidade de representação dos interesses empresariais numa federação.

Entretanto, dada a importância histórica da FIERGS como órgão de representação de interesses da burguesia industrial gaúcha, sua documentação constitui-se em elemento fundamental para a análise da relação formal entre essa fração da burguesia gaúcha e o Estado Nacional. No próximo capítulo, os depoimentos da elite industrial servirão como subsídios para avaliar a real representatividade e eficácia da FIERGS. Por ora, consideraremos que a FIERGS representa os interesses dos principais setores industriais do Rio Grande do Sul. A análise da constituição das diretorias da FIERGS para o período 1964-78 permitiu constatar que os principais cargos da entidade são preenchidos por representantes dos setores líderes da indústria gaúcha: metal-mecânica, material elétrico, calçados, alimentação, bebidas e construção civil.

Dado que a FIERGS possui uma variedade significativa de documentos – relatórios anuais, boletins informativos (mensais), atas de reuniões de diretoria (semanais), atas de reuniões-almoço (semanais) e circulares –, fez-se necessária a seleção de um documento único para a análise. Para tanto, realizamos um levantamento exploratório de todas essas publicações, cobrindo os quatro anos iniciais do período em estudo (1964-68). A avaliação do material encontrado permitiu a seleção da fonte principal: o relatório anual que sintetiza os principais fatos e manifestações da entidade no ano. Assim, a pesquisa na documentação da FIERGS, para o resto do período em estudo (1969-78), restringiu-se ao Relatório Anual. As demais publicações foram abandonadas pelas razões que seguem: a) as atas de reunião de diretoria, por serem demasiadamente sintéticas, registrando apenas os temas discutidos, sem reproduzir o teor da discussão; b) as circulares, por se constituírem em material

de caráter informativo aos associados, tratando-se basicamente da reprodução de leis e decretos, em especial da área trabalhista ou fiscal ou de orientação sobre os procedimentos para o cumprimento de preceitos legais; c) as atas de reunião-almoço, por se tratar de material não oficial, que reproduz opiniões individuais dos participantes, e por não cobrirem todo o período de estudo<sup>7</sup>; d) os boletins mensais<sup>8</sup>, porque as manifestações oficiais neles veiculadas estão reproduzidas no relatório anual.

Dos relatórios anuais da FIERGS, selecionamos os documentos que dizem respeito à atuação do Estado Nacional, em especial no que se refere ao controle burocrático do Estado sobre a economia e à expansão do Estado como agente produtor e sobre questões políticas gerais.

Para a análise da relação entre a FIERGS e o Estado Nacional entre os anos de 1964 a 1978, dividimos o período em três conjunturas políticas com características próprias: 1964-67 – fase de implantação do regime militar que tomou o poder em março de 1964; 1968-73 – fase do "milagre econômico" e de consolidação do regime; 1974-78 – fim do "milagre", desaceleração econômica e início da liberalização política.

A essas três conjunturas corresponderam atitudes diferenciadas do empresariado nacional frente ao Estado. Na primeira, os empresários apoiavam a atuação política do Estado (de desestruturação da ordem anterior), mas questionavam certos aspectos da política econômica de austeridade. Durante o período do "milagre", beneficiados pelos resultados positivos da economia, os empresários aderiram, sem reservas, ao regime. Com o fim do "milagre" e o início da distensão política do Governo Geisel, começaram a surgir as críticas empresariais ao Estado, em especial à centralização das decisões econômicas em órgãos superiores do Executivo e à estatização.

### **3.2 – A instalação do novo regime: 1964 a 1967**

Durante os Governos dos Presidentes Castello Branco e Costa e Silva, como vimos, a estratégia do regime foi centrada no saneamento da economia através da implantação de uma política econômica restritiva e na desmobilização da sociedade civil. Essas questões, que atingiam a sociedade brasileira como um todo, eram discutidas pelos industriais gaúchos na FIERGS.

Durante o ano de 1964, as manifestações da entidade tinham um duplo sentido: de apoiar a "Revolução" e de conscientizar o empresariado

<sup>7</sup> No período em estudo, as atas das reuniões almoço existem, taquigrafadas, para os anos de 1964 a 1969.

<sup>8</sup> Para o período em estudo, os Boletins Informativos FIERGS/CIERGS foram publicados até 1969. Nos anos de 1970 a 1972 não houve nenhuma publicação mensal da entidade. De 1972 a 1980 foi publicado, mensalmente, o Jornal da Indústria, substituído pela Carta Industrial, em 1981.

gaúcho da importância de sua colaboração com as Forças Armadas, nos esforços de "(...) reorganização e reerguimento econômico do País, que acaba de emergir de uma grave crise política, da qual saíram vitoriosas as forças democráticas", como consta na Ata da reunião conjunta da Diretoria e do Conselho de Representantes da FIERGS, de 15.04.64 (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1964).

Em abril de 1964, o representante do Comando do III Exército, Gen. Adalberto Pereira dos Santos, convocou a classe empresarial gaúcha para expor-lhe o pensamento do Comando Revolucionário. Na mesma ocasião, o referido General solicitou a colaboração dos industriais na reorganização econômica do País. Em resposta, a FIERGS lançou um manifesto de apoio às medidas econômicas adotadas, em especial à contenção de preços. Os industriais aprovaram, também, a ação reguladora do Estado para corrigir as distorções na economia, ao mesmo tempo em que ofereciam seu "quinhão de sacrifícios" e criticavam aqueles industriais que não cooperavam com o Governo.

"A FIERGS (...) orienta-se unanimemente no sentido de: 1 - prestigiar, de todas as maneiras, as forças que tão bravamente impediram o processo de desagregação e conseqüente comunização do País; 2 - **colaborar com as medidas que se fizerem necessárias à recuperação da economia pública e privada, prontificando-se a indústria a suportar, desde logo, o seu quinhão de sacrifícios** (grifo nosso); 3 - entrosar com as autoridades públicas competentes no sentido de uma política de preços adequada ao momento presente, visando a sua estabilidade nos níveis vigentes em 31 de março pretérito; 4 - acentuar que a desejada estabilidade do custo de vida, hoje anseio de todas as classes, depende também da ação governamental que objetive corrigir as distorções vigentes no campo da economia pública e privada, das quais os preços, em última análise, são dependentes; 5 - não tolerar e nem acobertar os industriais que, desconhecendo a importância transcendental do momento presente, busquem agravar os aflitivos problemas atuais através da especulação e desejo imoderado de lucro; 6 - confiar na compreensão generalizada de que somente o esforço comum de todas as classes - produtores, intermediários e consumidores -, apoiadas pelo empenho de um governo honesto e bem intencionado, oferecerá base necessária ao clima de recuperação nacional" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1964, p. 13).

Três meses após a "Revolução", os industriais gaúchos lançam um manifesto à indústria nacional - Chamamento à Meditação -, no qual relembram suas apreensões com os rumos da política econômica do Governo anterior, assim como seu otimismo com o Movimento de março de 64.

"Remontando ao mês de março, o mês mais crucial de nossa vida, como livres empresários, lembramo-nos de diversas manifestações de desapontamento e frustração quase que generalizada. Nunca em nossa existência nos sentimos tão ameaçados quando o processo de estatização iniciou a 'marcha batida', objetivando a eliminação da iniciativa privada. As encampações das refinarias particulares e o famoso decreto da SUPRA

são exemplos típicos daquele período, independentemente da ostensiva pregação marxista e totalitária que aquele governo, corrupto e corruptor, estendia a todo o País.

.....  
 Veio a Revolução; milagre de Deus, sem dúvida alguma, e, em 24 horas, a situação mudou" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1964).

Nesse novo manifesto, os industriais recordam, ainda, sua adesão imediata às propostas econômicas do novo Governo e até sua disposição para "(...) suportar desde logo o seu quinhão de sacrifícios" (Rel. FIERGS/CIERGS, 1964, p.13, item 2).

"Àquelas manifestações de frustração e desapontamento, surgiram as afirmativas de bons propósitos. O empresário eufórico e emocionado solidarizava-se com o novo Governo; a ele tudo prometia, em colaboração e trabalho; e condicionava este apoio à implantação das reformas.

**"Lembramo-nos, ainda hoje, de assertivas vibrantes e conclamações sinceras de convite ao trabalho, a mais produção, a mais desenvolvimento, tudo em prol do novo Brasil (grifo nosso).**

"Recordamos também que a resposta do empresário foi uníssona a estes convites e até muitos de nós afirmamos e cumprimos a **disposição de trabalhar de graça, se fosse necessário e representasse um bem para a redenção de nossa pátria**"(grifo nosso) (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1964).

Entretanto parece que nem todos os empresários mostram a mesma disposição de colaborar com o Governo. Nesse documento, a FIERGS propõe aos industriais uma pausa para reflexão sobre o empenho da categoria em cumprir os compromissos assumidos com o "Governo revolucionário":

"Passaram-se os meses e, à medida que nos afastamos do mês de abril, notamos que a euforia de então declinou. Verificamos, também, que muitos dos empresários não estão sendo fiéis às suas palavras de confiança na nova era" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1964).

O manifesto procura reafirmar a responsabilidade dos empresários na consolidação do Movimento de março de 1964. A crítica àqueles que não confiam no Governo, que já havia aparecido no item 5 do manifesto anterior, é feito novamente. Condena-se aqueles que, com sua "especulação e desejo imoderado de lucro", dificultam ainda mais a situação econômica e social do País.

"Estas nossas preocupações, que denominamos de **chamamento à meditação**, vêm a propósito de dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, o interesse do País, cujo futuro indiscutivelmente se liga profundamente ao nosso comportamento, donde se depreende que é indispensável que se cumpra aquilo que se prometeu na transição '31 de março/1º de abril'. O segundo aspecto diz respeito aos resultados negativos de nossa própria atitude, caso ela não for bem medida. Uma má orien-

tação em nossa conduta poderá ser geradora de imprevisíveis resultados no campo social" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1964).

O primeiro manifesto da FIERGS ao novo Presidente da República, Mal. Humberto de Alencar Castello Branco, em 23.09.64, indica o estilo contraditório que vai predominar nas intervenções da entidade nos anos seguintes, até 1967: apesar de apoiarem a "Revolução" e a política geral adotada, os industriais gaúchos transmitem suas preocupações quanto à solução dos problemas econômicos do País e, em especial, daqueles que afetam diretamente a economia gaúcha.

As medidas antiinflacionárias são apoiadas, uma vez que a inflação é considerada pelos industriais o problema básico a ser resolvido e do qual depende o sucesso da política econômica do Governo Federal. Nesses termos, a contenção salarial é aprovada desde que atinja também os órgãos públicos.

"Inadmissível no momento presente a existência de orçamentos que se esgotam na satisfação de verbas de pessoal, como se os entes públicos existissem não para atender as necessidades das coletividades por eles tuteladas, mas a uma burocracia numerosa e desordenada, prenhe de direitos e falha de deveres" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1964).

As políticas nacionais de transportes e de energia são discutidas pela FIERGS neste manifesto por serem consideradas vitais para o desenvolvimento regional. A primeira é criticada por ter sido privilegiado o transporte rodoviário em detrimento dos ferroviário, marítimo e fluvial, considerados importantes para o escoamento da produção gaúcha. Quanto à energia elétrica, os industriais gaúchos entendem que as tentativas de industrialização no Rio Grande do Sul sempre esbarraram na deficiência de energia elétrica para o Estado e no seu alto custo. Como solução, a FIERGS propõe a redução das tarifas de energia elétrica para o Estado, a fim de evitar que haja "(...)um retrocesso em sua evolução econômica, transformando-o, afinal, pela dificuldade apontada, em simples produtor de bens primários" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1964).

Os problemas de infra-estrutura do Rio Grande do Sul são a principal preocupação da FIERGS durante o ano de 1965. Em março desse ano, a entidade envia ao Presidente da República um manifesto que praticamente reproduz o do ano anterior no que se refere à energia elétrica e ao transporte, sendo agregadas reivindicações quanto ao setor de comunicações: expansão dos serviços de telefonia e telégrafo e implantação do telex.

Essas questões são discutidas detalhadamente durante a visita à FIERGS do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, Roberto Campos, em julho de 1965. Nessa reunião, os industriais gaúchos solicitam, novamente, maior atenção do Governo Federal às deficiências dos setores de energia elétrica, transportes e comunicações, nos quais consideram que o Rio Grande do Sul foi preterido nos últimos anos. Essas deficiências, aliadas à posição geográfica do Estado, justificam, no entender dos empresários, um tratamento especial por parte do Governo Federal.

Ainda nessa reunião com o Ministro Roberto Campos, os industriais reafirmam sua confiança no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)<sup>9</sup> e criticam aqueles que não o apóiam.

"Ninguém, de sã consciência, pode negar um crédito de confiança no Plano de Ação governamental, ainda mais se considerarmos que o mesmo se encontra apenas a meio termo de suas metas, já tendo conseguido deter a avalanche inflacionária que avançava em progressão geométrica.

"A oposição ao Programa de Ação – abstraído-se quaisquer outras intenções – peca pela inoportunidade e incoerência. Não podemos admitir que se procure vincular a ação econômico-financeira do Governo a assuntos políticos. A primeira necessidade e está sendo caracterizada pela serenidade e pelo trabalho planejado; enquanto que as questões políticas – como é comum – embrenham-se pelo terreno dos arroubos, das paixões e, na maior parte das vezes, da incompreensão" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1965, p.34).

Concluindo a reunião com o Ministro do Planejamento, a FIERGS renova seu apoio ao "Governo revolucionário" e às medidas adotadas para a recuperação da economia nacional, oferecendo sua cooperação com "(...) dedicação e patriotismo, para colocar o Brasil no grau de desenvolvimento que a ele se impõe" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1965, p.34).

As dificuldades econômicas do Rio Grande do Sul são apontadas novamente pela FIERGS em março de 1966, num ofício ao Ministro do Planejamento. Nesse documento, a classe empresarial gaúcha reafirma suas angústias quanto às questões econômicas ainda não solucionadas. Segundo a FIERGS, os problemas de infra-estrutura do Estado, assim como a falta de recursos financeiros (capital de giro) da indústria gaúcha, ainda não receberam a devida atenção do Governo Central. Os industriais gaúchos preocupam-se também com os resultados da política econômica implantada pela "Revolução" de março de 1964 que, segundo eles, não beneficiou a empresa privada.

"Os efeitos da ação governamental no campo econômico-financeiro – se bem que vitoriosos, globalmente, nos vinte primeiros meses do período pós-revolução – não fortaleceram, como era de se esperar, a economia privada. Pelo contrário: as empresas estão perdendo substância e, em cada vez maior número, ameaçadas em sua sobrevivência" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1966, p.15).

<sup>9</sup> O PAEG foi o plano econômico do Governo Mal. Castello Branco para os anos de 1964 a 1966. Seus objetivos principais, resumidamente, eram: acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico; conter o processo inflacionário; atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais; assegurar oportunidades de emprego através de investimentos; e corrigir o déficit no balanço de pagamentos.

No entender dos empresários, os resultados benéficos da ação governamental foram utilizados para sanar os problemas financeiros do Governo, em especial aqueles decorrentes dos gastos com as estatais. Além disso, os industriais reclamam das diferenças no tratamento dado pelo Estado às empresas públicas e privadas.

"Do déficit governamental, se bem que sob controle, muitas das principais raízes, que se encontram nas autarquias e empresas estatais, ainda não foram extirpadas, sendo, inegavelmente, as maiores geradoras da delicada situação. Por outro lado, mantém o Governo uma situação bastante esdrúxula: a de impor à iniciativa privada medidas de ordem econômico-financeiras que não são aplicadas nas empresas tuteladas pelo Estado" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1966, p.15).

Finalmente, a FIERGS propõe-se a continuar prestigiando a política econômica do Governo, mas apela para que os resultados obtidos sejam igualmente distribuídos, para que o País não sofra "(...) as inconveniências de um governo rico de uma economia pobre" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1966, p.15).

As manifestações dos empresários industriais gaúchos reunidos na FIERGS durante o ano de 1967 seguem o tom das anteriores, enfatizando as queixas do papel secundário atribuído ao Rio Grande do Sul no contexto nacional.

Em abril de 1967, a FIERGS manifesta-se sobre assuntos econômicos a diferentes autoridades do poder público federal. As questões levantadas, que já haviam sido motivo de ofícios ao poder central em anos anteriores, giram em torno dos problemas que mais afetam os industriais gaúchos: falta de recursos financeiros e tributação elevada, etc.

A deterioração da economia gaúcha em sua relação com a nacional é analisada pelos industriais num memorial ao novo Presidente da República, Mal. Arthur da Costa e Silva, em dezembro de 1967. Nesse memorial, a FIERGS expõe as causas que originaram a perda de posição do Rio Grande do Sul na economia nacional. Dentre essas, os industriais destacam o atraso tecnológico da indústria gaúcha em relação ao centro econômico do País, o que dificultaria aos produtores gaúchos a concorrência no mercado nacional. Esse atraso é explicado pelos industriais por fatores que vão desde a tradição artesanal dos imigrantes que iniciaram a industrialização no Estado e sua "timidez política" perante as lideranças ligadas ao Setor Primário até a própria mentalidade "isolacionista" do gaúcho (note-se que os industriais não fazem referência à forma subordinada de articulação da economia gaúcha com a nacional). Como subsídios para serem levados em conta no planejamento nacional, a FIERGS propõe que os industriais intensifiquem seus esforços de adaptação da economia regional à nacional e que, em contrapartida, "(...) a União estenda a mão ao Rio Grande, para fazê-lo um complemento necessário e ajustado da economia do País" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1967, p.88). Fica clara, aqui, a concepção dos industriais gaúchos de um Estado assistencialista.

A expectativa dos industriais gaúchos por maior assistência do Governo Federal, ao lado das críticas à ineficiência do setor estatal, questões que estão presentes nas posições da FIERGS durante os anos de 1964 a

1967, permite perceber a forma contraditória com que os industriais encararam a atividade econômica estatal.

Essa contradição aparece, claramente, durante a visita do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, Hélio Beltrão, em agosto de 1967. Nessa ocasião, os industriais gaúchos reconhecem o crescimento do Estado na economia nos últimos anos e a necessidade de sua intervenção direta na vida econômica do País, "(...) o que fez com que o poder público se transformasse no maior empresário do Brasil" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1967, p.60).

Mas, paralelamente, a FIERGS critica a ineficácia da administração pública, como já havia feito em anos anteriores:

"As grandes questões filosóficas, ideológicas e sociais, certamente, também decorrem dessa participação direta do Governo na vida econômica e ninguém se iluda, pois os problemas sociais somente serão resolvidos quando resolvermos os problemas econômicos. Aí é que a grande empresa do Governo tem falhado acentuadamente: por culpa de estruturas, por deficiência de planejamento e pelo exagero imensurável da burocracia. **Falta, acima de tudo, ao Governo, produtividade e eficiência** (grifo nosso).

.....  
 (...) além da obrigação de um bom governo, deve ele (o Estado) ser um ótimo empresário" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1967, p.60).

Pode-se perceber, no pensamento dos industriais gaúchos em relação à atuação econômica do Estado, uma identificação de papéis que são, na realidade, conflitantes. Por um lado, esperam que o Estado seja um "bom governo", um ente acima dos interesses de classe, mas que respeite a economia privada, garanta a "paz interna", para que as atividades econômicas se desenvolvam sem problemas e que, sobretudo, auxilie a iniciativa privada sempre que ela o necessite. Por outro lado, é exigido do Estado que ele seja um "ótimo empresário", no sentido de que o setor estatal apresente a "produtividade e eficiência" do setor privado, mas sem intervir ou conflitar-se com as atividades da empresa privada.<sup>10</sup>

A análise dos documentos da FIERGS referentes ao período 1964-67 permite estabelecer semelhanças na postura do empresário regional e nacional, no que diz respeito a sua ambivalência quanto às atividades política e econômica do Estado. Segundo Eli Diniz (1983, p.14):

<sup>10</sup> Note-se que, a partir da reforma administrativa de 1967, o próprio Estado assumiu esse papel contraditório. Por essa reforma, as empresas estatais passam a ter condições de funcionamento idênticas às do setor privado: "Assegurar-se-ão às empresas públicas e às sociedades de economia mista condições de funcionamento idênticas às do setor privado, cabendo a essas entidades, sob a supervisão ministerial, ajustarem-se ao Plano Geral do Governo", conforme consta no art. 27, Decreto-Lei nº 200, de 25.02.67 (A Reforma Administrativa, 1970).

"Se por um lado apoiavam os objetivos políticos ligados à desmobilização social, por outro lado mostravam-se insatisfeitos com certos aspectos da política de austeridade, sobretudo com a contenção de crédito para o setor privado e a redução geral do nível de investimentos."

### 3.3 — A consolidação do novo regime: 1968 a 1973

Durante o período do "milagre econômico", correspondente aos Governos dos Presidentes Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, a estratégia do regime seria a de consolidar as suas bases de apoio através dos resultados positivos de sua política econômica.

A modernização do parque industrial brasileiro e a elevação acelerada das taxas de crescimento do PNB e da economia nacional como um todo levaram as classes dominantes a uma euforia sobre o futuro do País. Os outros segmentos da sociedade não conseguiam fazer-se ouvir, uma vez que a característica política do período do "milagre econômico" foi o recrudescimento do caráter autoritário do regime. Acensura e a repressão política a todas as manifestações e movimentos populares garantiram a "paz interna" necessária à "(...) consolidação de um tipo de desenvolvimento capitalista baseado numa forte intervenção estatal, na concentração oligopolista da produção e na internacionalização da economia" (Diniz, 1983, p.14).

Esse modelo de desenvolvimento recebeu a adesão irrestrita das principais frações do empresariado nacional. Os industriais gaúchos, reunidos na FIERGS, manifestaram igualmente o seu apoio aos rumos dados ao processo de desenvolvimento nacional.

No final de 1968, a FIERGS divulgou sua posição sobre a conjuntura nacional. Nesse documento, os industriais gaúchos reafirmam sua crença no papel preponderante da economia privada no processo de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, reclamam maior participação do setor privado na condução dos acontecimentos.

"Não obstante os inúmeros contatos que são mantidos com as autoridades públicas, quase sempre somos tomados de surpresa por medidas governamentais que, inspiradas e executadas visando salutareos objetivos, na prática, representam não facilidades, mas sim óbices ao desenvolvimento de nosso trabalho" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1968, p.7).

Ainda assim, a FIERGS considera que, durante os anos de 1964 a 1967, aconteceram importantes mudanças no País, a níveis econômico e político. Essas reformas exigiram muito do empresariado nacional, mas tiveram um saldo positivo, "encaminhando, de modo geral, a nossa economia para rumos promissores". Os industriais gaúchos entendem, também, que já há condições de maior integração entre os setores público e privado, em especial com o início do Governo do Mal. Costa e Silva.

"Com um novo Governo, a partir de março de 1967, mudou o estado psicológico e, paulatinamente, uma tensão depressiva foi

substituída por um otimismo crescente, sempre lastreado em fatos e índices econômicos e nunca em vislumbres emocionais" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1968, p.72).

Os industriais gaúchos registram, ainda, sua apreensão com a agitação política ocorrida no País no final de 1967 e durante o ano de 1968. Para os empresários, "forças antibrasileiras passaram a tumultuar as atividades da Nação", espalhando boatos sobre crises econômicas que não chegaram a acontecer, agitando a juventude, especulando com a moeda, enfim, cometendo ações que visavam a abalar "(...) a tranqüilidade da Nação, pondo sempre em risco o trabalho do Governo e toda a atividade econômica, ambos dirigidos para a indispensável estabilização e o conseqüente desenvolvimento" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1968, p.72).

Entretanto, no mesmo documento, a FIERGS considera ultrapassado o período da agitação política e iniciada uma fase em que as perspectivas econômicas são favoráveis. Com essas perspectivas, a confiança dos empresários na condução política e econômica do Governo fortaleceu-se. E, em contradição com toda a avaliação política que é feita no documento, os industriais gaúchos afirmam que não lhes cabe analisar politicamente a nova fase institucional que o País atravessa.

"Neste momento, o Brasil vive uma nova fase institucional. **Não nos cabe examiná-la em seus aspectos políticos** (grifo nosso), cumpre-nos, entretanto, apreciá-la em seus reflexos e sua interligação com as atividades de nossa área de ação. Existe tranqüilidade e segurança para que exerçamos o nosso mandato de trabalho, condição indispensável para que sejam atingidos os objetivos desenvolvimentistas e, por extensão, aqueles que dizem respeito ao bem-estar social da coletividade. As atuais condições e futuras perspectivas econômicas são favoráveis, e a palavra do Governo é tranqüilizadora" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1968, p.72).

O entusiasmo dos industriais gaúchos com os rumos da vida nacional parece ainda maior em 1969. Em julho desse ano, numa homenagem da FIERGS ao Presidente da República, Mal. Arthur da Costa e Silva, o discurso de Plínio Kroef, Presidente da entidade, relembra as apreensões dos empresários em relação à desordem política e econômica do País antes de 1964. A seguir, Plínio Kroef explicita a satisfação dos industriais com os "governos revolucionários" que conseguiram fazer o País retomar o desenvolvimento, modernizar a máquina governamental e fortalecer as instituições. "(...) o Brasil tem consciência de se haver posto em marcha, rumo aos seus objetivos de grande Nação" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1969, p.37). Para essa marcha, foi fundamental a "paz interna" garantida pelo Governo, bem como a ampliação dos investimentos públicos. Sobre este último ponto, Plínio Kroef destaca como maior contribuição do Governo Federal à economia gaúcha a solução dos problemas de infra-estrutura do Rio Grande do Sul, em especial no que se refere a comunicações, energia elétrica e transportes, que tanto preocuparam os industriais gaúchos no período anterior (1964-67).

Cabe destacar, ainda, uma nova contradição que se percebe no pensamento dos industriais gaúchos no que se refere à sua posição em relação às questões políticas. Na análise de conjuntura feita no ano ante-

substituída por um otimismo crescente, sempre lastreado em fatos e índices econômicos e nunca em vislumbres emocionais" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1968, p.72).

Os industriais gaúchos registram, ainda, sua apreensão com a agitação política ocorrida no País no final de 1967 e durante o ano de 1968. Para os empresários, "forças antibrasileiras passaram a tumultuar as atividades da Nação", espalhando boatos sobre crises econômicas que não chegaram a acontecer, agitando a juventude, especulando com a moeda, enfim, cometendo ações que visavam a abalar "(...) a tranqüilidade da Nação, pondo sempre em risco o trabalho do Governo e toda a atividade econômica, ambos dirigidos para a indispensável estabilização e o conseqüente desenvolvimento" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1968, p.72).

Entretanto, no mesmo documento, a FIERGS considera ultrapassado o período da agitação política e iniciada uma fase em que as perspectivas econômicas são favoráveis. Com essas perspectivas, a confiança dos empresários na condução política e econômica do Governo fortaleceu-se. E, em contradição com toda a avaliação política que é feita no documento, os industriais gaúchos afirmam que não lhes cabe analisar politicamente a nova fase institucional que o País atravessa.

"Neste momento, o Brasil vive uma nova fase institucional. **Não nos cabe examiná-la em seus aspectos políticos** (grifo nosso), cumpre-nos, entretanto, apreciá-la em seus reflexos e sua interligação com as atividades de nossa área de ação. Existe tranqüilidade e segurança para que exerçamos o nosso mandato de trabalho, condição indispensável para que sejam atingidos os objetivos desenvolvimentistas e, por extensão, aqueles que dizem respeito ao bem-estar social da coletividade. As atuais condições e futuras perspectivas econômicas são favoráveis, e a palavra do Governo é tranqüilizadora" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1968, p.72).

O entusiasmo dos industriais gaúchos com os rumos da vida nacional parece ainda maior em 1969. Em julho desse ano, numa homenagem da FIERGS ao Presidente da República, Mal. Arthur da Costa e Silva, o discurso de Plínio Kroef, Presidente da entidade, relembra as apreensões dos empresários em relação à desordem política e econômica do País antes de 1964. A seguir, Plínio Kroef explicita a satisfação dos industriais com os "governos revolucionários" que conseguiram fazer o País retomar o desenvolvimento, modernizar a máquina governamental e fortalecer as instituições. "(...) o Brasil tem consciência de se haver posto em marcha, rumo aos seus objetivos de grande Nação" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1969, p.37). Para essa marcha, foi fundamental a "paz interna" garantida pelo Governo, bem como a ampliação dos investimentos públicos. Sobre este último ponto, Plínio Kroef destaca como maior contribuição do Governo Federal à economia gaúcha a solução dos problemas de infra-estrutura do Rio Grande do Sul, em especial no que se refere a comunicações, energia elétrica e transportes, que tanto preocuparam os industriais gaúchos no período anterior (1964-67).

Cabe destacar, ainda, uma nova contradição que se percebe no pensamento dos industriais gaúchos no que se refere à sua posição em relação às questões políticas. Na análise de conjuntura feita no ano ante-

rior, a FIERGS afirmava que "(...) não compete aos empresários fazer uma avaliação política da nova fase institucional do País" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1968, p.72).

No discurso em homenagem ao Mal. Costa e Silva, Plínio Kroef afirma a responsabilidade política dos empresários na construção da "ordem democrática":

**"(...) o empresário não pode mais viver desligado do problema político** (grifo nosso), pois lhe cabe uma parcela decisiva de responsabilidade na preservação da ordem democrática e a correspondente quota de sacrifícios" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1969, p.37).

A nomeação do Gen. Emilio Garrastazu Médici, devida ao impedimento do Presidente Costa e Silva em 1969, dá aos industriais gaúchos, reunidos na FIERGS, nova oportunidade para manifestações de adesão à "obra revolucionária". Em outubro desse ano, a FIERGS envia ao Gen. Médici, então Comandante do III Exército, um documento de apoio pela sua indicação à Presidência da República. Nesse documento, a FIERGS faz uma avaliação positiva dos dois "governos revolucionários" anteriores e manifesta seu otimismo com a proposta de continuidade feita pelo Gen. Médici em seu primeiro pronunciamento à Nação. Agrada aos industriais gaúchos, em especial, a decisão de fixar limites para a atuação econômica do Estado que, para a FIERGS, deve ser sempre "um vigilante, nunca o interveniente".

"A concretização de tal proposta é antiga e justa aspiração do empresariado, que, antes de tudo, necessita de uma 'regra de jogo' estabelecida e que o norteie em sua ação de criar riquezas e cooperar para o bem-estar social. Certamente, **aportar-se-á ao ponto ideal de equilíbrio em que o Estado seja sempre um vigilante, nunca o interveniente**" (grifo nosso) (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1969, p.30).

A leitura dos manifestos da FIERGS referentes ao período do "milagre econômico" (1968-73)<sup>11</sup> permite constatar uma mudança significativa no discurso dos industriais gaúchos. O tom de lamúria pela perda de posição do Rio Grande do Sul no panorama nacional, característico das manifestações da FIERGS no período 1964-67, bem como a ambigüidade de suas posições em relação à política econômica adotada são substituídos por um entusiasmo com os resultados satisfatórios conseguidos no período do "milagre". Contudo os empresários não explicitam quais teriam sido esses resultados, ou que medidas econômicas teriam beneficiado o desempenho da indústria gaúcha nesse período.

<sup>11</sup> Foram analisados aqui apenas os anos de 1968, 1969 e 1972, porque os documentos da FIERGS referentes aos demais anos que compõem o período do "milagre econômico" não contém nenhuma manifestação sobre questões políticas ou econômicas gerais.

O entusiasmo dos industriais gaúchos com o "milagre econômico" acompanha, citando novamente Eli Diniz, a tendência de comportamento do empresariado nacional.

"O êxito desta fase marcada pela prosperidade econômica levaria a que a ambigüidade inicial fosse substituída pela adesão generalizada, predominando uma visão otimista quanto à eficácia do modelo formulado pela coalizão dirigente" (Diniz, 1983, p.15).

### **3.4 – A desaceleração econômica e a distensão política: 1974 a 1978**

A atuação do Estado entre os anos de 1974 e 1978 caracteriza-se, a nível econômico, pela tentativa de prolongar o "milagre" através do desenvolvimento da indústria pesada. O Brasil é definido pelo Governo como uma "ilha de prosperidade" no "oceano" da crise mundial. Entretanto a proposta do II PND não chega a se concretizar, vencida pelas dificuldades econômicas internas e externas do País. Em 1979, frente à possibilidade de reduzido crescimento da economia, o Governo dá prioridade à agropecuária.

A nível político, o Governo do Gen. Ernesto Geisel define uma estratégia de liberalização gradual para fazer frente à movimentação da sociedade civil que, através de sindicatos, igreja e intelectuais, manifesta suas críticas ao modelo de desenvolvimento.

"Trata-se de uma proposta de mudança política, caracterizada por um processo de atenuação gradual dos instrumentos autoritários do regime, mantendo o Governo o monopólio da iniciativa e o controle sobre as regras do jogo político" (Diniz, 1983, p.19).

O empresariado nacional, como vimos, também se organiza e participa de um embate político com o regime, na tentativa de ampliar sua influência sobre os rumos do capitalismo brasileiro.

Já os industriais gaúchos entrarão no debate com algum atraso. Além disso, o discurso dos industriais gaúchos terá um tom mais moderado do que o de seus pares a nível nacional.

No discurso de despedida da Presidência da FIERGS em 1974, Paulo Vellino atribui as dificuldades econômicas do País a causas externas: crise monetária internacional, crise do petróleo, inflação dos países desenvolvidos, etc., mas considera que essas dificuldades serão superadas se houver "cooperação e confiança".

"O momento é importante (...) ele exige a consciência de que, irmanado em todos os seus poderes representativos, o Brasil e seu povo vencerão a batalha das vicissitudes que o mundo nos jogou como um desafio, e a certeza de que a batalha do desenvolvimento será por nós vencida" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1974, p.12).

Também o novo Presidente da entidade, Luís Mandelli, deposita total confiança na atuação do Governo Federal e nas medidas de política econômica adotadas para estimular a consolidação da indústria de base no País. Entretanto chama atenção para a necessidade de apoio às pequenas e médias empresas que constituem a base do parque industrial gaúcho e que não conseguem acompanhar o ritmo de crescimento da economia nacional.

"Acreditamos no Brasil (...) Se hoje temos algumas dificuldades de ordem financeira — principalmente na pequena e média empresas —, estou convicto de que as autoridades monetárias estão atentas ao problema e que em breve, muito em breve, estas dificuldades estejam superadas. O essencial é mantermos a confiança no patriotismo e no discernimento dos homens que governam este País e adequarmos as nossas programações à realidade" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1974, p.51).

O problema da escassez de recursos financeiros, indicado por Mandelli como uma das principais causas da "desgauchização" da economia do Estado, aparecerá constantemente nas manifestações da entidade nos anos seguintes.

A posição dos industriais gaúchos sobre o II PND é definida em maio de 1975 num documento conjunto da FIERGS e demais federações empresariais do Rio Grande do Sul, entregue ao Presidente Ernesto Geisel. Nesse documento, os empresários mostram-se satisfeitos por encontrar no Plano a confirmação da livre iniciativa como "instrumento propulsor dos avanços sócio-econômicos" e, paralelamente, "a necessidade de equilíbrio entre o capital nacional e o estrangeiro, para a consecução das metas do País". Sobre este último aspecto, os empresários compreendem a importância vital do capital estrangeiro para o desenvolvimento nacional, mas indicam a necessidade de disciplinar o seu ingresso. A atuação direta do Estado na economia também é aceita, desde que se limite aos setores definidos no II PND.

Esse documento destaca, ainda, a necessidade de fortalecimento financeiro da empresa privada nacional para garantir o equilíbrio entre o setor público e o privado.

"A atual conjuntura indica a urgente necessidade de a empresa nacional ser dotada de condizentes estruturas de capital, cuja fonte predominante tem que ser a poupança interna, infelizmente ainda abalada pelo descrédito do mercado de ações, instrumento que carece de urgente recuperação" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1975, p.61).

Deve-se intensificar também a utilização dos recursos disponíveis, em especial daqueles geridos pelo BNDE.

"(...) há que se agilizar o emprego dos recursos disponíveis, notadamente aqueles geridos pelo BNDE (IBRASA, EMBRAMEC e FIBASE) que ainda não atingiram maiores segmentos empresariais e, de modo especial, às pequena e média empresas, ainda, e talvez por muito tempo, sustentáculo decisivo da Economia Brasileira" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1975, p.61).

A avaliação da FIERGS sobre o documento Ação para a Empresa Privada Nacional (1976) é de que ele encerra o debate sobre a estatização e a iniciativa privada no País. Segundo os industriais gaúchos, o documento completa o II PND, assegurando o desenvolvimento nacional através da colaboração do capital privado nacional, do capital estrangeiro e do capital estatal, além de ampliar os mecanismos de apoio à maior capitalização do empresariado nacional. A FIERGS considera, ainda, que o documento demonstra a intenção do Governo de criar condições para que a iniciativa privada "(...) venha a ser efetivamente o grande agente do nosso processo sócio-econômico" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1976, p.61).

No entanto o problema do crescimento excessivo da atuação econômica do Estado é novamente incorporado às manifestações da FIERGS em 1977. Em seu discurso de despedida da Presidência da entidade, Luís Mandelli afirma que as crises internacionais, aliadas a fatores como o endividamento externo e a inflação, agravam ainda mais os desníveis econômicos e, em especial, a situação da empresa privada nacional. Como solução, ele propõe estancar o crescimento da empresa estatal, para diminuir a pressão desse setor sobre a empresa privada.

"A empresa privada nacional deve assumir o efetivo comando de nossa economia, sem hostilizar os sadios capitais estrangeiros que aqui aportam e tendo nos capitais estatais um aliado em áreas estratégicas e de segurança da Nação. Por outro lado, não é concebível que a empresa estatal ingresse ou permaneça em áreas industriais atendidas ou passíveis de serem supridas pela empresa privada.

.....  
Sabemos que o problema não é de fácil solução. Todavia, se for estancada a expansão da empresa estatal, o nosso crescimento industrial a médio e longo prazos corrigirá as distorções, por si só, da atual tendência de compressão sobre a iniciativa privada brasileira" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1977, p.17).

No mesmo ano, a FIERGS critica também a política creditícia do Governo através de uma nota em que denuncia que o custo excessivo do dinheiro estaria provocando a descapitalização das empresas, principalmente as pequenas e médias, e a transferência dos recursos para as instituições financeiras.

"O problema tem se agravado nos últimos anos, considerando o crescimento da economia como um todo. O empresariado viu-se num impasse: acompanhar este crescimento ou marginalizar-se. Assim sendo, as indústrias foram, de um modo geral, induzidas a se expandirem, notando-se relativa facilidade de endividamento para a formação de seu ativo fixo, não encontrando respaldo para uma adequada composição de seu capital de giro necessariamente correspondente" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1977, p.96).

A definição de medidas para solucionar esses problemas, segundo a FIERGS, deve ser fruto de um diálogo entre o Governo e os empresários:

"(...) agora, mais do que nunca, se torna imprescindível o diálogo entre o poder público e a iniciativa privada, com vistas a uma maior planificação e detalhamento, principalmente na atual e transitória fase de dificuldades, em que o País precisa maximizar seus escassos recursos de capital" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1977, p.97).

A participação política dos empresários e a liberalização do regime são também comentados em 1977 pelo novo Presidente da FIERGS, Ênio Verlangieri. A atuação política do empresariado é admitida desde que vinculada aos partidos políticos e não ao órgão representativo da categoria. Contudo essa participação tem um sentido corporativo: o de defesa dos interesses do empresariado na elaboração de leis que regem a atividade econômica; "(...) o empresariado levaria para o Legislativo a vivência da atividade privada, contribuindo com informações para evitar que sejam aprovadas leis incompletas ou mesmo falhas" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1977, p.142).

Quanto à liberalização do regime, a FIERGS entende que "o País todo busca e anseia por isto", que "ela é uma evolução natural do movimento de 64", mas que deve ser conduzida lentamente para não causar perturbações.

Definido o nome de João Figueiredo para a Presidência da República em 1978, a FIERGS produz dois documentos de análise da situação econômica do País e do Rio Grande do Sul, contendo propostas de medidas econômicas de alcance federal e estadual.

O primeiro documento, entregue ao futuro Presidente, apresenta sugestões de aperfeiçoamento da estrutura produtiva nacional, levando em conta a realidade de escassez de recursos e as prioridades de desenvolvimento sócio-econômico. Pela primeira vez, em todo o período pesquisado, os industriais detêm-se na análise dos problemas econômicos de forma mais abrangente. Conseqüentemente, o teor das reivindicações também é mais amplo: definição sobre a participação do Estado no campo econômico; apoio à empresa privada nacional, em especial à pequena e à média; disciplinamento da industrialização; política de adequada capitalização e investimentos empresariais; acompanhamento do ingresso de capitais estrangeiros para destiná-los a áreas e setores não cobertos pela empresa nacional; criação e absorção de tecnologia; política de transportes; formação de recursos humanos; e, finalmente, participação dos empresários nos órgãos decisórios da política econômica nacional.

A centralização excessiva do poder econômico-financeiro em torno da União, ocorrida nos últimos 10 anos, é vista como a causa dos graves problemas dos estados, uma vez que, segundo os empresários, suas receitas se esgotam nas despesas de custeio, restando muito pouco para os investimentos em infra-estrutura. Problema semelhante ocorre na área de programas e projetos de empreendimentos regionais, cuja definição final cabe ao poder central que possui quase todos os recursos provenientes da captação da poupança nacional, principalmente a compulsória. Para os industriais gaúchos, a solução seria a revisão das áreas de atuação dos estados e municípios de acordo com suas responsabilidades e recursos, o que poderia implicar uma reforma tributária. Além disso, sugerem a criação de algum tipo de mecanismo que permita à população participar das decisões que afetam o desenvolvimento de sua região.

Resumindo suas posições já expressas em anos anteriores sobre a política de industrialização nacional e o desenvolvimento econômico alcançado nos últimos anos, o documento destaca as distorções ocorridas: o endividamento e a subcapitalização das empresas nacionais; a excessiva atividade econômica estatal; e a inexistência de controle de capital estrangeiro no País.

No que se refere à escassez de recursos financeiros das indústrias, a FIERGS indica, novamente, a necessidade de maior "(...) apoio financeiro do Governo ao setor produtivo, atividade-fim hoje dependente, numa inversão de valores, da atividade-meio, o sistema financeiro. Na atualidade, o comando indireto, porém efetivo, da economia nacional é exercido por um subproduto do Poder Econômico, o Poder Financeiro" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1978, p.20).

O crescimento da atividade econômica estatal é atribuído às necessidades do modelo político-industrial adotado. Entretanto os empresários apontam a necessidade de que esse crescimento seja controlado:

"O Governo, teoricamente, delimitou a participação do Estado no campo econômico. Inexiste, no entanto, o necessário detalhamento sobre quais áreas lhe estão reservadas e em que condições poderia privatizar as empresas de que é detentor. Vale acrescentar que os estados da União também não demonstram sensibilidade para com o problema" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1978, p.20).

Da mesma forma, a entrada de capitais estrangeiros em si é bem aceita, desde que controlada pelos órgãos competentes e direcionada para os setores que exigem maiores recursos de capitais e técnicas sofisticadas que não podem ser supridas pelas empresas nacionais.

O controle e orientação do crescimento industrial, da atuação do Estado e do capital estrangeiro no País são considerados atribuições do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). Para que as decisões desse órgão reflitam também os anseios dos empresários nacionais, o documento sugere que se institucionalize a representação das entidades de classe nesse Conselho (o que já era proposto pelos empresários nacionais em 1974).

"Vislumbramos não uma forma de interveniência indevida, porém de autêntica cooperação que possa, antes de tudo, fornecer informações procedentes e atualizadas para as superiores decisões" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1978, p.20).

O segundo documento publicado pela FIERGS em 1978, apesar de mais sintético do que o primeiro, recoloca e enfatiza determinados problemas econômicos que já constavam no anterior. Após analisar a importância da economia gaúcha na gestão do Produto Interno Bruto do País, são levantadas, novamente, as dificuldades econômicas nacionais: o balanço de pagamentos, a dívida externa, a inflação, a concentração de renda em áreas não produtivas, o fraco crescimento das taxas de emprego e o endividamento e descapitalização da empresa privada nacional. A ênfase é colocada no modelo centralizado de política econômica e na intervenção do Estado na economia.

Pelos problemas e distorções econômicas citados, os industriais consideraram esgotado o modelo centralizado de política econômica e propõem a organização de um "autêntico sistema federativo" como forma de corrigir as distorções regionais.

"Com efeito, o exercício de 1978 confirmou a imperiosa necessidade de ser implantada uma descentralização econômica e administrativa, proporcionando melhores condições ao desenvolvimento das diferentes regiões, dotadas de características e peculiaridades próprias, além de agilizar as decisões e procedimentos que não podem ficar à mercê de medidas abruptas, imprecisas e pendulares, ditadas pela tecnoburocracia centralizada" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1978, p.80).

Para controlar os excessos da atuação estatal na área econômica, propõem os industriais que sejam respeitados os preceitos da Constituição relativos à livre iniciativa.

"É preciso que o artigo 170 da Constituição Federal seja efetivamente observado. Na verdade, o primado da livre iniciativa e o caráter suplementar do Estado na atividade econômica não têm sido considerados, comprometendo uma saudável democracia econômica" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1978, p.80).

Apesar das críticas expostas no documento, os empresários reafirmam sua confiança nas potencialidades e na tranquilidade interna do País, assim como na capacidade de as autoridades reestruturarem a política econômica nacional com o auxílio dos empresários:

"Na formulação de políticas e estratégias econômicas, não há como ignorar ou relegar ao plano de meros expectadores os que serão envolvidos, inclusive tornando-os partícipes e solidários com as decisões. As entidades de classe representativas hão de ser competentes e responsáveis para colaborarem no encontro das melhores soluções" (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1978, p.80).

Note-se que a posição dos industriais gaúchos é mais moderada que a dos empresários nacionais em 1978. Enquanto, a nível nacional, os empresários evoluíram da crítica à atividade econômica estatal para a crítica ao modelo de desenvolvimento, no Rio Grande do Sul a FIERGS limitou-se a fazer sugestões de medidas econômicas gerais, sem referir-se à questão social e à democracia.

Essa é, ao que parece, a tônica das manifestações dos industriais gaúchos no período: suas reivindicações restringem-se à solução de problemas econômicos que os afetam diretamente, em especial ao da escassez de recursos financeiros. Eles parecem não ter capacidade de compreender a estratégia político-econômica do Governo como uma proposta global para a sociedade brasileira. Talvez isso explique porque, nesse período, atribuem as dificuldades econômicas nacionais principalmente a fatores externos, como a crise internacional e, de forma secundária, a alguns "desajustes" na definição da política econômica. Isso aparece também em relação ao II PND. Enquanto a nível nacional houve uma intensa mobili-

zação dos empresários contra o Plano, considerando estatizante, a avaliação da FIERGS é de que ele demonstra a intenção do Governo de fortalecer a iniciativa privada e levá-la a ser "o grande agente de nosso processo sócio-econômico".

A crítica dos industriais gaúchos à estatização é, não raras vezes, reduzida à centralização dos recursos financeiros na União e à tributação excessiva. A solução proposta limita-se a uma reforma tributária que contemple a devolução da autonomia administrativa aos estados e municípios.

Finalmente, a posição dos industriais gaúchos sobre a sua participação política na vida nacional tem um caráter restrito e corporativo: a defesa de interesses econômicos imediatos. Nesses termos, a estratégia política que se delineia visa à ocupação, pelos empresários, de cargos executivos ou legislativos para garantir a execução de medidas econômicas ou a elaboração de leis que sirvam aos seus interesses. A proposta de participação empresarial nos órgãos de decisão econômica também é restrita, pois é dirigida apenas ao Conselho de Desenvolvimento Industrial. Não foi encontrada referência à necessidade de representação dos empresários no Conselho de Desenvolvimento Econômico, o órgão mais importante no processo decisório sobre a política econômica. Contraditoriamente, quando convidados a participar, os industriais gaúchos se omitem. Durante o período 1974-78, mais de uma vez a FIERGS reiterou a expectativa de um diálogo mais estreito entre o Governo e a iniciativa privada. Entretanto, em 1976, quando o Ministro do Planejamento solicitou às entidades empresariais sugestões para desestatizar a economia nacional, a FIERGS não se manifestou.

## 4 – O DISCURSO DAS LIDERANÇAS

### 4.1 – Introdução

Neste capítulo, serão aprofundadas algumas questões referentes à relação entre a burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional, através da análise do material coletado em entrevistas com líderes do empresariado industrial no Rio Grande do Sul.

A definição dos empresários que constituem a elite industrial do Rio Grande do Sul foi feita através de uma conjugação de critérios. O mais amplo deles define a burguesia industrial gaúcha como sendo constituída pelos proprietários ou acionistas majoritários, dirigentes de empresas industriais sediadas no Rio Grande do Sul, cuja origem do capital é local ou nacional. Partindo-se desse critério inicial, procuramos identificar quem compunha a elite industrial gaúcha durante o período pesquisado. Foram selecionados os titulares dos maiores grupos industriais do Rio Grande do Sul, listados no "ranking" dos principais grupos privados nacionais publicado pela Gazeta Mercantil, e que tenham exercido efetiva liderança sobre o conjunto da burguesia industrial gaúcha ou sobre os empresários de seus próprios ramos de atividade, expressa tanto através de sua participação nas diretorias da FIERGS, em especial nos cargos de presidente e vice-presidente, quanto através de manifestações públicas veiculadas pelos meios de comunicação.<sup>12</sup> Dessa forma, chegamos a uma lista de 16 nomes: 4 ex-presidentes da FIERGS, 1 ex-vice-presidente, 2 ex-diretores e 9 líderes de diferentes ramos da indústria gaúcha, todos proprietários ou acionistas majoritários de grandes empresas (com mais de 500 empregados).

Da lista inicial de 16 empresários, que cobriam os ramos mais significativos da indústria<sup>13</sup>, não foi possível entrevistar três deles. Durante os dois meses e meio dedicados à realização das entrevistas, esses empresários, através de seus assessores, alegaram falta de tempo para nos receber. Agregamos ainda à lista definitiva de empresários uma entrevista com um ex-integrante da equipe ministerial do Governo Médici que manteve fortes ligações com os industriais gaúchos durante os últimos 20 anos.

Dado o caráter exploratório desta pesquisa e nosso interesse numa abordagem qualitativa, optamos por realizar entrevistas abertas, não di-

---

<sup>12</sup> Foram levantadas as manifestações dos empresários industriais gaúchos em dois periódicos: os diários Correio do Povo, de Porto Alegre, e a Gazeta Mercantil, de São Paulo.

<sup>13</sup> Como este estudo abrange o período de 1964 a 1978, não foram incluídos na lista de líderes empresariais os representantes dos setores novos da indústria gaúcha, desenvolvidos nos últimos anos: informática, calçados de plástico e pólo petroquímico.

rigidas. Para tanto, iniciamos as entrevistas propondo um temário restrito aos empresários e gravamos o seu depoimento sobre esses temas.<sup>14</sup> Dos depoimentos resultantes, selecionamos os trechos mais significativos e os analisamos por temas, sem obedecer à periodização utilizada para a análise da posição da FIERGS. Esse procedimento se justifica na medida em que pretendemos, neste capítulo, avançar na compreensão do pensamento da elite industrial gaúcha. Por essa razão, tentamos restringir ao mínimo nossa influência sobre o depoimento dos entrevistados, deixando que eles utilizassem os seus próprios parâmetros para a periodização do processo histórico.

O temário proposto aos entrevistados visava a desvendar suas representações acerca do Estado Nacional e de sua própria perspectiva de atuação enquanto classe, em especial os valores que informam sua atuação política. Para tanto, solicitamos a sua opinião sobre vários aspectos da vida política nacional, tendo por referência os anos que vão de 1964 a 1978. Privilegiamos as suas avaliações sobre: os "governos revolucionários", o saldo político e econômico da Revolução, a condução da política econômica nacional, o desenvolvimento da economia gaúcha e sua própria relação com o Estado Nacional, em especial no que se refere à organização e às formas de representação de interesses utilizadas para fazer chegar suas demandas aos centros decisórios da política econômica nacional.

Por não sofrerem as limitações impostas aos manifestos de uma instituição oficial como a FIERGS, os depoimentos colhidos através das entrevistas resultaram num material rico e elucidativo sobre o pensamento e as formas de atuação da elite industrial gaúcha.

## 4.2 – O processo político-econômico pós 64

Já vimos pelos documentos da FIERGS que a burguesia industrial gaúcha aderiu sem restrições ao golpe militar de 1964. As entrevistas com as lideranças não só confirmaram essa conduta adesista como permitiram um conhecimento mais detalhado dos valores conservadores, constitutivos do ideário político dessa fração da burguesia gaúcha.

Para os industriais gaúchos, a Revolução de 1964 foi sobretudo modernizadora, pois deu condições para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e do País. Na opinião de todos os empresários entrevistados, o golpe militar foi necessário para que eles voltassem a realizar investimentos produtivos, já que não corriam mais o risco da indefinição sobre os rumos políticos da Nação, representado pelo regime populista e pela ameaça comunista.

<sup>14</sup> Os entrevistados não opuseram resistência ao uso do gravador, com exceção de um empresário que não se recusou a ser gravado, mas foi muito cauteloso em seu depoimento. Apesar de ter-lhe sido garantido o caráter sigiloso da entrevista, ele declarou ter medo de que, se outros tempos voltassem, suas declarações em relação ao desempenho dos governos militares e alguns de seus ministros poderiam comprometê-lo. Curiosamente, o seu depoimento foi um dos mais conservadores.

Alguns empresários foram ainda mais longe em sua avaliação, definindo a "Revolução" ou um governo de exceção como único regime político adequado para o Brasil, devido à ignorância e ao despreparo político do povo brasileiro. As palavras de um líder do setor de calçados ilustram esta concepção:

"Antes de 64, o descontentamento generalizado da sociedade brasileira levou a que se trabalhasse só para se manter. Não havia estímulo ao crescimento. Com a Revolução, o País cresceu muito. Foi uma experiência fabulosa para o País. Acho que, em pouco tempo, vamos pedir outro governo de força. **Dentro da democracia, este governo não vai conseguir controlar o país** (grifo nosso). (...) O ideal para o Brasil é um regime de exceção, devido à corrupção, à falta de instrução do povo brasileiro, que não está preparado para a democracia plena. O povo brasileiro só quer ter direitos e não deveres" (02.07.86).

Já outro depoimento, de um empresário da indústria de alimentos, confirma a noção de "povo atrasado" e especifica quem era o inimigo antes de 64: o "perigo comunista" que, no Rio Grande do Sul, tinha um rosto e um partido, representados por Brizola e pela forte presença do PTB na sociedade gaúcha.

"Os governos europeus podem ser democráticos porque têm povo forte. O grande problema do Brasil é a massa atrasada. Qualquer político aproveitador (exemplo: Brizola) usa a massa para fazer sua carreira política" (13.05.86).

Nas palavras de um líder da indústria metalúrgica, aparece também a noção do povo como "massa de manobra":

"A Revolução de 64 foi mesmo redentora porque nos salvou do comunismo e criou um clima de esperança no País. Isso prova que o povo bem orientado também contribui para que o País se desenvolva" (03.06.86).

Ou melhor, para esses empresários, o povo só não é massa de manobra quando está a favor do capital. Nesse caso, ele é "bem orientado". No entanto, quando se envolve com reivindicações e exigências, está sendo manipulado pelas forças de esquerda, pelo populismo. O povo europeu, por outro lado, é considerado "forte" porque não questiona as bases em que se assenta a ordem capitalista ou é instruído o bastante para fazer suas exigências "dentro da ordem". É interessante como essa simplificação da realidade serve aos interesses da classe empresarial, ou seja, não são levados em consideração, nesta análise comparativa entre os povos europeu e brasileiro, a forma como se desenvolveram as democracias européias nem os níveis de organização e as conquistas das classes trabalhadoras européias que lhes garantiram as condições de vida de que desfrutam hoje.

A percepção desses empresários sobre o processo político tende a ser, em geral, superficial e contraditória. Quase todos os entrevistados, quando instados a definir o legado político do período revolucionário, o consideram mais problemático do que o econômico, em especial

no que se refere às lideranças políticas, à corrupção e a certos "excessos" durante o período de maior repressão política.

Segundo os entrevistados, um dos grandes problemas da Revolução é que ela não estimulou o surgimento de novos líderes políticos que pudessem continuar a "obra revolucionária" no contexto de um governo civil. Entretanto, não há nenhuma ponderação sobre como um regime militar, autoritário, no qual a vida política do País estava reduzida a existência de dois partidos oficiais, poderia ter permitido o surgimento de novas lideranças políticas. Por outro lado, os empresários atribuem aos governos revolucionários o aumento da corrupção, o que teria contribuído para deteriorar a imagem pública dos militares. Aqui, também, a noção dos empresários é ambígua: a corrupção não está relacionada ao sistema, mas a "desvios pessoais" de conduta. Além disso, ora a corrupção é atribuída aos políticos (a percepção dos empresários sobre os políticos será discutida mais adiante), ora aos militares. Para um empresário do setor metalúrgico, os militares não souberam se afastar do Governo no momento oportuno, que teria sido após o "milagre econômico":

"Aquele era o momento oportuno para os militares terem preparado sua saída, entregando o poder aos civis dizendo: 'Nós cumprimos a nossa missão, agora vocês cumpram a sua que vamos ficar de fora, vigiando'. Aí os militares teriam força moral e apoio popular para voltar a qualquer momento. Mas aconteceu o contrário. Deteriorou-se a imagem dos militares e, até hoje, eles são muito criticados" (03.06.86).

Em relação aos "excessos" — torturas, perseguições, etc. —, apesar de todos os entrevistados se declararem contrários a essas práticas, vários tentaram justificar a ditadura ao relegar os "excessos" à categoria de questão secundária. Outros até admitem que talvez tenham sido males necessários para sanear o País e garantir à Nação a tranquilidade para trabalhar. De maneira geral, assim como a questão da corrupção, os "excessos" políticos foram atribuídos a desvios de conduta e não a uma característica constitutiva do regime ditatorial. Nas palavras de um ex-presidente da FIERGS, líder da indústria metalúrgica:

"A discussão sobre tortura e direitos humanos esconde interesses escusos de quem quer combater o regime em que estamos vivendo. Houve tortura, mas ela não foi de responsabilidade do sistema nem do presidente (Médici). O problema é que não se pode controlar um país de 100 milhões de habitantes. Como vai se saber o que está fazendo o responsável por uma prisão em Maceió, por exemplo? Se ele torturou, é porque ele não prestava. E não o sistema. Este período deve ser aceito. Injustiças sempre ocorrem, em qualquer parte do mundo" (03.06.86).

Contudo, ainda que a percepção dos industriais sobre a corrupção, a falta de lideranças políticas e a repressão pareça superficial e contraditória, ela encerra uma certa lógica: a noção de governo, de Nação, muda conforme a conjuntura e os interesses burgueses por ela afetados. Antes de 1964, o Governo estava patrocinando a infiltração comunista no País, o que justifica o golpe militar e a instalação de um regime de

exceção. Após a "Revolução", altera-se a idéia de todo: a Nação é composta por uma soma atomizada, na qual a corrupção, a tortura, a inexistência de lideranças políticas são partes isoladas no sistema, não estão vinculadas ao regime político adotado.

É lógica, também, a periodização que os entrevistados atribuem ao processo revolucionário. Para eles, a "Revolução Redentora" começou com o golpe de Estado de março de 64 e o Governo Castello Branco terminou no fim do Governo Geisel. O Governo Figueiredo foi apontado por todos os entrevistadores como um período espúrio, que não faz parte de projeto revolucionário devido à incompetência do Presidente e de seus assessores e ministros. Durante a sua gestão, segundo os empresários, o País ficou sem comando, o Governo já não dirigia nem a economia nem a sociedade. Segundo um líder da indústria mecânica:

"Do ponto de vista militar, a Revolução terminou com o Governo civil de Sarney. Mas, em termos macroeconômicos e sociais, a Revolução terminou no fim do Governo Geisel" (18.06.86).

Além disso, durante o período Figueiredo, a situação econômica do País já era bem crítica, e os empresários lamentam que o Estado não tivesse mais recursos para lhes oferecer. Nas palavras de um ex-presidente da FIERGS:

"O Governo Figueiredo já não faz parte da Revolução. O Brasil já estava completamente sem recursos, o modelo já estava exaurido, e o que o Figueiredo fez foi ganhar tempo e preparar a transição política. Ficou clara a falência do modelo e o preço que toda a sociedade pagou por ele. O Figueiredo não tinha mais nada a nos oferecer. Já estava tudo gasto, ele não podia fazer mais nada" (10.07.86).

Nesse depoimento, aparece também, como identificamos nos documentos da FIERGS, o papel que os industriais gaúchos atribuem ao Estado Nacional: o de fornecedor de recursos para o desenvolvimento da iniciativa privada. Voltaremos a essa questão mais adiante. Interessava-nos reter, neste momento, o que os empresários definem como período revolucionário: ele abrange os Governos de Castello Branco a Ernesto Geisel. O Governo Figueiredo representa a falência total do modelo instaurado em 1964.

Na avaliação dos contatos com o Governo Federal, para defesa de seus interesses, ao longo do período revolucionário, os empresários também não pouparam críticas ao Governo Figueiredo. Entre todos os governos revolucionários, o de Médici foi apontado como aquele em que as relações entre os empresários e as instâncias superiores do processo decisório, em especial a equipe ministerial, eram as mais diretas e eficazes. Os entrevistados destacaram a atuação do Ministro da Indústria e Comércio, Pratini de Moraes, na defesa dos interesses da indústria gaúcha. Já o período do Governo Geisel é considerado por todos o mais fechado, no qual o acesso aos ministros era mais difícil. Contudo, quando conseguiam avistar-se com os ministros, os empresários tinham seus problemas solucionados, pois, em sua opinião, a equipe ministerial era coe-

sa e eficiente, sendo controlada pelo próprio Presidente. O mesmo não acontecia durante o Governo Figueiredo, quando não era difícil ter acesso a um ministro, "o problema é que ele não decidia nada. Ou, se decidia, a execução de sua ordem trancava no segundo escalão". Na opinião de todos os entrevistados, durante o Governo Figueiredo não havia mais plano nem equipe ministerial; ninguém era responsável, e o Presidente não controlava mais nada.

É interessante destacar que a avaliação geral dos entrevistados sobre a Revolução é de que ela foi muito bem sucedida enquanto proposta econômica. Todos indicaram a modernização do País, o crescimento econômico, o desenvolvimento e a diversificação da indústria nacional como "efeitos revolucionários". Entretanto, ao analisarmos o saldo econômico de cada governo revolucionário, essa idéia de crescimento generalizado é relativizada.

A gestão do Gen. Castello Branco foi apontada por todos como a mais importante no período revolucionário por ter definido as medidas de saneamento econômico que prepararam as condições para o desenvolvimento do País nos anos seguintes. Já o período do Gen. Costa e Silva foi considerado inexpressivo, e isso é atribuído à falta de preparo do próprio Presidente.

O Governo do Gen. Emílio Médici, como era previsível, foi assinalado como o ápice da Revolução, período no qual se fez o "milagre econômico" e reinou grande tranquilidade política no País. Seu Governo foi considerado, por todos os entrevistados, como aquele que mais se preocupou com o desenvolvimento da indústria nacional. Os empresários gaúchos das indústrias de calçados, vestuário e têxtil destacaram a atuação do Ministro da Indústria e Comércio, Pratini de Moraes, na definição de medidas econômicas que beneficiaram esses setores, tais como subsídios à importação de máquinas e estímulos à exportação.

O período do Governo do General Ernesto Geisel foi considerado o mais estatizante, em especial devido à condução da política econômica definida pelo II PND e à realização de grandes obras de infra-estrutura. Aos grandes projetos, como Itaipu, usinas nucleares, Ferrovia do Aço, foi atribuído o pico máximo de endividamento externo do País. Poucos entrevistados mencionaram os benefícios que essas obras poderão trazer ao País a longo prazo. Para um empresário da indústria mecânica:

"A crítica aos investimentos de Geisel não é que foram grandiosos ou supérfluos, é que foram grandes investimentos, simultâneos e de retorno muito lento. Faltou austeridade; houve excessivo endividamento. Contudo o País modernizou-se, em especial nas áreas de comunicação e energia. Só hoje o Brasil está colhendo os frutos destes projetos" (18.06.86).

Apenas um empresário do setor de calçados analisou de forma diferente a questão do aumento da dívida externa no período Geisel, indicando como causa não o custeio do "milagre econômico" ou dos grandes projetos de infra-estrutura, mas a transformação do endividamento produtivo em financeiro.

"Durante o período Geisel, também houve algum atendimento à indústria, por parte do Ministro Simonsen. Mas o Ministro

provocou, de certa forma, uma deturpação no sistema, ao retirar os incentivos fiscais e substituí-los por incentivos financeiros. Ao adotar a solução financeira, evoluiu-se para um campo perigoso. A economia passou a trabalhar mais para os bancos do que para o desenvolvimento da indústria. Com isto, os bancos incharam e corromperam a indústria. Esta política econômica deturpou também a estrutura econômica empresarial. O exportador de manufaturados não conseguiu acompanhar esta nova situação - a de investidor financeiro ao invés de produtor" (08.07.86).

### 4.3 - O Estado e a tecnocracia

A noção que os empresários têm do Estado, como vimos na análise da FIERGS, é de que ele deve prover a infra-estrutura básica que permita o desenvolvimento da indústria sem competir com ela. A crítica que fazem à atividade econômica do Estado Nacional, após 1964, é de que ele extrapolou suas funções, penetrando em atividades antes exclusivas da iniciativa privada. Interessou-nos, em especial, verificar a que os empresários atribuem a tendência à ampliação da atividade econômica estatal.

Para os empresários entrevistados, a ampliação da participação do Estado na economia está ligada à mentalidade militar dos governantes e, para alguns, isto foi mais evidente durante o Governo Geisel. Nas palavras de um ex-presidente da FIERGS:

"O Geisel é o mais típico dos militares. Ele acha que sua função é defender o Estado. Portanto, quanto maior e mais poderoso este Estado, mais justificativa o militar tem para a existência" (10.07.86).

Ou então, para um líder da indústria do vestuário:

"Este enorme crescimento do Estado é anterior ao Geisel. Vem do próprio estilo da Revolução. Para a mentalidade militar, é melhor que o Estado assuma determinados setores do que entregá-los ao capital estrangeiro. Isso é um equívoco dos militares. Hoje, a interdependência entre os países, devido aos empreendimentos multinacionais, é um fato. E os empreendimentos estrangeiros no Brasil são um excelente exemplo de como deve funcionar uma empresa e um empresário capitalistas. (...) O problema é que o Estado é um mau empresário. Da forma como ele gere as suas empresas, desrespeitando as leis de mercado, ele onera ainda mais a população. E não demonstra eficiência" (03.07.86).

A referência ao capital estrangeiro, neste último depoimento, resume uma opinião consensual entre os empresários: os empreendimentos multinacionais só beneficiam o País, e o capital estrangeiro nunca é considerado um entrave ao desenvolvimento da iniciativa privada nacional.

O problema para os empresários é o crescimento do poder do Estado. Este sim, é considerado uma ameaça aos interesses dos capitais privados. Como já foi mencionado, os empresários temem a "estatização" total das atividades econômicas do País, que seriam o resultado do processo de ampliação do poder estatal nos últimos anos. Num primeiro momento, temos a impressão de que os empresários ignoram a origem nacionalista do exército brasileiro e a ideologia da segurança nacional que orientou a atuação das forças militares durante todo o período revolucionário. Essa questão torna-se mais compreensível quando os entrevistados explicam porque o Estado teria interesse em impor-se à iniciativa privada: o Estado existe para servir a uma classe específica, a tecnocracia. Nas palavras de um empresário da indústria de confecções:

"A tecnocracia é uma classe nova. Ela nasce de governos fortes e ambiciona o poder; cria poderes próprios sob o pretexto de desenvolver tecnicamente a nação. Na realidade, estes poderes servem também para fortalecê-la pois seu objetivo, enfim, é um só: servir a si própria, perpetuar-se" (03.07.86).

Na opinião de um empresário do setor siderúrgico, é para se perpetuar que a burocracia cria medidas econômicas que não levam em consideração os interesses do setor privado e terminam por ampliar o poder do Estado, provocando uma inversão na "ordem natural das coisas":

"Hoje, ainda existe uma relação pouco clara entre o governante, o tecnocrata e a sociedade, devido ao excesso de poder regulamentador do Estado. A tecnocracia tem o gosto do poder, de centralizar, de dominar o mercado. Em vez do tecnocrata servir à sociedade, somos nós que servimos a ele. Afinal, o empregado do contribuinte é o setor público e não o contrário. Para o empresário trabalhar e confiar no destino do país, ele tem que saber que o mercado é que está comandando: que o consumidor manda no país" (06.06.86).

Essa percepção de independência da burocracia em relação à sociedade e, em especial, aos empresários aparece também no depoimento de um representante da indústria mecânica:

"O governo continua a nos tratar como senhores que devem obedecer às suas decisões. Eles nos ouvem, mas não sei se isto significa adotar nossas sugestões. Nós somos expectadores de fatos consumados" (18.06.86).

O Estado Nacional, na percepção dos empresários, parece assumir um caráter mágico: ele deve se comportar como um ente acima das classes, preocupado apenas com o "bem público". Contraditoriamente, o Estado deve, ao mesmo tempo, proteger os interesses dos capitais privados através do fornecimento de recursos financeiros a baixo custo, da intermediação da relação capital/trabalho, da infra-estrutura social (educação, saúde, previdência, etc.), além de comportar-se como um empresário eficiente naquilo que é considerado pelos empresários como sua única função econômica legítima: a produção de infra-estrutura e insumos, fundamentais ao desenvolvimento da indústria privada nacional. Ora,

como o Estado conseguiria desempenhar todas essas funções sem criar uma máquina administrativa complexa e uma burocracia altamente qualificada e responsável pela gestão de imensos volumes de recursos financeiros é uma questão que não é contemplada no discurso empresarial. A percepção de que o Estado vem ampliando sua esfera de atuação na economia é relacionada, de imediato, com o fantasma da estatização total da economia, que passaria a ser dominada e dirigida por uma burocracia todo-poderosa e desvinculada da sociedade.

Não é de se estranhar que os empresários incorram neste equívoco, visto que até alguns cientistas sociais, como já tivemos oportunidade de mencionar, também se deixaram levar pelas análises simplistas, criando um novo conceito para explicar a ampliação das funções do Estado no processo de acumulação: o "modo tecnoburocrático ou estatal de produção" (Pereira, 1977). Em nossa concepção, a função que assume o Estado numa economia capitalista é a de capital total, na medida em que deve acomodar os interesses das diferentes frações de capital. Nesses termos, a atuação da burocracia central será limitada pela necessidade de compatibilizar os espaços de atuação das diferentes formas de capital presentes na economia: estatal, nacionais e internacionais.

Apenas um dos entrevistados fez referência, ainda que indireta, à existência de uma relação entre os interesses dos capitais privados e da tecnocracia:

"No Brasil, a tecnocracia tem muito poder. Ela servia aos empresários e também aos militares. Para o empresário, era importante ter amigos na burocracia federal. Hoje estes tecnocratas ocupam postos-chaves na iniciativa privada" (10.07.86).

As relações entre os empresários e o Estado Nacional ficam mais claras, porém, quando investigamos os mecanismos de acesso dos empresários às instâncias decisórias do aparelho estatal.

#### **4.4 — Os canais de relação entre os empresários e o Estado Nacional**

As entrevistas permitiram identificar que são usados como canais de manifestação dos interesses empresariais gaúchos frente ao Estado Nacional tanto as organizações oficiais como a FIERGS e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) quanto as associações setoriais e os contatos pessoais. Entretanto a eficácia dessas instâncias de mediação é avaliada de forma diferenciada pelos entrevistados, variando conforme o seu setor de atuação.

Os entrevistados dos ramos mais tradicionais (bebidas, alimentos, vestuário) consideram a FIERGS como a sua instituição legítima e não reconhecem a existência de outras associações ou não lhes atribuem importância. Entretanto esses empresários reconhecem que a força da entidade é limitada, dependendo muito dos contatos pessoais de seu presidente com o Governo Federal.

A CNI é identificada, pelos setores tradicionais, como a entidade máxima da indústria nacional. Contudo é considerada pouco representa-

tiva dos interesses dos estados mais industrializados do País, por ser historicamente dominada pelo Nordeste. Esta dominação tem se dado por dois fatores: o voto igualitário para todos os estados da Federação e a união dos estados da Região que votam em bloco num de seus representantes. Para ampliar a representatividade e o poder de barganha da CNI, todos indicam a necessidade do voto ser proporcional à importância econômica do estado. As associações paralelas não são reconhecidas ou não são utilizadas pelos empresários desses setores.

Já para os empresários dos setores mais dinâmicos da indústria gaúcha, a existência das associações extracorporativas e dos contatos pessoais são mais importantes e eficazes na defesa de seus interesses do que a FIERGS e a CNI.

Um industrial calçadista do Vale dos Sinos, líder da categoria, resume a forma de atuação de seu setor:

"As indústrias do Vale dos Sinos, durante o período da Revolução, utilizavam a Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo para fazer suas reivindicações diretamente a Brasília, em especial à CACEX e ao Ministério da Fazenda. Hoje, ainda utilizamos esta modalidade: empresário, entidade de classe, Ministro e até Presidente, se for necessário. Os outros canais (FIERGS, políticos) são suportes, apoios complementares a este tipo de atuação. A existência de entidades de classe e sindicatos é fundamental. As entidades maiores, do tipo da FIERGS, têm o encargo de comandar a política empresarial geral e de proporcionar encontros inclusive de sindicatos conflitantes, como os dos setores coureiro e calçadista. **As entidades maiores servem como canal de comunicação. As entidades específicas servem como canal de solução**" (08.07.86).

Nas palavras de outro empresário da indústria de calçados aparece a importância da combinação de todos os canais de expressão dos interesses industriais:

"A FIERGS é utilizada pelo setor de calçados como um reforço à atuação dos sindicatos e associações específicas. Ela serve também para reivindicar do governo estadual ou federal uma política global para a indústria em questões como: energia elétrica, transporte, tributação, acesso às exportações. Ela também pode intervir na aproximação de dois setores conflitantes como o de calçados e o de curtumes ou na relação entre o capital e o trabalho, tentando harmonizar a discussão entre os sindicatos trabalhista e patronal. Entretanto a autonomia das associações gerais como a Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo ou a FIERGS é limitada porque elas congregam interesses que podem ser antagônicos, como os dos setores de couros e de calçados. Por isto surgem as associações específicas como a ADICAL, que tem mais independência para defender o setor de calçados" (02.07.86).

A menção feita por esse empresário à Associação das Indústrias de Calçados do Rio Grande do Sul (ADICAL) indica a existência de um pro-

cesso de diferenciação na estrutura de representação de interesses da indústria de calçados do Vale dos Sinos. Esse processo tem suas origens no final da década de 70, quando os empresários calçadistas começaram a questionar a representação da Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo que congrega também os interesses dos curtumes. O movimento foi liderado pelos grandes exportadores de calçados e culminou com a criação da ADICAL em 1983. A entidade congrega 66 associados que representam apenas 18% das empresas calçadistas, mas que são, entretanto, as maiores do ramo, responsáveis por quase 70% da produção de calçados no Estado. A ADICAL representa os interesses desses grandes exportadores, fazendo a ligação, inclusive, com os advogados contratados nos EUA para tratar dos negócios desses exportadores naquele país.

Da mesma forma, os empresários das indústrias de Caxias do Sul, segundo pólo industrial do Estado, atribuem pouca importância à FIERGS, privilegiando as associações extra-oficiais e os contatos pessoais como canais de comunicação com o Estado. Segundo um representante da indústria de material de transporte:

"A FIERGS serve quando se trata de problemas gerais da indústria, como a necessidade de ampliar o fornecimento de energia elétrica no RS, ou a atuação do SENAI no treinamento da mão-de-obra. Mas as empresas devem ter seus canais próprios, associações por setor da indústria. Quando temos algum problema, utilizamos a Associação Nacional dos Fabricantes de Carrocerias (FABUS) para informar e pressionar diretamente o Governo Federal" (20.05.86).

Outro empresário, do mesmo setor, também indica a importância das associações:

"Quando se trata de interesses específicos de um ramo, as instituições formais não servem. A estrutura sindical formal, oficial, baseia-se numa lei muito antiga, desatualizada. Estas instituições se viciaram com o paternalismo do Estado. As instituições paralelas são mais combativas.(...) Em 1984, criamos a Associação Nacional de Fabricantes de Implementos Rodoviários. É muito nova, mas está se articulando e será transferida para São Paulo" (27.05.86).

Merece destaque o depoimento de um empresário da indústria metalúrgica de Caxias do Sul sobre a FIERGS. Na sua opinião, a FIERGS deveria representar os interesses de toda a indústria gaúcha, mas, por ser historicamente dominada por um grupo de empresários da Grande Porto Alegre, a instituição representa apenas os interesses deste grupo.

"A FIERGS representa os interesses de alguns industriais no Estado: Kroef, Johanpeter, Vellinho, Mandelli. Por isto, eu estive na sua direção durante seis anos e me cansei. Os problemas trazidos por empresários à direção da FIERGS só eram levados adiante se afetavam também à indústria destas pessoas. Aí se transformavam em problemas que afetavam toda a indústria gaúcha. Faziam-se declarações para jornais, entrevistas, telex a ministros, etc. Se o problema trazido afe-

tasse apenas a indústria metalúrgica de Caxias, por exemplo, não era levado adiante pela FIERGS" (20.05.86).

Ao longo de todo o período pesquisado, o Legislativo não era utilizado como elemento de intermediação dos interesses da indústria gaúcha frente ao Estado. Quanto a esta questão, não encontramos diferenças nas posições dos entrevistados de diferentes ramos da indústria. Há um consenso, entre os líderes da indústria gaúcha, de que os políticos só defendem seus próprios interesses:

"Políticos gaúchos não se preocupam com a sorte da indústria do Estado. Eles preocupam-se com sua própria reeleição. Para isto, às vezes até se dedicam a nós. Mas só para conseguir votos" (02.07.86).

E, além disso, há o consenso de que o Legislativo tinha pouca força neste período:

"Os políticos não eram usados quando queríamos conseguir alguma coisa em Brasília. É que eles não tinham espaço para atuar devido às limitações do Legislativo — que chegou a ser fechado várias vezes — e também porque a tecnocracia não lhes dava valor" (03.07.86).

O mesmo acontecia com o Executivo estadual, que não era utilizado porque não tinha força, mas também porque "(...) pela sensibilidade do Governo Federal em atender diretamente à entidade empresarial, dispensava-se a mobilização política da área estadual" (08.07.86). Transparece também, na opinião deste empresário, que a diversificação das formas de relação com o Governo Federal é imposta pelo próprio Estado. Esta opinião é confirmada pelas palavras de um líder do setor siderúrgico:

"Quando tudo era centralizado no Executivo, o empresário tinha que concentrar suas forças sobre o Governo Federal. O processo era fechado, então o contato era pessoal. O empresário pressionava diretamente os homens que decidiam" (06.06.86).

Em resumo, os poderes regionais (Executivo e Legislativo) e o Legislativo Federal não eram considerados interlocutores influentes no processo decisório. Os canais de acesso ao Estado Nacional, privilegiados pelos industriais gaúchos, eram os contatos pessoais e as associações extra-oficiais.

#### **4.5 — Burguesia industrial, Estado e sociedade no Rio Grande do Sul**

O não-reconhecimento do Executivo Estadual como instrumento de ligação com o Executivo Federal deve-se não só às formas de atuação adotadas pelo Estado Nacional, mas também ao descrédito com que os empresários encaram a administração estadual dos últimos anos. Os entrevistados foram unânimes em declarar que não há crise econômica no Rio

Grande do Sul; há uma profunda crise político-administrativa do aparelho estatal regional devido ao empreguismo e à má administração. Nas palavras de um representante da indústria de calçados:

"A situação do Estado hoje é deplorável. Mas é uma crise do Governo e não das classes produtoras. Temos um empreguismo muito grande. O 'gauchismo' que existe aqui não é próprio à nossa época. A questão da energia elétrica é um exemplo de como o gauchismo atrapalha. Por não permitir a federalização da CEEE, o Governo Estadual está prejudicando a indústria gaúcha, que não pode ampliar-se, e impedindo a instalação de novas indústrias" (02.07.86).

Aparece aqui um fato novo: vários empresários atribuíram os problemas administrativos do Rio Grande do Sul à conduta conservadora e isolacionista da burocracia estadual frente ao Governo Federal, como transparece, também, no depoimento de um líder da indústria mecânica:

"Hoje o Rio Grande do Sul está perplexo porque está deficiente em energia, comunicações, saneamento básico, está endividado, não tem sistema viário suficiente. O Rio Grande do Sul está revoltado, acha que o Brasil está de mal com ele. Mas isto não é verdade. O Rio Grande do Sul gastou muito com o funcionalismo, e hoje não tem recursos para fazer nem a infra-estrutura. Mas também não querem a federalização de órgãos como a CRT! Os gaúchos querem ser intocáveis. Mas como vão produzir energia e comunicações?" (18.06.86).

O fenômeno do renascimento do regionalismo e sua utilização como ideologia do Governo Estadual em anos recentes ainda não mereceu a devida atenção dos estudiosos e é um tema que foge aos propósitos deste trabalho. Entretanto, além da conotação política conservadora de um discurso que busca enaltecer os feitos e costumes do povo gaúcho e, paralelamente, atribuir os problemas do Rio Grande do Sul ao descaso do Governo Federal — argumentos que fazem parte do ideário utilizado pelo Executivo regional para não entregar à União a responsabilidade por serviços básicos de infra-estrutura (ex. energia elétrica) que ele tem se mostrado inábil para administrar —, este comportamento do Governo Estadual tem uma consequência mais concreta para os empresários. Na percepção dos capitalistas, a forma como está sendo gerido o aparelho estatal regional e, em especial, os serviços de infra-estrutura, é um entrave ao pleno desenvolvimento das atividades produtivas no Rio Grande do Sul. Foi consenso entre os empresários entrevistados a afirmativa de que não podem ampliar a produção devido à insuficiência de energia elétrica. No seu entender, a federalização deste serviço conduziria a investimentos significativos no setor e à ampliação da rede elétrica no Estado.

A discussão sobre o caráter anacrônico do discurso do Governo regional deixa transparecer um elemento importante para compreendermos a preferência dos empresários por canais de intermediação de interesses que passam ao largo do Executivo estadual: a defasagem existente entre o Governo e a burocracia estadual, de um lado, e os setores mais modernos da sociedade gaúcha de outro. Os líderes entrevistados foram unân-

nimes em afirmar que a economia gaúcha se modernizou e desenvolveu nas últimas décadas. Entretanto o Governo regional não conseguiu acompanhar este processo, tornando-se superdimensionado e inoperante.

Na opinião de um ex-integrante da equipe ministerial do Governo Médici, o aparelho estatal gaúcho ainda é influenciado pela mentalidade do setor rural tradicional. Sua atuação fica aquém do desempenho dos governos do Nordeste, os quais percebem a importância de contatos mais estreitos com o Governo Federal, enviando seus técnicos para trabalharem em Brasília. A falta de habilidade política dos governantes gaúchos para garantirem mais espaço de negociação frente à burocracia federal na defesa dos interesses da sociedade gaúcha advém, segundo essa autoridade, dos preconceitos positivistas que norteiam a atuação da burocracia gaúcha:

"O problema é que o Rio Grande do Sul sofre, até hoje, de um preconceito de origem positivista, que é de separar a política da economia. Aqui, tradicionalmente, o assunto político é nobre, honroso. O assunto econômico era coisa para imigrante, judeu, enfim, gente que não tinha importância. O preconceito era do setor rural contra o industrial. Assim, tratar de questões ou assuntos políticos era nobre e importante, mas tratar de assuntos econômicos não. A burocracia e os políticos rio-grandenses, em geral, não gostavam de tratar de assuntos econômicos. O resultado disto é que o Rio Grande do Sul passou anos criticando os tecnocratas, enquanto o Nordeste, São Paulo e Minas investiram na formação de seus tecnocratas e na sua presença junto à burocracia federal. O Rio Grande do Sul se isolou em vez de se abrir. Não formou a sua tecnocracia para ocupar os cargos importantes na esfera federal" (01.07.86).

Contudo essa autoridade julga que a burguesia gaúcha também não percebe a importância da articulação política com o Governo Federal, ao contrário dos paulistas, cujas entidades de classe são mais organizadas e mantêm representações em Brasília.

A nosso ver, essa questão está relacionada com a auto-avaliação dos industriais gaúchos enquanto classe social; sua capacidade de influência sobre as demais classes e a existência ou não de um projeto político que coloque a burguesia industrial como classe hegemônica na sociedade gaúcha.

Pelo que se pôde perceber ao longo das entrevistas, a elite industrial gaúcha reconhece que sua capacidade de influência nos níveis decisórios é muito restrita e que ela se constitui em um grupo não hegemônico na sociedade gaúcha. Alguns entrevistados fizeram menção a uma transformação lenta na sociedade gaúcha, à medida que cresce a importância da indústria no Estado. O pensamento de um líder do setor siderúrgico resume esta idéia:

"No Rio Grande do Sul, historicamente, a liderança política estava estruturada em cima do Setor Primário. A indústria, enquanto força econômica, é uma coisa recente no Estado. A indústria gaúcha surgiu, em geral, da pequena oficina dos imi-

grantes, e estes não têm como tradição o comportamento político. Em nosso Estado, o processo de maior participação política da indústria e do comércio está ainda no começo. A mentalidade predominante em nossa pujança industrial ainda está vinculada a um comportamento anterior (da elite rural) e a mudança do comportamento e da mentalidade política não é tão rápida. Estamos num processo de transição desta mentalidade. E o momento que estamos vivendo desta transição é o de um certo vácuo político. A elite política que existe hoje no Estado é muito solta, não tem vínculos estreitos nem com o Setor Primário nem com o industrial. Com o tempo, estes interesses têm que se reajustar, integrar" (06.06.86).

Entretanto não é explicitado como se dará essa alteração na correlação de forças da sociedade gaúcha, já que os membros da elite industrial não se propõem a liderar o processo, na medida em que, como vimos, não existe um órgão representativo dos industriais gaúchos que se coloque como interlocutor com o Governo Federal e estadual (como é o caso da FIESP), nem os empresários aceitam a alternativa de sua participação direta na política:

"O homem público é eleito para representar a sociedade e não segmentos dela. Por isto não aceito concorrer a um cargo público. No momento em que um empresário decide integrar a vida pública ele terá que esquecer que é empresário para ser representante de toda a Nação, mesmo que tenha que legislar contra os interesses da própria empresa" (18.06.86).

Neste depoimento transparece uma questão que permeia os posicionamentos dos industriais entrevistados: a política, assim como o Estado, deve ser neutra. A sociedade democrática deve ser harmônica, isenta de conflitos. Para tanto, é necessário que se respeitem as liberdades individuais. Não há sentido, portanto, para as representações corporativas na política. Estas idéias foram expostas por um representante da indústria siderúrgica:

"O problema do processo político é mais amplo do que a questão do interesse econômico imediato. O processo político tem que ser sempre aberto, amplo. Não pode haver divergências nas grandes instituições e organizações políticas porque, apesar destas instituições terem uma parcela de interesses econômicos, elas são, antes de mais nada, instituições para o cidadão. Por isto eu não gosto deste conceito corporativista. E, portanto, não vejo sentido na existência de um partido como o PT. No momento em que houver plena defesa dos interesses do indivíduo, da liberdade de escolha de profissão, da liberdade de imprensa (quando o cidadão tem o direito de se expressar pelos jornais, de pagar uma matéria, de se defender), das liberdades individuais, a liberdade econômica apenas precisará viver entre as liberdades individuais. Por isto, não vejo motivo para haver conflitos entre as representações corporativas" (06.06.86).

Fica claro, também, qual o conceito de democracia para os empresários: ele se confunde com democracia econômica ou com liberdade de iniciativa privada. A democracia política, ou a extensão das liberdades políticas a amplas camadas da população, em especial, à classe trabalhadora, não é mencionada. Coerentemente, as referências feitas aos "governos revolucionários" mostram que a democracia política não faz parte das preocupações da burguesia industrial gaúcha; ao contrário, para os industriais gaúchos, a "ordem e estabilidade" são essenciais para a manutenção da iniciativa privada.

## CONCLUSÃO

Este estudo permitiu elucidar algumas questões referentes ao pensamento e às formas de atuação da burguesia industrial gaúcha em relação ao Estado Nacional no pós 64. Esse período foi marcado pela vigência de um regime autoritário, pela forte presença do Estado na economia e por um modelo de expansão capitalista internacionalizado. Apesar da grande concentração de poder decisório nos altos escalões da burocracia, mesmo nos anos mais duros do regime autoritário, o empresariado nacional encontrou canais de manifestação de seus interesses e mecanismos de influência sobre as decisões econômicas. A partir do final do "milagre" e das modificações econômicas propostas pelo II PND, setores significativos do empresariado nacional manifestaram-se contrários à condução econômica do Estado através de uma campanha contra a estatização que se estendeu de 1974 a 1977. Em 1978, os empresários dos setores mais modernos da indústria nacional lançaram um documento que questionava o regime político autoritário e propunha uma transição democrática para o País. Esta mudança de postura do empresariado não significou uma ruptura com o Estado, como ficou claro pelo seu comportamento nos anos seguintes, mas sim uma tentativa de rearticulação das alianças dentro do bloco de poder e de ampliação do espaço de representação do capital privado nacional nos núcleos decisórios. Foi a partir desse contexto que procuramos elucidar como se deu a participação da burguesia industrial gaúcha no processo de rearticulação das relações entre o empresariado e o Estado.

Com esse objetivo, procedemos inicialmente à caracterização estrutural da burguesia industrial gaúcha. Esta caracterização permitiu definirmos a posição que a burguesia industrial ocupa como fração das classes dominantes na sociedade gaúcha, bem como a sua importância no contexto nacional. A análise da evolução e estrutura atual da indústria e das instituições representativas da burguesia industrial gaúcha permitiu identificar os limites impostos à sua capacidade de organização e atuação política. Estes limites se referem à constituição da burguesia industrial gaúcha enquanto classe, formada basicamente por pequenos e médios empresários vinculados aos setores tradicionais da indústria; à posição secundária que os industriais ocupam na sociedade gaúcha, dominada econômica e politicamente pela elite agropecuária; e à subordinação da economia gaúcha ao processo de acumulação nacional, no qual, a partir da década de 60, o Rio Grande do Sul participa produzindo insumos para a indústria do pólo hegemônico nacional.

As limitações apontadas refletiram-se na capacidade de organização dos industriais gaúchos. Enquanto os industriais do centro do País criaram uma série de associações extracorporativas para solucionar questões específicas de seus ramos de atividade a partir dos anos 60, a burguesia industrial gaúcha manteve, em sua relação formal com o Estado Nacional, um padrão tradicional de representação baseado na atuação das instituições corporativas. Apenas na década de 80 começaram a sur-

gir associações representativas de setores específicos da indústria gaúcha. Não por acaso, estas associações representam os setores que mais se desenvolveram no Estado nos últimos anos: calçados, implementos rodoviários e eletroeletrônicos. A existência dessas associações, apesar de sua criação recente, indica a presença de uma elite industrial que busca libertar-se das instituições e lideranças tradicionais da indústria gaúcha, criando canais mais eficazes de representação de seus interesses.

No intuito de reconstituir o modo como se deu a relação formal entre a burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional, procedemos à sistematização das manifestações dos empresários industriais reunidos na FIERGS, no período 1964-78. Os documentos selecionados também se constituíram em fonte para a análise dos valores que fazem parte do ideário político desses empresários.

No período compreendido entre os anos de 1964 a 1967, a FIERGS manifestou a sua adesão e comprometimento com a "obra revolucionária" que veio salvar o País do comunismo, ou do "processo de estatização que objetivava a eliminação da iniciativa privada". Essa adesão, entretanto, não era passiva. Os manifestos de cunho mais político buscavam conscientizar o empresariado gaúcho da importância de sua colaboração com as Forças Armadas para a efetiva consolidação do Movimento de março de 1964. Na esfera econômica, a ênfase da FIERGS era dirigida às deficiências de infra-estrutura do Rio Grande do Sul e à perda de posição da economia gaúcha em relação à nacional. A solução para essas questões passaria sempre, segundo a FIERGS, por uma maior atenção do Governo Federal aos problemas do Rio Grande do Sul. Na discussão dessas questões transparece a percepção que os industriais gaúchos têm do Estado Nacional: o Estado assistencialista que deve intervir na economia sempre e quando a iniciativa privada o necessitar, mas sem competir com ela.

Na conjuntura do "milagre", os documentos da FIERGS seguiam o tom ufanista das classes dominantes e do governo da época, que refletia a satisfação com os resultados positivos da política econômica. Coerente com suas manifestações do período anterior, a FIERGS considerava que o crescimento econômico só seria possível graças à atitude firme do Governo Federal na eliminação das "forças antibrasileiras que tumultuavam as atividades da Nação" — os estudantes, os trabalhadores e quaisquer grupos discordantes do modelo político e econômico imposto ao País em 1964. Segundo a FIERGS, essas forças abalavam a tranquilidade da Nação e punham em risco o trabalho do Governo e da iniciativa privada, que tinham como objetivo o desenvolvimento do País. Em 1968, a FIERGS declarava-se satisfeita com a nova fase institucional brasileira que pôs fim à agitação política e trouxe tranquilidade e segurança para a atividade produtiva.

Nas duas primeiras conjunturas analisadas, as posições dos industriais gaúchos acompanhavam a tendência dos empresários nacionais. Já no último período pesquisado aparecem diferenças importantes.

A conjuntura de 1974 a 1978 foi marcada por intensa mobilização do empresariado nacional. A campanha contra a estatização, movida pelos segmentos tradicionais do empresariado do centro do País, estendeu-se até 1977. Em 1978, os líderes dos setores mais modernos do empresariado nacional, reunidos no Fórum da Gazeta Mercantil, elaboraram um do-

cumento que propunha, além de modificações na política econômica, a consolidação da democracia no País. A FIERGS teve participação marginal nesse debate. Não só começou a discutir a intervenção do Estado na economia e a liberalização política com atraso, como o seu questionamento não era direto, mantendo-se a nível de uma crítica velada e cautelosa da atuação econômica do Estado, sempre suavizada por afirmações de confiança e disposição de cooperar com o Governo. A situação de abandono do Rio Grande do Sul, sentida pelos industriais gaúchos, leva-os a serem moderados em suas críticas com medo de perderem as "benesses" que reclamavam do Estado. Quanto à questão da volta do País ao regime democrático, foi mencionada apenas num manifesto, onde a FIERGS afirmava que a abertura democrática deveria ser lenta e gradual para não causar perturbações à Nação.

Ao demonstrar certa habilidade nas suas manifestações, intercalando elogios com críticas moderadas à atuação econômica do Estado na tentativa de obter benefícios sem provocar conflitos, a FIERGS expressa o estilo de atuação de uma fração de classe que não é dominante na economia gaúcha — devido, entre outras razões, à importância histórica do Setor Primário — e que, além disso, desenvolve suas atividades num Estado que vem perdendo posição no contexto nacional. Note-se que, apesar de o peso econômico da indústria gaúcha suplantar o da agricultura, na década de 70, ainda não se constituiu uma elite industrial com representatividade a nível regional e nacional, como é o caso da burguesia agropecuária gaúcha. Talvez isso explique, também, a simplificação que a FIERGS faz ao propor a reforma tributária como solução para a centralização excessiva. Ao defender a autonomia administrativa e financeira do Estado regional, a FIERGS estaria tentando garantir uma esfera de negociação mais restrita, sobre a qual teria maior influência. Nesses termos, pode-se dizer que a relação dos industriais gaúchos com o Estado Nacional se caracteriza, ao nível institucional, por uma atitude moderada e submissa de uma categoria que sabe que seu peso político e econômico é limitado. Atitude que não se repete quando a FIERGS trata de questões políticas. No período inicial da Revolução e durante o Governo Médici, as manifestações de apoio às medidas de "saneamento político" da Nação revelam um discurso incisivo e autoritário, diferente das tímidas e veladas críticas a determinados aspectos da política econômica. Quando se trata de defender os pressupostos políticos da ordem burguesa, a FIERGS deixa de lado a submissão e revela o componente autoritário do pensamento da burguesia industrial gaúcha.

Os depoimentos dos líderes da indústria gaúcha permitiram perceber outros aspectos do pensamento e formas de atuação da burguesia industrial gaúcha. Esses depoimentos demonstraram a existência de um grupo de empresários que tem maior grau de participação nas grandes questões nacionais, bem como encontram canais alternativos de pressão e manifestação de seus interesses. Esses empresários representam setores específicos da indústria gaúcha, como a produção e exportação de calçados do Vale dos Sinos, a indústria de máquinas e implementos agrícolas e carrocerias da região de Caxias do Sul e o setor de metalurgia e siderurgia da região metropolitana de Porto Alegre.

No que se refere aos canais de mediação de interesses utilizados por essa elite industrial em sua relação com o Estado Nacional, constatamos que são semelhantes àqueles utilizados pela elite industrial na-

cional. À FIERGS foi atribuída pouca importância para a defesa dos interesses dos grandes empresários dos setores mais dinâmicos da indústria gaúcha que se utilizam, em especial, das associações paralelas e dos contatos diretos com os responsáveis pelas decisões econômicas a nível federal. Dessa forma, verificamos que os líderes dos setores mais dinâmicos da indústria gaúcha mantêm seus próprios canais de acesso e de influência sobre o Estado Nacional, privilegiando um estilo de atuação setorializada, e não têm perspectiva de atuação conjunta com os demais representantes da burguesia industrial gaúcha frente ao Estado Nacional ou à sociedade rio-grandense.

A avaliação histórica do período revolucionário e da atuação econômica do Estado Nacional, feita pelos líderes da indústria gaúcha, bem como a percepção de sua relação com a sociedade gaúcha, em especial com os poderes regionais, permitiu traçar um perfil dos valores políticos da burguesia industrial gaúcha. Estes valores, como já havia transparecido na análise da FIERGS, são essencialmente autoritários.

Os traços autoritários do pensamento da burguesia industrial gaúcha podem ser identificados por vários elementos em seu discurso. Eles são transparentes quando os industriais justificam o golpe militar de 1964 e o regime político de exceção como fundamentais para o restabelecimento da "ordem e tranquilidade" de que o País necessita para produzir. A atividade econômica, na visão dos empresários, só tem condições ótimas de desenvolvimento se o conflito latente na relação capital/trabalho é suprimido. Dessa forma, qualquer reivindicação popular ou trabalhista é vista como nociva ao País, como "infiltração comunista", subversão da ordem, ameaça de volta ao populismo, etc. E aqui, o País — a Nação — se confunde com a própria empresa: assim como não são aceitas as greves e a organização dos trabalhadores como formas de mediação do conflito com o capital — visto que, para os empresários esta relação deve ser harmônica —, também a Nação deve ser dirigida como uma estrutura isenta de conflitos, na qual a população deve aceitar as regras do jogo já estabelecidas, ainda que elas tenham sido estabelecidas em benefício da iniciativa privada.

Como decorrência, a representação dos empresários acerca da democracia será sempre a democracia econômica para as elites. Por isso as reclamações de serem "expectadores de fatos consumados" da política econômica, em especial a partir do Governo Geisel, e as reivindicações de maior participação no processo decisório aplicam-se apenas ao empresário. Ou seja, a reivindicação democrática vai no sentido de ampliar o espaço de atuação da burguesia frente ao Estado Nacional, reduzido durante a vigência do regime militar. As outras classes sociais não são contempladas nessa perspectiva democrática. Ao contrário, a existência de instituições de representação nacional dos trabalhadores, seja corporativa, como a CUT ou a CONCLAT, seja partidária, como o PT, é apenas tolerada.

A visão política restritiva dos industriais gaúchos leva-nos a uma última questão incorporada aos objetivos desta pesquisa apesar de ultrapassar o período em estudo: a das perspectivas de participação efetiva da burguesia industrial gaúcha na construção de uma ordem democrática no País. As pesquisas realizadas por Eli Diniz e Renato Boschi sobre a adesão da elite industrial nacional ao projeto de democratiza-

ção da sociedade brasileira concluíram que esta ainda é uma hipótese problemática, em especial devido aos traços autoritários que permeiam o pensamento e a atuação da elite empresarial no País e à pouca flexibilidade com que encaram a sua relação com a classe trabalhadora. Como pudemos perceber ao longo deste estudo, não há indícios de que a burguesia industrial gaúcha venha a adotar um comportamento diferente da elite empresarial nacional.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sergio Henrique (1979). A questão da empresa estatal – economia, política e interesse público. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, 19(4):95-105, out./dez.
- . (1981). Economia política e democracia: notas sobre a lógica da ação estatal. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 24(1):3-23.
- ALMEIDA, Pedro F. C. & LIMA, Rubens S. (1986). Notas sobre a indústria de bens de capital no Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 7(1):83-103.
- BANDEIRA, Pedro S. (1984). A produção gaúcha na economia nacional: resposta à uma crítica. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 4(2):137-49.
- . (1986). Descentralização geográfica da indústria brasileira e as perspectivas da indústria gaúcha. *Indicadores Econômicos RS*, Porto Alegre, FEE, 14(2):29-35, ago.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (1977). A intervenção do Estado no período recente. *Ensaio de Opinião*, Rio de Janeiro, Inúbia, 5(2-3): 25-7.
- BOSCHI, Renato Raul (1979). *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro, Graal.
- BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Econômico (1976). *Ação para a Empresa Privada Nacional*. Brasília. (mimeo).
- CARDOSO, Fernando Henrique (1962). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Difel.
- . (1971). *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo, Difel.
- . (1975). *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- . (1976). Estatização e autoritarismo esclarecido: tendências e limites. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, Brasiliense, (15):5-24, jan.
- . (1977). Expansão estatal e democracia. *Ensaio de Opinião*, Rio de Janeiro, Inúbia, 5(2-3):17-20.
- . (1983). O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 26(1):9-27.
- CASTRO, Antonio B. de (1971). A industrialização descentralizada no Brasil. In: —. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro, Forense. v. 2.

- CENSO INDUSTRIAL 1960: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (1965). Rio de Janeiro, IBGE. v. 3, t. 7.
- CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE. v. 4, n. 21.
- CENSO INDUSTRIAL 1975: Rio Grande do Sul (1980). Rio de Janeiro, IBGE. v. 2, t. 20.
- CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro, IBGE. v.3,t.2, pt. 1, n. 1.
- CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE. pt. 1, t. 2, n. 22.
- CENSOS ECONÔMICOS: agrícola, industrial, comercial e dos serviços 1940: Rio Grande do Sul (1950). Rio de Janeiro, IBGE.
- CENSOS ECONÔMICOS 1950: Rio Grande do Sul (1956). Rio de Janeiro, IBGE. v. 28, t. 2.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco (1984). **Empresários e o regime no Brasil: a campanha contra a estatização**. São Paulo, USP. (mimeo).
- DINIZ, Eli (1978). **Empresários, estado e capitalismo no Brasil: 1930-45**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- . (1983). **Empresariado e transição política no Brasil: problemas e perspectivas**. (Trabalho apresentado no XI International Congress of the Latin American Studies Association, México, mimeo).
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul (1978). **Empresariado nacional e estado no Brasil**. Rio de Janeiro, Forense/Universitária. (Brasil Análise e Crítica).
- . (1979). Autonomia e dependência na representação de interesses industriais. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, IUPERJ, (22):85-8.
- DURAND, José Carlos G. (1979). O pequeno empresário e o Estado: representação política e mentalidade. In: RATTNER, Henrique, coord. **Pequena e média empresa no Brasil: 1963/1976**. São Paulo, Símbolo.
- ENSAIOS DE OPINIÃO (1977). Rio de Janeiro, Inúbia, v. 5, n. 2-3.
- . (1978). Rio de Janeiro, Inúbia, v. 9.
- ESTUDOS CEBRAP (1977). São Paulo, n. 20, abr.
- FONSECA, Pedro Cezar D. (1985). A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República. **Estudos Econômicos**, São Paulo, Instituto de Estudos Econômicos, 15(2): 263-89, maio/ago.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1978). **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha, 4).
- GAZETA MERCANTIL (1977). São Paulo, 5-7 nov. p. 3.
- . (1977). São Paulo, 13 set. p. 1.
- . (1978). São Paulo, 27 jun. p. 7.

- GIANNOTTI, José Arthur (1977). Em torno da questão do Estado e da burocracia. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, Brasiliense, (20):111-29, abr.
- HIRATA, Helena (1979). Capitalisme d'État, bourgeoisie d'État et mode de production technobureaucratique. **Critique de l'Économie Politique**, Paris, Maspero, (6):87-107, jan./mar. (Nouvelle Serie).
- INDICADORES ECONÔMICOS RS: uma análise da economia 1981 (1982). Porto Alegre, FEE, v. 9, n. 2, jan.
- LESSA, Carlos (1978). **A estratégia do desenvolvimento 1974/76:sonho e fracasso**. Rio de Janeiro. (mimeo).
- . (1980). A descoberta do Estado totalitário. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 abr. p. 33-4.
- LIMA, Luis A. de Oliveria & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (1978). **O capitalismo e os limites da burocracia**. São Paulo, Ciências Humanas. (Temas de Ciências Humanas).
- MALAN, Pedro Sampaio (1981). O debate sobre estatização no Brasil. **Dados:Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, IUPERJ, 24(1):25-36.
- MANTEGA, Guido & MORAES, Maria (1979). Tendências recentes do capitalismo brasileiro. In: —. **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARTINS, Carlos Estevan (1977a). A democratização como problemática pós-liberal. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, Brasiliense, (20):131-53, mar.
- . (1977b). **Capitalismo de estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal.
- MARTINS, Carlos Estevan, Org. (1977). **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo, HUCITEC/CEBRAP.
- MARTINS, Luciano (1968). **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento** (introdução à crise brasileira). Rio de Janeiro, Saga.
- . (1978). Estatização da economia ou privatização do Estado? **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (9).
- MATIAS, G. (1977). Estado e capital: notas sobre um debate recente. **Contraponto**, Rio de Janeiro, Noel Nutels, 2(2):50-75, nov.
- MELLO, João Manuel Cardoso de (1977). O Estado brasileiro e os limites da estatização. **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro, Inúbia, 5(2-3):14-6.
- OLIVEIRA, Francisco de (1977). **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro, Graal.
- PEREIRA, Luis Carlos Bresser (1977). Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, Brasiliense, (20):75-109, abr.
- . (1977a). A partir da crítica. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, Brasiliense, (20):155-62, abr.
- PESAVENTO, Sandra J. (1980). **RS: a economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre, Mercado Aberto.

- PESAVENTO, Sandra J. (1980a). O imigrante na política riograndense. In: LANDU, Aldair Marli et alii, org. **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Série Documenta, 4).
- (1984). **História do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto. (Série Revisão, 1).
- PESSANHA, Charles Freitas (1981). **Estado e economia no Brasil: a campanha contra a centralização – 1974-1976**. Rio de Janeiro, IUPERJ. (Tese de Mestrado, mimeo).
- RATTNER, Henrique, coord. (1979). **Pequena e média empresa no Brasil: 1963/1976**. São Paulo, Símbolo.
- RATTNER, Henrique, org. (1985). **Pequena empresa: o comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência**. Brasília, Brasiliense/CNPq.
- A REFORMA administrativa (1970). Rio de Janeiro, Auriverde.
- RELATÓRIO ANUAL FIERGS/CIERGS 1964/1978 (1965/1979). Porto Alegre.
- RELATÓRIO ANUAL FIERGS/CIERGS 1980 (1981). Porto Alegre.
- RELATÓRIO DE DIRETORIA 1930-31 CINFA (1932). Porto Alegre, Globo.
- SINGER, Paulo (1974). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo, Nacional.
- TEJO, Limeira (1941). Contribuição à crítica da economia Rio-Grandense. **Província de São Pedro**, Porto Alegre, (1):81-90, jun.; (3):74-91, dez.
- TORRES, João Carlos (1977). Referências teóricas para a análise da questão da estatização. In: MARTINS, Carlos Estevan. **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo, HUCITEC/CEBRAP.
- VEJA (1976). Rio de Janeiro, Abril, n. 402, maio.
- VIANNA, Maria Lúcia W. & SALINAS, Jílio A. (1982). Ação coletiva e participação política do pequeno e médio empresário. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, IUPERJ, 25(1):105-28.